



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA – PPGEDUC
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

VALDRIANA LIRA DA COSTA

DA COMUNIDADE À UNIVERSIDADE: uma análise do percurso acadêmico dos
quilombolas estudantes de Boa Vista, Baião-PA (2018-2023)

CAMETÁ – PA
2023

VALDRIANA LIRA DA COSTA

DA COMUNIDADE À UNIVERSIDADE: uma análise do percurso acadêmico dos quilombolas estudantes de Boa Vista, Baião-PA (2018-2023)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), do Campus Universitário do Tocantins – Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação e Cultura.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Francilene de Aguiar Parente

Linha de Pesquisa: Culturas e Linguagens.

VALDRIANA LIRA DA COSTA

DA COMUNIDADE À UNIVERSIDADE: uma análise do percurso acadêmico dos quilombolas estudantes de Boa Vista, Baião-PA (2018-2023)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), do Campus Universitário do Tocantins – Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação e Cultura.

Data de aprovação:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Francilene de Aguiar Parente
Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) – UFPA – Cametá
Orientadora

Profa. Dra. Maria do Socorro Rayol Amoras
Programa de Pós-graduação em Serviço Social – UFPA
Examinadora Externa

Profa. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto
Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) – UFPA – Cametá
Examinadora Interna

Profa. Dra. Vilma Aparecida de Pinho
Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) – UFPA – Cametá
Examinadora Interna

CAMETÁ – PA
2023

Ao meu pai, Jaime Nunes Campelo da Costa,
colaborador desta pesquisa, meu exemplo de
força, coragem e determinação, assim como
minha mãe, Margadi Lino Lira.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador de todas as coisas, o dono de toda sabedoria e poder pelo dom da vida. A minha família, especialmente a minha avó Eugênia Nunes Campelo da Costa, ao meu tio Gilson Nunes Campelo da Costa, ao meu irmão Jaime Lira da Costa e ao meu pai Jaime Nunes Campelo da Costa que se fizeram presentes participando da pesquisa, o meu pai que além disso, me compreendeu no processo de produção da dissertação enquanto se recuperava de uma cirurgia. Ao meu quilombo de pertencimento, Boa Vista, Baião-PA, a quem respeitosamente honro ao contar a nossa história em âmbito acadêmico, mostrando o compromisso social assumido pela oportunidade dada através das políticas de ações afirmativas.

À Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão (ACORQBU), assim como aos quilombolas estudantes que participaram desse estudo pela disponibilidade e pelo apoio durante o meu percurso acadêmico, principalmente como fontes de informações para compor o estudo.

Ao amigo, Prof. Dr. Rubens da Costa Ferreira e família que me acolheram na cidade de Cametá me dando oportunidade de ingressar na universidade, sempre me apoiando desde a graduação. Vocês importam! Ao amigo, Prof. Dr. Oberdan da Silva Medeiros, que também incentivou a minha pesquisa, sempre me atendendo quando os caminhos se tornaram confusos. Gratidão!

Além dos quais se encontram na Unicamp, e que também participaram desse trajeto quando tudo ainda era apenas um projeto com algumas ideias preliminares, a partir do Programa “Ciência e Arte” - Povos da Amazônia no Instituto de Geociências na Unicamp em parceria com a UFPA, nas pessoas da Profa. Dra. Leda Maria Caira Gitahy, Profa. Dra. Carla Ladeira Pimentel Águas, Profa. Dra. Manuela de carvalho Rodrigues, Profa. doutoranda Lara Ramos Monteiro Silva, Profa. Dra. Iraima Andreina Lugo Montilla.

À Instituição Universidade Federal do Pará (UFPA), a partir da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação em nome da Profa. Dra. Iracilda Sampaio. À Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), que apoiou financeiramente disponibilizando suporte ao desenvolvimento da pesquisa afim de contribuir com a realização da mesma.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) do Campus Universitário do Tocantins Cametá, coordenado pelo Prof. Dr. Jorge Domingues Lopes e Profa. Dra. Raquel Maria Costa Silva Furtado, assim como ao corpo docente e colaboradores da Universidade Federal do Pará (UFPA) por meio do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura, especialmente a minha orientadora Profa. Dra. Francilene de Aguiar Parente, por

escolher me orientar e caminhar comigo, e que no uso de suas atribuições, não mediu esforços para que minha formação fosse possível.

Aos amigos/colegas de curso, que me permitiram vivenciar momentos incríveis, na medida do possível juntos, e (re) conhecer um pouco das suas particularidades e compartilhar saberes, em particular Daelem Maria Rodrigues Pinheiro, por compartilhar referências de estudo, Fabiany Marcela Sousa dos Santos e Joziele Valente Aragão, pelas partilhas e momentos de descontração, Geciel Furtado Ranieri e Joana Laura Cota Correa, pelas experiências compartilhadas e parceria quando o tempo não nos era favorável.

Agradeço as professoras que participaram da banca de (des) qualificação, Profa. Dra. Maria do Socorro Rayol Amoras, pelas considerações cuidadosas e indicação de leituras para o enriquecimento da dissertação, Profa. Dra. Vilma Aparecida de Pinho pelas críticas (des) construtivas, mas preciso destacar a Profa. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto, uma das percussoras nas pesquisas voltadas ao nosso povo e que me norteou para uma escrita tranquila do trabalho com suas ricas contribuições e da maneira mais humanizada possível, em boa parte do percurso desde as temáticas discutidas em sala de aula, ao encaminhamento para a versão final e defesa. Por fim, a Profa. Mestra Renata Ferreira Siqueira pela correção da versão final do texto de dissertação. Obrigada!

“Ser quilombola pra mim é se sentir pertencente a uma determinada comunidade, é se identificar com os valores, costumes e também ter a ligação com o território, viver próximo de outros indivíduos que compartilham de um mesmo laço”. (Naiane Mendes e Silva, quilombola da comunidade Boa Vista e estudante).

RESUMO

Analizamos o percurso acadêmico de quilombolas estudantes da comunidade Boa Vista, no município de Baião/PA na UNIFESSPA, explorando as condições de acesso e permanência, para mapear o percurso acadêmico dos quilombolas estudantes que ingressaram na UNIFESSPA pela política de ações afirmativas; conhecer a trajetória dos quilombolas estudantes da comunidade Boa Vista na UNIFESSPA; compreender os entraves encontrados e seus possíveis desdobramentos; entender as alternativas encontradas pelos quilombolas estudantes para suprir as necessidades com as quais se depararam; e refletir sobre os impactos socioculturais do processo seletivo especial (PSE) para os quilombolas estudantes e no quilombo de pertencimento. A partir da questão-problema como tem sido o percurso acadêmico dos estudantes da comunidade quilombola Boa Vista, no que tange a permanência na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA? Buscou-se estudar alguns autores, como: Bourdieu (1983), Bosi (1994), Gomes (1997), Thompsom (1997), Pinto (1999), Leite (2000), Fabrini (2006), Bourdieu (2007), Nogueira (2008), Domingues e Gomes (2013), Silva (2014), Nascimento (2016), Santos (2017), Meireles (2020), Pinto (2021), Farias (2021); Costa e Medeiros (2022), Lopes (2022), Moehlecke (2002), Munanga, (2005), Alves (2020), dentre outros. Neste sentido, o uso de entrevistas em profundidade, a partir do uso do método autobiográfico, foi um dos métodos utilizados, dada a participação forte do indivíduo, o qual tem o compromisso com o processo de reflexão a partir de seu interesse e a compreensão do outro e de si, tendo em vista minha experiência na Universidade Federal do Pará (UFPA), com a técnica da história oral. Para a obtenção dos dados o uso dos recursos da mídia digital WhatsApp, posteriormente conversas interpessoais in loco a fim de conhecer a percepção dos discentes entrevistados em relação à vivência na universidade. Os resultados indicam que a presença de quilombolas de Boa Vista na educação superior teve um aumento relevante passando de dois estudantes na UFPA em 2016 e 2023 para 16 na UNIFESSPA no ano de 2023, para além das questões relacionadas à permanência na universidade, pois todos os colaboradores são dependentes da bolsa para a permanência na UNIFESSPA. Portanto, mesmo com as dificuldades encontradas na permanência acadêmica, dos seis estudantes do quilombo Boa Vista que participaram da pesquisa, apenas dois narraram a desistência do curso no momento, nos cursos de História e de Engenharia Mecânica, os demais seguem enfrentando as dificuldades do ensino superior e mais os desafios para seguir como quilombolas na universidade.

Palavras-chaves: quilombolas; ações afirmativas; educação superior; política de cotas.

ABSTRACT

We analyzed the academic path of quilombola students from the Boa Vista Community, in the municipality of Baião/ PA at UNIFESSPA, exploring the conditions of access and permanence, to map the academic path of quilombola students who joined UNIFESSPA through the affirmative action policy; learn about the trajectory of quilombola students from the Boa Vista Community at UNIFESSPA; understand the barriers encountered and their possible consequences; understand the alternatives found by student quilombolas to meet the needs they faced; and reflect on the sociocultural impacts of the special selection process (PSE) for student quilombolas and the quilombo they belong to. From the question-problem, how has the academic path of students from the Boa Vista quilombola Community been, in terms of permanence at the Federal University of South and Southeast Pará- UNIFESSPA? We sought to study some authors, such as: Bourdieu (1983), Bosi (1994), Gomes (1997), Thompson (1997), Pinto (1999), Leite (2000), Fabrini (2006), Bourdieu (2007), Nogueira (2008), Domingues e Gomes (2013), Silva (2014), Nascimento (2016), Santos (2017), Meireles (2020), Pinto (2021), Farias (2021); Costa e Medeiros (2022), Lopes (2022), Moehlecke (2002), Munanga, (2005), Alves, (2020), among others. In this sense, the use of in-depth interviews, based on the use of the autobiographical method, was one of the methods used, given the strong participation of the individual, who is committed to the process of reflection based on his interest and understanding of the Other and the self, considering my experience at the Federal University of Pará (UFPA), with the technique of oral history. In order to obtain the data, the use of WhatsApp digital media resources was used, followed by interpersonal conversations in loco in order to know the perception of the interviewed students in relation to their experience at the University. The results indicate that the presence of Quilombolas from Boa Vista in higher education had a significant increase, going from two students at UFPA in 2016 and 2023 to 16 at UNIFESSPA in 2023, in addition to issues related to staying at the University, since all employees are dependent on the scholarship to stay at UNIFESSPA. Therefore, even with the difficulties encountered in academic permanence, of the six students from Quilombo Boa Vista who participated in the research, Only two reported dropping out of the course at the time, in the History and Mechanical Engineering courses, the others continue to face the difficulties of teaching higher education and more the challenges to follow as quilombolas in the university.

Key Words: quilombas; affirmative actions; college Education; quota policy.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Localização do Quilombo Boa Vista.....	16
Imagem 02 – Deslocamento dos Quilombolas Estudantes à UNIFESSPA.....	21
Imagem 03 – Escola Municipal de Ensino Fundamental de Boa Vista.....	40
Imagem 04 – Obra da Escola Municipal de Ensino Fundamental de Boa Vista.....	41
Imagem 05 – Processo da feitura da farinha.....	58
Imagem 06 – Barracão e igreja de Santa Maria em Boa Vista.....	68
Imagem 07 – Círio de Santa Maria em Boa Vista.....	69
Imagem 08 – Noite católica	72
Imagem 09 – Show dançante.....	72
Imagem 10 – Samba de cacete.....	73
Imagem 11 – Grupo cultural Charanga.....	73
Imagem 12 – Anuncio do VI Festival Quilombola de Boa Vista, Baião-PA.....	79
Imagem 13 – Devolutiva da pesquisa para a comunidade.....	115
Imagem 14 – Casa Cultural/Sarau das memórias quilombolas	115
Imagem 15 – Arena Quilombola Boa Vista.....	125
Imagem 16 – Igreja evangélica.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Perfil dos Quilombolas Estudantes da UFPA e UNIFESSPA.....	23
Quadro 02 – Perfil dos Quilombolas mais Velhos da Comunidade Boa Vista.....	33
Quadro 03 – Vivência dos Quilombolas Estudantes na Educação Superior.....	35
Quadro 04 – Quilombolas Estudantes que Narraram a Trajetória na UNIFESSPA.....	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACORQBU	Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá Miri
ACS	Agente Comunitário de Saúde
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AMPU	Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal
APEIQUI	Apoio Permanência Indígena e Quilombola
CACS	Centro Acadêmico de Ciências Sociais
CC	Comunidade Cristã
CAPA/CAPAM	Programa “Ciência e Arte Povos da Amazônia” Santander/UFPA/Unicamp
COVID	Corona Vírus Disease 2019
DPCT/IG	Departamento de Política Científica e Tecnológica
EAD	Educação à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEMAT	Laboratório de Matemática da Amazônia Tocantina
MALUNGU	Coordenação das Associações Remanescentes de Quilombos do Pará
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAEQUI	Programa de Apoio a estudante Quilombola
PAF-PG	Programa de Ações Afirmativas da Pós-Graduação
PGRAD	Programa de Apoio à Qualificação do Ensino de Graduação
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGEDUC	Programa de Pós- Graduação em Educação e Cultura
PPI	Pretos Pardos Indígenas
PSE	Processo Seletivo Especial

PSIQ	Processo Seletivo Indígenas e Quilombolas
SEDUC	Secretaria de Educação
SISU	Sistema de Seleção Unificado
SOME	Sistema de Organização Modular de Ensino
STTR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural do Pará
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

ASPECTOS INICIAIS: O ESPAÇO DE ANÁLISE DO ESTUDO	15
CAPÍTULO I – QUILOMBOLAS NO BRASIL E NA COMUNIDADE DE BOA VISTA, EM BAIÃO-PA.....	39
1.1 Apresentação da Pesquisa e da Pesquisadora	39
1.2 A História dos Quilombos no Brasil	56
1.3 Quilombo Boa Vista, em Baião-PA	64
1.4 Escola e (a pouco) diferença cultural	74
CAPÍTULO II – QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	82
2.1 Lei de Cotas e Políticas de Ações Afirmativas	82
2.2 O Processo Seletivo Especial (PSE) na Universidade Federal do Pará (UFPA) e na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	94
2.3 A Política Afirmativa para Estudantes Quilombolas na UNIFESSPA	100
2.4 Experiências na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	104
CAPÍTULO III – COMUNIDADE E UNIVERSIDADE: RELAÇÕES CULTURAIS E EDUCACIONAIS	112
3.1 Entre Teoria e Prática: a educação escolar quilombola em Boa Vista, Baião-PA	112
3.2 Vozes do Quilombo: uma conversa a caminho da escola	116
3.3 A ACORQBU e os Impactos Educacionais no Quilombo Boa Vista	120
3.4 Quilombolas na Educação Superior: vivências plurais e permanência pensada de forma singular e homogênea a todos os diferentes.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS.....	142
APÊNDICE A.....	150

ASPECTOS INICIAIS: o espaço de análise do estudo

A educação escolar quilombola tem sido pauta em inúmeras mesas de discussões e tema de muitas pesquisas referentes ao campo da prática educativa, principalmente pelas histórias vivenciadas por quilombolas na universidade. Isso contribuiu para o avanço do ingresso dos estudantes na educação superior ao longo do tempo. No que se refere aos quilombos, Farias (2021) argumenta que

A origem dos quilombos remonta à exploração da mão de obra escrava, bem como, do crescimento do tráfico negreiro para a colônia brasileira, provocando, desta forma, uma história de luta por liberdade dos negros escravizados, que foram arrancados de suas famílias e de seu território. A história de luta por liberdade dos negros africanos também foi o início do fim do Império no Brasil (Farias, 2021, p. 12).

No entanto, podemos dizer que as lutas continuam fazendo parte da vida dos povos quilombolas e tem se apresentado em diversos momentos, dentre elas a educação, que é o foco desse trabalho, especialmente em Boa Vista, um quilombo situado no município de Baião, estado do Pará. Se faz necessário dizermos que

Ao retratar a espacialização das comunidades quilombolas no Estado do Pará, o município de Baião destaca-se como o segundo município do Estado com maior número de comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombolas, sendo registradas atualmente a presença de comunidades quilombolas em ambas as margens do Rio Tocantins, que divide o município de Baião em duas partes, dentre as quais situam-se, na margem direita do rio as comunidades de Engenho, Santa Fé, Santo Antônio, Vila Dutra, Calados e Cardoso; na margem esquerda do referido rio as comunidades de Baixinha, Araquembaua, Taperuçu, Varginha, Pampelonia, Bailique Beira, Bailique São Bernardo, Igarapé Preto, Cupu, França, Teófilo, Igarapézinho, Florestão, Campelo, Boa Vista, Paritá Miri e Umarizal, [...] Deste modo, totalizam hoje no município de Baião 23 (vinte e três) comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares (Farias, 2021, p. 23).

O documento da Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá- Miri informa que:

O povoado de Boa Vista surgiu logo após os ataques mais violentos dos indígenas Assurini à região do Quilombo de Paxiubal, que forçou a fuga de seus moradores, primeiramente para a Ilha do outro lado do Rio Tocantins em frente à Vila, e em seguida fixaram-se no Umarizal beira, local onde um dos netos do negro Sinfrônio, ao constituir família, saiu para erguer moradia no lugar mais afastado em um torrão bem alto, acima da “Fortaleza.” Surgiu assim, a povoação da Boa Vista, que possui 30 casas distribuídas ao longo de dois quilômetros, todas beneficiadas com a energia elétrica do programa Luz Para Todos, do Governo Federal em 2009. A comunidade do Boa Vista é considerada uma comunidade organizada de pescadores e pescadoras que têm como referências os serviços públicos de educação, saúde, comercial, sindical e outros na Vila de Umarizal (Acorqbu, 2020).

Quanto ao nome do quilombo, ainda conforme Farias (2021):

Essa comunidade chama-se Boa Vista pela sua posição geográfica na parte de maior altitude (30 m) do território do Quilombo de Umarizal, localiza-se na latitude 0637062 e longitude 9680243 (coordenada geográfica UTM-GPS), à margem esquerda do Rio Tocantins a 2 km ao sul da Vila de Umarizal Beira, sendo que é interligada por uma estrada chamada “ramal da Boa Vista” e por água pelo Rio Tocantins (Farias, 2021, p. 34).

Conforme a imagem a seguir:

Imagem 01 – Localização do Quilombo Boa Vista



Fonte: Google Maps, (2023).

Assim, para compreender a questão sociocultural que constituem diversos campos de pesquisas acadêmicas e a socialização de discentes que se auto identificam quilombolas, no que tange à educação superior, tomamos como objetivo geral analisar o percurso acadêmico de quilombolas estudantes da comunidade Boa Vista na UNIFESSPA, explorando as condições de acesso e permanência. E como objetivos específicos: a) Mapear o percurso acadêmico dos quilombolas estudantes que ingressaram na UNIFESSPA pela política de ações afirmativas; b) Conhecer a trajetória dos quilombolas estudantes da comunidade Boa vista na instituição; c) Compreender os entraves encontrados e seus possíveis desdobramentos; d) Entender as alternativas encontradas pelos quilombolas estudantes para suprir as necessidades encontradas; e) Refletir sobre os impactos socioculturais do Processo Seletivo Especial (PSE) para os quilombolas estudantes e no quilombo de pertencimento.

Sendo assim, pela imagem 1, podemos visualizar a localização exata do território do quilombo Boa Vista e o deslocamento para a Vila de Umarizal em busca de educação escolar, conforme as coordenadas geográficas. Isso se configura como uma das características que marcaram a nossa trajetória, como quilombolas estudantes na etapa da educação básica.

Refere-se, nesse caso, a experiência coletiva do trajeto estudantil para o quilombo mais próximo, mas com interpretações individuais do percurso vivenciado, e com base nessa trajetória estudantil, nas informações e relatos colhidos a partir das entrevistas que foram transcritas posteriormente, temos como propósito analisar o percurso acadêmico dos quilombolas estudantes da UNIFESSPA. No entanto, primeiramente vamos nos situar na dinâmica da historicidade na etapa da educação básica na comunidade Boa Vista com uma trajetória específica no percurso educacional.

Para Evaristo (2020, p. 15), essas “[...] experiências específicas convocam as mais diferenciadas pessoas [...]”. Nesse sentido, a experiência diferenciada pelo deslocamento para chegar até a escola por exemplo, nos permite ainda especificidades outras, como sentir o oxigênio das matas se o trajeto for feito a pé pelo ramal da Boa Vista ou de moto e bicicleta, e ainda ver a maré enchente ou vazante do rio Tocantins se o percurso for feito por canoas ou barcos.

Além de permitir uma boa conversa com os nossos conterrâneos no ir e vir de suas práticas diárias como estudar, visitar um familiar ou mesmo um novo interlocutor “[...] personagens humanas, ali, onde outros discursos literários negam, julgam, culpabilizam ou penalizam” (Evaristo, 2020, p. 15). Ou seja, fazer ouvir esses personagens, silenciados, arbitrariamente, nas análises de suas vidas, de suas condições e realidades, dando visibilidade às expressões relatadas por sujeitos protagonistas, que cotidianamente reinventam e ressignificam as lógicas de sociabilidade nos espaços onde estão inseridos.

E os quilombolas estudantes, com suas histórias de vidas marcadas por estereótipos, ocupam um lugar de destaque nesse processo de marginalização que tende a afetar não somente suas relações sociais, mas acima de tudo educacionais. Uma vez que a negativa ou julgamento direcionado a eles, conforme aborda Evaristo (2020), podem ocorrer na própria universidade, quando se nota a curta relação com a educação superior, ou seja, a desistência de seus respectivos cursos, como podemos observar no caso de estudantes desligados do curso, ou uma formação não tão proveitosa como deveria de fato ser, por alguma situação de constrangimento pelo fato de ser/pertencer ao quilombo.

Assim, com base nas trajetórias de estudantes e nas entrevistas realizadas, não podemos deixar de considerar tais motivos, os quais podem levar a tal desistência. Por isso, devemos traduzir nossas peculiaridades na perspectiva de fortalecimento da própria identidade e valorização do grande movimento em favor da educação, pois como aborda Alves (2020, p. 86) “foi por intermédio das lutas iniciadas por nossos ancestrais, descendentes de africanos que na

atualidade, alguns de nós, conquistamos o diploma universitário”. De acordo com Munanga (2012),

A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos e de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois, o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (Munanga, 2012, p. 19).

Deste modo, a afirmação identitária dos quilombolas estudantes começa pela aceitação de seus traços étnicos, pois, como salienta Souza (1983), saber-se negra (o)

é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetidas a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 1983, p. 17-18).

Pois acredita-se que a aceitação de nossas características físicas, como nossos lábios volumosos, cabelo crespo/cacheado, sobretudo a cor da pele, pode contribuir para o melhoramento das relações nesse percurso e o fortalecimento da identidade. Essa aceitação pode ser observada na percepção do senhor Jaime como quilombola, quando ele relata que “sou negro, a cor ficou valorizada, quem discrimina tem que pagar por isso” (Fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, 60 anos, quilombola, pescador, segundo professor da escola (11 anos) e coordenador da comunidade Boa Vista por 4 anos. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

A narrativa do senhor Jaime evidencia o orgulho em assumir-se negro, afirmando sua identidade por meio do reconhecimento e valorização dos traços e marcas de suas ancestralidades, o que possibilitou ao mesmo tempo uma consciência crítica em relação a todas as formas de opressão vivenciada, que lhe deu subsídios para reivindicar seus direitos perante a sociedade. Um exemplo dessa conscientização é evidenciado no relato do senhor Jaime, quando ele diz que “o pagamento” se refere à punição da pessoa que comete o ato preconceituoso, o qual é crime.

Deste modo, entende-se que os quilombolas estudantes, pensando do ponto de vista étnico, reconhecem-se enquanto quilombolas em decorrência das marcas e traços que envolvem seu povo. De acordo com Munanga (2012), a identidade negra, ou seja, o processo de autoidentificação do sujeito negro está diretamente ligado às características culturais e linguísticas do seu grupo étnico, por outro lado, esta autoafirmação do sujeito resulta da maneira como o próprio grupo se define, autodefine, ou como é atribuída por outros grupos (Munanga, 2012). Assim, a identidade pessoal destes estudantes ressignifica-se a partir da identidade

coletiva que se desenvolve dentro de um emaranhado de teias e relações estabelecidas entre os sujeitos com que discute e dialoga cotidianamente.

Sousa (1983, p. 77) salienta que ser negro é tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece: “Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que carregue o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração”.

Nesse sentido, o interesse pelas questões implícitas aos quilombolas e o acesso à educação se relacionam diretamente com minha trajetória de vida, enquanto quilombola, pertencente à comunidade de Boa Vista. Deste modo, minhas motivações surgem de uma realidade individual em prol de um alcance coletivo, seja diretamente no campo das práticas em Boa Vista, seja no campo intelectual, voltado para o interesse dessa coletividade. Assumindo, também, um caráter político,

“ao passo que busco por meio das narrativas dos sujeitos apresentados nesta dissertação elementos que possam proporcionar aprendizados a partir de suas realidades e, ao mesmo tempo, instrumentos que sustentem as luta e resistência contra as diversas formas de segregação em que os quilombolas foram e estão submetidos” (Alves, 2020, p. 23).

Pois, estes ainda convivem com a invisibilidade instituída historicamente por trazerem em seus corpos traços que representam o corpo negro, associados muitas vezes à inferioridade e à negatividade devido à discriminação herdada da imposição da “cultura branca” escravocrata, que estigmatiza estes sujeitos.

É sabido que o contexto histórico dos quilombolas foi/é marcado por um estigma milenar envolto de preconceito, discriminação e exclusão, devido às situações a qual esse segmento social foi exposto historicamente. Todo esse contexto, afetou de forma negativa o processo educacional desses sujeitos, devido a desigualdade racial no que tange o acesso à educação escolar. Visto que apesar da educação ser contemplada na Constituição Federal de 1988 como um direito universal, garantindo a igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas. Entretanto, o que se percebe é uma “discrepância entre aquilo que juridicamente se apresenta como um sistema amplo de garantia de acesso de todos os cidadãos e aquilo que se apresenta no campo prático com o sucateamento desta política” (Alves, 2020, p. 16).

Para tal percepção, basta olhar para o passado para enxergar que no Brasil o acesso à escrita, à educação escolar e às políticas voltadas para a educação sempre se apresentam de forma elitizada e, por tal razão, ainda nos dias atuais é negado aos descendentes de africanos,

que recorrem a estratégias diversas para acessarem e permanecerem no ambiente escolar. A evidente diferença de acesso dos negros em relação aos brancos na educação escolar é um dos elementos que reforça e perpetua a desigualdade social e racial existente no país, levando diversos negros a vivenciar a experiência do racismo (Alves, 2020).

Por isso, a presente pesquisa justifica-se por caracterizar-se enquanto um estudo que possui relevância acadêmica, pedagógica e social. Acadêmica, na medida em que aponta para a emergência de estudos mais específicos a serem desenvolvidos com base na realidade da comunidade Boa Vista, tendo como objeto de estudo a trajetória de quilombolas na educação superior. Pedagógica, ao apresentar uma aproximação teórico-empírica acerca dos desafios dos quilombolas estudantes em acessar e permanecer no ensino superior. E social, ao tornar-se um estudo norteador por inferir direcionamentos e olhares mais sensíveis acerca das políticas que garantem acesso e permanência de quilombolas estudantes no ensino superior.

Com o intuito de analisar o percurso acadêmico de quilombolas estudantes na comunidade remanescente de quilombos Boa Vista, em Baião, no Pará, e compreender a sua trajetória, na pesquisa definiu-se como campo problemático sobre o qual se precisa refletir: **Como tem sido o percurso acadêmico dos estudantes da comunidade quilombola Boa Vista, no que tange ao acesso e permanência na Universidade Federal' do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA?**

Nesse ínterim, outro ponto necessário de ser entendido enquanto ser pertencente ao quilombo se refere ao caminhar para o quilombo Umarizal na etapa da Educação Básica, em que precisávamos iniciar o percurso às seis horas e trinta minutos para entrar na escola às sete e quinze se matriculado em turmas matutinas, aspectos que enveredam para a questão cultural e educacional diferenciada.

À tarde o trajeto começava às 12h30 para a entrada às 13h15 com tolerância de quinze minutos pelo deslocamento. Quanto ao trajeto noturno, especificamente para o ensino médio, se dava a partir das 17h30 para a entrada às 18h30 na escola. Isto é, quando não migrávamos para a escola mais próxima em cidades vizinhas como eu, que tive a oportunidade de ter uma família por quatro anos em que os serviços domésticos e de babá me garantiram casa, comida e uma ajuda financeira que supria as necessidades dos itens pessoais.

A família que me acolheu e que corajosamente deixei depois de quatro anos de vivência, a quem minha gratidão é tamanha, pois olho para isso, como um “degrau” para a educação superior, visto que foi a partir desse momento que tomei conhecimento dos caminhos após educação básica no quilombo.

Alves (2020, p. 89), em seus estudos sobre trajetória de vida, diz que a família tem um papel fundamental “e o processo de escolarização faz parte de um planejamento familiar tendo em vista a ascensão e transformação social do sujeito”. Registra-se, dessa forma, a consciência do quão árduo e ao mesmo tempo edificante é esse processo educacional, do “escrever-viver” nas palavras de Conceição Evaristo (2020), da aceitação do que somos e principalmente para onde podemos seguir, como abordou Munanga (2012).

Quanto aos meninos, a questão de trabalhar na casa de alguém não cabe porque as meninas é que são as mais procuradas pelas famílias da cidade, pois o trabalho oferecido é quase sempre a cozinha ou a criança para cuidar e isso dificulta encontrar uma oportunidade de moradia para eles, ficando com a opção de cursar o ensino médio pelo Sistema Modular de Ensino (SOME) na própria comunidade ou na mais próxima que oferece essa etapa de ensino. Na educação superior, é comum, hoje, os quilombolas estudantes (meninos e meninas) se deslocarem para a cidade de Cametá, mas principalmente para Marabá como observado nos últimos anos de ingresso dos quilombolas estudantes de Boa Vista e conforme localização a seguir.

Imagem 02 – Deslocamento dos quilombolas estudantes à UNIFESSPA



Fonte: Google Maps, (2023).

Consoante a isso, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA em Marabá, concentra a maioria dos quilombolas estudantes da comunidade Boa Vista que tiveram acesso ao ensino superior pela política afirmativa via Processo Seletivo Especial (PSE). Como até o ano de início deste trabalho (2021), eu era a única quilombola de Boa Vista na Universidade Federal do Pará - UFPA, Campus Cametá, e pela minha experiência com o

coletivo acadêmico assim como pelo percurso da etapa da educação básica que também fiz, me despertou o interesse pela trajetória acadêmica dos demais, quilombolas estudantes da UNIFESSPA no que se refere ao percurso acadêmico.

Partindo dessas premissas, problematizamos a questão não apenas do processo de acesso à educação superior, mas principalmente da nossa permanência na universidade com trajetória estudantil diferenciada, porque somos quilombolas ingressantes pela política de ações afirmativas e questionamentos como o que é ser quilombola são corriqueiros na vivência fora de nosso quilombo. Logo, de acordo com a percepção de Naiane, que relata que “ser quilombola [pra mim] é se sentir pertencente a uma determinada comunidade, é se identificar com os valores, costumes e também ter a ligação com o território, viver próximo de outros indivíduos que compartilham de um mesmo laço” (Fala da Naiane Mendes e Silva, 18 anos estudante do Curso de Letras Língua Inglesa, Entrevista realizada no dia 28 de maio de 2023).

É interessante observar na narrativa de Naiane que ser quilombola é fazer parte da comunidade negra, de modo a se identificar com traços, valores e costumes que a liga às suas ancestralidades e, ao mesmo tempo, partilhar saberes e experiências com outros quilombolas no território no qual pertencem, firmando assim uma consciência étnica. Nos moldes de Weber (1994), uma “consciência étnica”, o sentimento de pertencimento a uma comunidade étnica, organizada de uma forma política, juntamente com o “sentimento de ser diferente” (aqui podendo ser entendida como identidade diferenciada), resultando em uma “comunhão” desses sujeitos que se uniriam e se organizariam socialmente/politicamente.

Esse laço que nos torna membro de uma mesma coletividade, Antônio Bispo dos Santos (2015), conhecido como Nego Bispo, identifica como “grupo”, o qual teve grande participação na luta contra os colonizadores que tinham sobre os povos quilombolas olhares de discriminação e julgamentos. Segundo Conceição Evaristo (2020), esses povos eram vistos como exóticos, sem cultura e sem importância. Deste modo, podemos dizer que essa ligação dada pelos valores incomuns entre o nosso povo, acontece desde muito cedo quando nem mesmo pensamos em trabalhar com as questões de nossos antepassados, visto que já se interessavam “de maneira muito específica e com os recursos que tinham no momento pela luta em busca de melhorias a exemplo da participação do quilombo Boa Vista no primeiro Encontro Quilombola do Pará em 1995, tendo em vista tal organização” (Farias, 2021, p. 44-45).

Sendo assim, apresento os quilombolas que vivenciaram/vivenciam a experiência na universidade, que conseqüentemente pode propiciar tais melhorias, sendo eles todos pertencentes ao quilombo Boa Vista e de trajetória diferenciada, como indicamos no início. E, na condição de quilombola pesquisadora, procuro responder por meio desse estudo o

compromisso social a fim de “devolver” saberes outros que ainda não estão presentes na comunidade ou mesmo na universidade.

Na comunidade, destaca-se o saber científico e/ou acadêmico. Já na universidade, os conhecimentos particulares e próprios de cada povo, ou seja, a vida como ela é em seus diversos saberes e práticas educativas quilombolas, em detrimento das teorias que se apresentam ao longo do tempo na educação superior.

Diante disso, destaco que a informação raça/cor não aparece na descrição dos dados de três dos colaboradores(as) da pesquisa, dos quais estão no quadro abaixo porque não nos deram retorno sobre como se identificam, as demais informações sobre os mesmos estão expostas porque foram acessadas por outros meios, como a lista de classificados dos respectivos cursos por exemplo, quanto ao ano de desligamento foi possível porque conhecemos uns aos outros e fica acessível a informação, sobre a idade nas redes sociais.

Quadro 01 – Perfil dos quilombolas estudantes da UFPA e da UNIFESSPA

Nome	Idade	Raça/ Cor	Estado Civil	Curso	Ano de Ingresso/ Universidade	Ano de conclusão/ desligamento
Amanda Santa Rosa Rabelo	24 anos		Solteira	Biologia	2019 - PSE-UNIFESSPA	2020
Andrei Freitas da Costa	22 anos		Solteiro	Engenharia Mecânica	2019 - PSE-UNIFESSPA	2020
Arlete Rodrigues da Silva	22 anos	Parda	Solteira	Saúde Coletiva	2023 - PSE-UNIFESSPA	2026
Brendo Santa Rosa Pinheiro	26 anos	Preto	Solteiro	Agronomia	2018 – UNIFESSPA	2023
Eduardo da Silva Santa Rosa	25 anos	Preto	Solteiro	Engenharia Mecânica	2018 - PSE-UNIFESSPA	2019
Eliverton Guimarães Teixeira Santa Rosa	31 anos	Preto	Solteiro	História	2018 - PSE-UNIFESSPA	2019
Heidemberg Pinto	29 anos		Solteiro	Engenharia Mecânica	2019 – UNIFESSPA	2020

Ivanilson Mendes e Silva	25 anos	Pardo	Solteiro	Agronomia	2021 - PSE-UNIFESSPA	2026
Jamily Carvalho da Costa	19 anos	Parda	Solteira	Agronomia	2023 - PSE-UFPA	2028
Julia Pinheiro	19 anos	Branca	Solteira	Letras Língua Portuguesa	2023 - PSE-UNIFESSPA	2026
Maria Gisele da Silva Santa Rosa	23 anos	Preta	Solteira	Saúde Coletiva	2019 - PSE-UNIFESSPA	2024
Naiane Mendes e Silva	18 anos	Preta	Solteira	Letras – Inglês	2021 - PSE-UNIFESSPA	2024
Natiane Mendes e Silva	22 anos	Preta	Solteira	Geo- grafia	2021- UNIFESSPA	2024
Raney Santa Rosa Pinheiro	23 anos	Preto	Solteiro	Artes Visuais	2022 - PSE-UNIFESSPA	2026
Rayson Santa Rosa Pinheiro	21 anos	Preto	Solteiro	Ciências Sociais	2020 - PSE-UNIFESSPA	2024
Vanderle ne Santa Rosa	20 anos	Preta	Solteira	Letras- Inglês	2022 - PSE-UNIFESSPA	2026
Vanderli ne Santa Rosa	19 anos	Preta	Solteira	Pedagogia	2023 - PSE-UNIFESSPA	2026
Vanessa Freitas da Costa	21 anos	Preta	Solteira	Letras Língua Portuguesa	2021 - PSE-UNIFESSPA	2025

Fonte: Elaboração Própria, Costa (2023).

Ao analisar o percurso acadêmico de quilombolas estudantes de Boa Vista, em Baião/PA, constatamos a partir da vivência na comunidade, assim como na universidade, que os saberes culturais são próprios de cada sujeito em uma determinada sociedade e que esses dizem muito sobre o coletivo de pertencimento de origem.

Assim, podemos dizer ainda que esse trabalho vai muito além de reconhecer a importância da diferença cultural, ele nos traz uma reflexão sobre o ser e o fazer quilombola

hoje especialmente em Boa Vista, que diz muito sobre outros povos em igual situação de vulnerabilidade e racismo na sociedade brasileira.

Além disso, o estudo aponta também questões que podem ser o ponto de partida para pesquisas vindouras como a participação das mulheres nas atividades comunitárias, os caminhos que percorrem os estudantes para conseguirem a finalização do curso de graduação dentre outros. Sobre os caminhos, o quilombola Eduardo argumenta:

[...] eu passei pelo preconceito e foi uma coisa que eu nunca tinha sentido uma coisa muito chata e naquele momento eu não soube lidar com a situação, eu fiquei meio triste, meio emotivo, com vontade de chorar e eu acabei me afastando de algumas coisas de dentro da minha sala, de algumas pessoas até que eu era próximo quando eu tava lá na UNIFESSPA na minha sala de aula, eu ficava muito na minha e justamente por isso né? (Fala do Eduardo da Silva Santa Rosa, 25 anos, estudante de Engenharia Mecânica. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022).

Percebe-se, na exposição de Eduardo, que o mesmo já passou por situações de preconceito na UNIFESSPA, por ser quilombola, e trazer em seu corpo traços que o ligam à cultura negra. Situações que foram bastante constrangedoras e que o levou a se afastar dos seus colegas, justamente para não passar mais por situações como estas.

Assim, destaco que a forma de falar, e principalmente o que se fala, com a intenção de nos definir como quilombolas estudantes ou não realmente nos desestabiliza a ponto de apenas chorar na maioria das vezes, como o quilombola Eduardo, e até mesmo pensar se estamos no lugar certo, se não devíamos ter ido tão além sobretudo pela educação. Mas, ao mesmo tempo, lembrar que se nos sentimos provocados é porque talvez estamos sim no caminho certo.

Dessa forma, dentre as vezes que já passei por constrangimentos na universidade por não ser exatamente como uma quilombola, quero dizer, com as características criadas na mente de muita gente (tenho cabelos claros, lábios volumosos, de pele negra mais aproximada a cor preta) e talvez por questões mesmo de estar naquele lugar compartilhando saberes. Para citar uma de minhas experiências, que aconteceu durante a participação em um Evento que tratou sobre questões Afro-Orientais na Universidade Federal da Bahia - UFBA a partir do III Encontro Internacional da ABEÁfrica, exatamente quando eu falava sobre tal pesquisa, uma das professoras que integrava o “GT 09. África na escola¹” que participei depois de me apresentar e dizer quem sou, perguntou em tom desacreditado “[...] você sabe que existe toda uma questão de heteroidentificação para isso, né?”.

¹ Parte da programação do III Encontro Internacional da ABEÁfrica, realizado do dia 28 de dezembro de 2022 em Salvador/ BA.

Simplesmente me perguntei se os laços culturais educacionais e a relação com o nosso povo já não serviam de mais nada, mesmo quase sem jeito para me expressar contei a minha trajetória e disse que me auto identifico quilombola por maneiras específicas de ser como a nossa trajetória educacional, por exemplo, pois com base nos aspectos abordados pelo documento da Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá-Miri (ACORQBU), no que se refere ao pertencimento aos povos quilombolas, a relação que temos uns com os outros, os costumes que são particulares, são fatores que fazem parte do ser/pertencer ao quilombo.

A quilombola Naiane, quando perguntada se já passou por alguma situação preconceituosa relatou que “Graças a Deus, não” (Fala da Naiane Mendes da Silva, 18 anos, estudante de Letras Língua Inglesa. Entrevista realizada no dia 28 maio de 2023), o mesmo ocorreu com Brendo que também relatou que “não” sofreu preconceito (Fala do Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 06 de junho de 2023). Realmente é para dar graças, porque o que o quilombola estudante Eduardo e eu experienciamos não foi uma questão que ficou apenas naquele lugar, mas principalmente dentro de nós.

Diante dessas experiências racistas e discriminatórias, Munanga (2005, p. 41) afirma que “o racismo é a pior forma de discriminação porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a natureza lhe deu. E a discriminação racial como ela se apresenta hoje é relativamente recente”. Concordando que não podemos controlar atos preconceituosos, cabe por ora fazermos o que sabemos: conhecer os direitos e acessá-los nos mais diversos espaços e então experienciar o que nos é de direito ainda que as formas de racismo mais recentes e sutis nos sejam impostas, devemos tentar combatê-la nas mais diferentes formas que podemos experienciar como na universidade.

Nesse sentido, a partir do termo *escrevivência* contamos nossa própria história nesse estudo. O mesmo é oriundo da trajetória de Conceição Evaristo (2020), mulher com grande relevância nas escritas sobre vivência em tempos de ensinar e/ou aprender com o outro. Enfatizamos que isso possibilitou mais ainda a escuta de tantos outros quilombolas em dimensões específicas como eu e, portanto, escrever estudar sobre esse percurso vivenciado pode ser uma das formas de mostrar quem somos, e porque estamos em espaços como a universidade, essa escrita repercute em nosso autoentendimento, como afirma a própria autora:

A escrita nasceu para mim como procura de entendimento da vida. Eu não tinha nenhum domínio sobre o mundo, muito menos sobre o mundo material. Por não ter nada, a escrita me surge como necessidade de ter alguma coisa, algum bem. E surge

da minha experiência pessoal. Surge na investigação do entorno, sem ter resposta alguma. Da investigação de vidas muito próximas à minha. Escrivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência (Evaristo, 2020, p. 34).

Nesse mesmo sentido, buscamos conhecer as alternativas encontradas para a permanência na universidade, diante das situações que enfrentamos dia após dia, como o que é quilombo, ou ser quilombola, questões que estão no cerne das experiências. Porém, a reflexão sobre os impactos causados na vida das pessoas pela forma como são abordadas, que podem até não finalizar o curso tão desejado, por terem que justificar a todo instante a própria identidade, ainda precisa ser feita, pois conviver com interlocutores que nos colocam à margem por ser/pertencer a um grupo diferenciado, passando por momentos racistas e preconceituosos não é o mais fácil dos desafios enfrentados em nossas experiências.

Para Bourdieu (1983),

As experiências se integram na unidade de uma biografia sistemática que se organiza a partir da situação originária de classe, experimentada num tipo determinado de estrutura familiar. Desde que a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do habitus de grupo ou de classe [...]. O estilo pessoal, isto é, essa marca particular que carregam todos os produtos de um mesmo habitus, práticas ou obras, não é senão um desvio, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado, em relação ao estilo próprio a uma época ou a uma classe (Bourdieu, 1983, p. 80-81).

Bourdieu (1983) se apresenta como uma conexão forte, ao dialogar com a temática proposta justamente por questões que partem da prática em detrimento da teoria, por exemplo, as experiências que são vivenciadas como nossa trajetória e posteriormente estudadas. Esse conhecimento pode acontecer porque os que eram o público da etapa da prática educativa na educação básica hoje se encontram vivenciando, pesquisando a historicidade, dentre outros temas que eleger necessário investigar na universidade, pois, para Bourdieu (1983), não é válido acreditar que existe um método, uma teoria natural da definição ou um trabalho científico que não considere as regras do jogo. Nessa mesma concepção, Dantas (2008) informa que

O reconhecimento das regras do jogo em um campo determinado implica num habitus que funciona como esquema de ação, de percepção e de reflexão. Isso corresponde um investimento no jogo, participar desse jogo é ter o jogo no corpo (gestos, posturas) e na mente (formas de ver, de classificar). O habitus, portanto, é o produto da experiência individual e da experiência histórica coletiva, matriz geradora da interação entre essas experiências (Dantas, 2008, p. 2).

Considerando nossas particularidades e complexidades (como a forma de se expressar, comportamento em determinado lugar, condições financeiras, maneira de vestir e até mesmo

características físicas, mas especialmente a trajetória educacional diferenciada), enquanto quilombolas estudantes oriundos da comunidade Boa Vista, vale destacar que:

Diante desse painel, aparentemente intransponível, nas últimas décadas, as ações afirmativas tomaram corpo no seio da sociedade civil, com recursos próprios e à margem do controle estatal, o que, em um limite, dá às várias experiências brasileiras de ação afirmativa perfis e características totalmente diferenciados, permitindo, inclusive, em alguns casos, o hibridismo entre desigualdade racial e social, expresso pela categoria *carente*, utilizada por várias iniciativas (Petrolina; Silva; Silvério, 2003, p. 87).

Tratando-se das comunidades remanescentes de quilombos, destacamos o hibridismo identitário, o que nos levaria a outras vertentes discursivas quais sejam, sou quilombola ou ribeirinha? Ou ribeirinha e quilombola, considerando as comunidades que se encontram à margem do rio Tocantins?

Conforme as leituras feitas durante o processo de formação, a exemplo de Alves (2020, p. 137), a identidade se organiza conforme o ambiente, “conclui-se com isso que a identidade possui um caráter relacional e situacional, está em constante movimento de construção, desconstrução e reconstrução segundo as situações em que grupos e indivíduos estão inseridos. A cada mudança social ela se reformula de um modo diferente”.

Logo, a identidade se movimenta, mas é importante que saibamos em que consiste tal identidade, quais rumos estão tomando como no caso dos quilombolas estudantes; daí a hibridação, ou seja, quilombolas estudantes, posto que somos primeiro quilombolas depois estudantes com base em nossa trajetória de vida.

Dessa forma, Hall (2005) afirma que devemos falar em “identidades”; logo, considerando os diversos aspectos que nos envolvem, como os culturais, educacionais específicos a partir do quilombo, se faz necessário atentar para o movimento ao ingressar na educação superior, ou seja, para as “identidades”, a transformação como afirma o autor.

Mas é imprescindível inferir que, mesmo as ações afirmativas permitindo tais experiências para a efetivação da presença quilombola em diversos espaços socioculturais e especialmente na educação superior, a permanência em massa ainda não foi garantida com base nos quais continuam tentando o acesso à universidade ano após ano e, especialmente, na trajetória dos quais não conseguem continuar devido aos desafios que se apresentam.

No entanto, Alves (2020, p. 90) salienta que “o compartilhamento de histórias positivas aumenta a crença de que mesmo pertencendo à camada popular é possível percorrer um caminho maior no sistema escolar”. Diante disso, e com base nas experiências propiciadas por essas iniciativas, cabe lembrar mesmo assim que medidas precisam ser tomadas para a complementação dessas ações de maneira que quilombolas estudantes tenham, além do acesso

à permanência na educação superior, assim como em outros aspectos relacionados ao bem viver das comunidades.

Mas como essas complementações seriam materializadas pode-se dizer que ainda é uma questão a ser estudada, tendo em vista a própria revisão das políticas de cotas que deveria ter acontecido em 2022, ano em que comemoramos os dez anos da mesma, a qual não aconteceu como afirmou a professora da UFPA, Zélia Amador de Deus, e, portanto, ainda não sabemos quais ajustes seriam feitos na tentativa de garantir a presença de mais quilombolas na universidade.

Ademais, pelas palavras proferidas a respeito do ensino pesquisa e extensão, foi permitido leituras específicas de cada gesto expressado, a partir da experiência vivenciada. Entretanto, “o fato de dois indivíduos pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes, porém aproximados por preferência, gostos, idiossincrasias” (Velho, 1978, p. 3).

Conforme Velho (1978), as experiências podem ser dadas pelo mesmo coletivo de pertencimento em um mesmo contexto, mas com proximidades outras. Nesse sentido, ao retratarmos as políticas de ações afirmativas que tem possibilitado tais experiências na educação superior a partir de oportunidades significativas como mostram os quilombolas estudantes, podemos acrescentar as interpretações particulares dos acontecimentos experienciados.

Para Santos (2017, p. 38), as políticas afirmativas são “vistas como medidas para criar igualdade de oportunidades para grupos e populações socialmente excluídas, essas ações prevêm um tratamento diferenciado na sua execução”. Logo, tomamos por base essa definição com a finalidade de conhecer a experiência na universidade dos quilombolas estudantes como povos que se encontram socialmente à margem, garantindo os direitos legais mesmo com as limitações que a universidade encontra para essa movimentação de inclusão de diversos povos. Uma vez que:

Diante de um quadro que evidencia a desigualdade racial, e ao mesmo tempo a reproduz, adquire-se a certeza de que devem ser tomadas medidas voltadas para sua reversão. Essas medidas, chamadas ações afirmativas, cada vez mais aparecem no debate político e intelectual brasileiro como formas privilegiadas para a promoção da população negra (Petrolina; Silva; Silvério, 2003, p. 83).

Entende-se, conforme os autores supracitados, que os fatores limitantes podem se configurar de diversas formas no mundo acadêmico até reverter a situação, e para a efetivação de políticas públicas impressas na trajetória vivenciada as ações afirmativas são os procedimentos da vez. A política diferenciada para quilombolas também conhecida como ações

afirmativas com base na experiência dos quais já estão na universidade pelo ingresso da mesma, apresentaram transformações individuais e coletivas específicas.

Isso foi possível a partir da inclusão dessas políticas nas pautas governamentais no Brasil, tendo em vista o tratamento específico para o nosso povo quilombola, segundo Santos (2017). Dessa maneira, a dissertação faz um enfoque sobre as experiências do coletivo quilombolas estudantes, mas com interpretações muito particularidades como as práticas educativas vivenciadas na trajetória da educação superior. Para tanto, foi necessário recorreremos ao método autobiográfico.

O método autobiográfico, “possibilita ao sujeito assumir o papel de protagonista ao criar/produzir textos ao invés de apenas consumi-los” (Oliveira, 2011, p. 290). Dessa forma, a participação forte do sujeito, o qual tem o compromisso com o processo de reflexão a partir de seu interesse e a compreensão do outro e de si, dada a minha experiência na Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Universitário do Tocantins/Cametá.

Essa compreensão, para a escritora, mestra Conceição Evaristo, é definida como escrevivência, ou seja, a autobiografia pode ser entendida como “uma das formas de escrever acontecimentos de nossa própria vida, ou seja, as experiências que estamos apresentando, se encaixam nessa concepção” (Evaristo, 2020, p. 34). Essa apresentação se refere à forma como a trajetória de quilombolas estudantes pode ser afetada diante das mais diversas práticas educativas, que perpassam teorias e as diferentes experiências, quando se trata de ensinar e ou aprender com o outro, cuja resistência e a busca por alternativas de permanência nos espaços podem ser a melhor resposta hoje.

Diante disso, importa dizer que mantivemos o compromisso social enquanto pesquisador (a) para essas questões, uma vez que ocorre uma espécie de visita ora individual, ora coletiva, em histórias de vida permitidas pela memória, pois “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (Bosi, 1994, p. 55). Para então exemplificar e/ou vivenciar um novo acontecimento se faz necessário lembrar os acontecimentos, mas também os definir de outra maneira entendendo que agora a importância pode ser dada por outro viés como os diversos modos de ensinar e aprender.

Neste sentido, realizou-se uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, visto que “na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal” (Robert; Biklen, 1991, p. 47). E a fonte de informação e coleta de dados para a análise advêm da observação direta *in loco* da realidade da trajetória dos educandos.

Por sua vez, Chizzotti (2009, p. 79) afirma que a abordagem qualitativa “[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Desse modo, a referida abordagem atende a intencionalidade do presente estudo, pois de acordo com Chizzotti (2009):

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as ações individuais. Isso não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais com o contexto geral da sociedade (Chizzotti, 2009, p. 83)

Nesse sentido, essa abordagem está em consonância com a intenção de analisar a experiência dos quilombolas estudantes de Boa Vista, na educação superior na UNIFESSPA. No entanto, faz-se necessário tecer alguns questionamentos em torno da questão proposta e realizar uma série de análises nas fontes e a metodologia a ser utilizada.

Para a análise sobre o acesso e a permanência na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), possuímos a trajetória acadêmica como compreensão sobre como ocorreu o processo de ingresso na universidade e como os quilombolas estudantes se organizam para a permanência na educação superior, com base na experiência deles e sustentados por Bourdieu (1983), que diz que a experiência é dada pela união de uma biografia e ainda no escrever viver como explica Evaristo (2020). Assim como Bourdieu (2007), enfatizando o capital cultural com o qual mediamos nossas vivências na comunidade a partir do conhecimento prévio; além de Munanga (2005) e Alves (2020) ao tratar das questões de discriminação e racismo na escola; e no âmbito das questões educacionais no quilombo dialogamos com Farias (2021), o qual tem forte ligação política no município e que pode (ou não) influenciar considerações a respeito do quilombo Boa Vista.

Da mesma forma, realizou-se entrevistas com um roteiro de perguntas prévias relacionadas a experiência na educação superior, bem como conversas informais com os quilombolas estudantes da comunidade de Boa Vista, as quais se tornaram uma das fontes fundamentais para a construção desta dissertação de mestrado. As entrevistas se deram no sentido de dialogar de forma mais aprofundada com o quilombo Boa Vista, ocasionando um caráter de interação com os pesquisados - Interlocutores/ colaboradores e, assim “[...] construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (Minayo, 2010, p. 64). E ainda, o uso do

método autobiográfico e da escrevivência dada a minha experiência na UFPA em que, ao escolher trabalhar dessa forma, foi preciso primeiramente entender que:

[...] para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia (Velho, 1978, p. 1-2).

É importante mencionar que, como estávamos vivenciando a pandemia da COVID-19² no processo de feitura desta dissertação, não foi possível ir a campo no primeiro momento (de outubro de 2021 a março de 2022) realizar a observação *in lócus* e as entrevistas de forma presencial, e sim realizá-las através de mídias digitais, de modo a seguir o distanciamento social recomendado pela OMS. Deste modo, fiz uso dos recursos da netnografia³, que no momento também se configurou em desafio devido as manifestações linguísticas e visuais se tornarem ainda mais limitadas, levando em consideração as dificuldades que enfrentamos de acesso à internet na Amazônia Tocantina.

Assim, a aproximação junto aos quilombolas estudantes foi possível a partir de diálogos realizados pelo aplicativo WhatsApp, em momentos distintos, pois os estudantes encontravam-se na UNIFESSPA cumprindo suas atividades acadêmicas. Somente em agosto de 2022, já com a ajuda da bolsa de Mestrado propiciada no âmbito do Programa de Ações Afirmativas da Pós-Graduação (PAF-PG), a partir do convênio 002/2021, que foi possível estabelecer o primeiro contato presencial com os quilombolas estudantes da comunidade Boa Vista.

Esse momento permitiu ora contato direto ora participação-observante dos acontecimentos vivenciados, como as rodas de conversas, a organização da comunidade em si, dentre outros aspectos, como os laços culturais educacionais desde o meu nascimento em Boa Vista. Esse contato, aconteceu a partir do cumprimento ao chegar nos espaços comunitários, ao observar como percorremos os caminhos da escola na etapa da educação básica e superior. A participação-observante ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada.

Vale ressaltar que, os primeiros contatos entre pesquisadora e interlocutores já haviam ocorrido anterior à esta pesquisa, possibilitando um cenário de confiança e amizade que foram reforçadas nos encontros estabelecidos durante a pesquisa. O que facilitou a proximidade mais

² Doença infecciosa descoberta recentemente, causada pelo novo coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Severe Acute Respiratory Syndrome – SARS-CoV-2).

³ Segundo Kozinets (2014), a netnografia configura-se enquanto uma pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo *online*, usando comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal.

calorosa junto aos quilombolas estudantes, possibilitando-me inicialmente manter o contato com um deles para colher informações e constituir uma rede de contatos a partir de um grupo na rede social WhatsApp em março de 2022, pois eles estavam na UNIFESSPA cumprindo suas atividades acadêmicas.

Assim, logo no primeiro contato com os (as) entrevistados (as), deu-se início a etapa da pré-entrevista, na qual foram apresentados o projeto de pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para todos os quilombolas estudantes, a fim de oficializar a realização da pesquisa, de modo a manter a privacidade dos dados coletados, a identificação dos (as) entrevistados (as), bem como a autorização para o uso de suas falas.

Uma vez aceito o convite para participar da pesquisa, compartilhamos o consentimento de entrevista com todos, sendo que destes apenas 4 responderam o roteiro de perguntas prévias referentes as informações sobre os desafios em permanecer com os estudos na UNIFESSPA.

Nesse sentido, as perguntas foram realizadas com a intenção de responder ao meu desafio no que se refere a organização dos quilombolas estudantes para a permanência na universidade, com base na percepção dada pelas suas vivências. Além disso, fez-se o uso de fontes orais, para ouvir o que os quilombolas mais velhos da comunidade têm a contar sobre a história, surgimento do quilombo e a organização comunitária em prol da educação escolar. Visto que, para Portelli (1997, p. 22), “[...] a arte essencial para o historiador oral é a arte de ouvir”, ou seja, o que interessa na pesquisa oral é ouvir o (a) narrador (a) tratar de sua trajetória de vida, experiência e visão do passado por meio de uma escuta sensível. Assim, “não cabe, em entrevista de História Oral, induzir o depoente a ancorar com nossas próprias ideias sobre o assunto” (Alberti, 2004, p. 120). Visto que “o historiador oral tem que ser um bom ouvinte, e o informante um auxiliar ativo. [...] é uma história construída em torno de pessoas” (Thompson, 1992, p. 43). Assim, realizou-se a entrevista com 5 pessoas da comunidade, quais sejam:

Quadro 02 – Perfil dos quilombolas mais velhos da comunidade Boa Vista

Nome	Idade	Atividade
Eugênia Nunes Campelo da Costa	83 anos	Uma das quilombolas mais antigas da comunidade, atuou na área de serviços gerais da escola da comunidade.
Gilson Nunes Campelo da Costa	55 anos	Quilombola, pescador, morador da comunidade, atuou como membro das ações na igreja de Santa Maria em Boa Vista.

Jaime Nunes Campelo da Costa	60 anos	Quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos.
Jaime Lira da Costa	38 anos	Quilombola, pai, ativo nas ações comunitárias morador da comunidade.
Rosiele Rodrigues Costa	30 anos	Quilombola, mãe, ativa nas ações comunitárias especialmente no campo da educação escolar.

Fonte: Elaboração Própria, Costa, (2023).

O quadro acima apresenta o perfil dos quilombolas comunitários, que participaram da pesquisa na condição de sujeitos colaboradores conforme suas experiências no quilombo Boa Vista, são pessoas que atuaram e ou atuam na organização escolar assim como comunitária que são espaços que se interrelacionam. Vale dizer que a senhora Eugênia Nunes Campelo da Costa além de atuar nos serviços gerais da escola é uma das mais velhas do quilombo, e a relação de dona Eugênia, Gilson Nunes Campelo da Costa e o senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, merece destaque por ser sanguínea e mostrar a luta por melhorias sociais em prol desse quilombo dada desde outrora pelos ensinamentos da própria mãe.

Essa concepção se confirma com a presença de Jaime Lira da Costa, filho de Jaime Nunes Campelo da Costa, neto de dona Eugênia, sobrinho do senhor Gilson, o mesmo é membro ativo nos movimentos referentes a Boa Vista e ainda, nas ações de Rosiele Rodrigues Costa, que luta na organização em favor do funcionamento da escola em Boa Vista, sendo sobrinha legítima de dona Eugênia.

Para além da própria pesquisadora, neta de dona Eugênia, filha de Jaime Nunes Campelo da Costa, sobrinha de Gilson Nunes Campelo da Costa, irmã de Jaime Lira da Costa e prima de Rosiele. Portanto, praticamente pela vivência/ experiência de uma família surgem questões que significam muito para a comunidade em seus diferentes contextos, o que pode ser um incentivo para sabermos questões outras a partir das demais famílias, no que se refere as diferentes idades serviu para entendermos as (trans) formações na organização ao longo do tempo em Boa Vista e, por isso, uma pesquisa nas perspectivas decoloniais.

Por fim, em junho de 2023, a fim de atender as orientações após o exame de qualificação do trabalho, compartilhamos novamente o roteiro de perguntas e em vez de 4, como no início, contamos com mais 2 pessoas que responderam tanto de forma escrita (roteiro de perguntas) como pelas fontes orais (conversas) e, por isso, somamos 6 quilombolas estudantes interlocutores da pesquisa. Nesse sentido, esta pesquisa enveredou-se também pelos métodos e técnicas da História Oral, visto que “o trabalho com a história oral pode auxiliar as pessoas a

reconhecer e dar valor à experiência silenciada ou reconciliar com os aspectos difíceis de seu passado. E tudo isso pode ser evocado tendo como base os dados da memória” (Thompson, 1997, p. 70).

Podemos dizer que a História Oral está presente nos mais distintos grupos e pode ser realmente muito persuasiva, justamente pelos acontecimentos, os quais devem ser significativos e concretos. Uma vez que, fatores como a historicidade (memória educacional), bem como as transformações que acontecem são essenciais para a reflexão da/na prática educativa, possivelmente se dá à medida que os saberes são compartilhados por intermédio de discursos, por isso, esse contato com os mais velhos se faz pertinente.

Lembramos ainda, que na memória de outros indivíduos existem saberes que não sabemos e, tampouco, temos outro meio de aprender a não ser pela memória. É por isso que se faz necessário preservar as fontes orais, para valorizar ainda mais o compromisso social e cuidar também da produção final para que essa seja tal qual proferiu os participantes de nossas pesquisas. Esse cuidado contribui para a fidelidade e respeito de pesquisadores dos mais ricos saberes, quais sejam registrados de forma escrita ou não.

É importante mencionar que, como durante os primeiros contatos com os entrevistados em 2022, o período era festivo (Festival Quilombola) na comunidade, as conversas interpessoais *in loco* ocorreram dentro da disponibilidade de tempo de cada participante. Assim, aproveitou-se esses momentos de festejos na comunidade para a observação dos acontecimentos, bem como a estratégia das informações coletadas fossem de forma mais natural possível e assim, conhecermos a percepção dos cinco quilombolas na categoria trajetória comunitária que compartilharam suas experiências na comunidade (três homens e duas mulheres).

E, dos 17 quilombolas na categoria trajetória na educação superior (seis homens e onze mulheres), apenas seis responderam o roteiro de perguntas sobre a vivência na educação superior, porque mesmo tendo aceitado participar não eram obrigados a compartilhar as experiências e, embora tenha realizado entrevistas com os homens, as mulheres são atravessadas por questões outras na universidade como mostramos ao longo deste trabalho. Portanto, destacamos dentre eles os quais nos deram retorno, e que estamos trabalhando:

Quadro 03 – Vivência dos quilombolas estudantes na educação superior

Nome	Idade/ Estado Civil	Raça/Cor	Curso/ Ano de Ingresso/	Filiação	Atividade
Brendo Santa	26 anos, solteiro	Preto	Agronomia-2018	Reginaldo Pinheiro e Doracy	Estudante

Rosa Pinheiro				Guimarães Teixeira Santa Rosa	dependente da Bolsa Mec.
Eduardo da Silva Santa Rosa	25 anos- Amasiado	Preto/	Engenharia Mecânica- 2018	Nataniel Guimarães Teixeira Santa Rosa e Ana Maria da Silva Meireles	Desligado do curso de Engenharia Mecânica- Formado em Técnico em Mecânica- Faculdade São Luís EAD.
Eliverton Guimarães Teixeira Santa Rosa	31 anos- Amasiado	Preto	História- 2018	Ernandes Nunes Santa Rosa e Maria Teixeira	Desligado do curso de História, mora em Boa Vista, trabalhando na agricultura.
Ivanilson Mendes e Silva	25 anos- Solteiro	Pardo	Agronomia- 2021	Raimundo Nonato Rocha e Siva - Nilza Costa Mendes	Estudante dependente da Bolsa Mec.
Naiane Mendes e Silva	18 anos- Solteira	Preta	Letras Língua Inglesa- 2021	Raimundo Nonato Rocha e Siva - Nilza Costa Mendes	Estudante dependente da Bolsa Mec.
Rayson Santa Rosa Pinheiro	21 anos- Solteiro	Preto	Ciências Sociais- 2020	Reginaldo Pinheiro e Doracy Guimarães Santa Rosa	Estudante dependente da Bolsa Mec.

Fonte: Elaboração Própria, Costa (2023).

O quadro acima, apresenta os quilombolas estudantes interlocutores desta pesquisa, os quais também compõem a comunidade acadêmica presente na UNIFESSPA pelas políticas afirmativas, juntamente aos demais apresentados no começo, mas para efeito de nosso estudo destacamos os quais nos relataram suas experiências na educação superior. Esses relatos foram coletados pelas entrevistas orais em oportunidade de conversa *in loco*, em que as respostas foram transcritas posteriormente, assim como pelo roteiro de perguntas e ao observar a realidade do quilombo Boa Vista.

No que se refere ao perfil de nossos colaboradores, observamos além dos laços culturais, educacionais, a familiaridade entre Brendo, Eduardo, Eliverton e Rayson perceptível pelo sobrenome (Santa Rosa). Vale ressaltar que essa familiaridade é comum nas comunidades quilombolas, mas nesse caso, esses colaboradores também tem parentesco sanguíneo sendo os

irmãos de Eliverton, pais de Brendo, Eduardo e Rayson. Em relação a Ivanilson e Naiane, o parentesco é sanguíneo também, e são irmãos, assim concluímos que de uma mesma família há dois ou mais pessoas contempladas pela ação afirmativa na UNIFESSPA dependentes da bolsa MEC para garantir a permanência na universidade, com exceção de Eliverton e Eduardo desligados do curso.

Feito a apresentação e esclarecimento com base nas experiências compartilhadas, vamos a organização desta dissertação a qual conta com três capítulos. No primeiro capítulo “Quilombolas no Brasil e na comunidade de Boa Vista em Baião-PA”, apresentamos a pesquisadora, a pesquisa e os caminhos que culminaram no estudo. Assim como contribuições sobre a pesquisa em questão, ancorada nos estudiosos que se dedicaram à temática quilombola, a exemplo de Meireles (2020), Santos (2017), Farias (2021), dentre outros (as) citados ao longo deste estudo.

Enfatizamos que essas contribuições fundamentaram a pesquisa que, por sua vez, busca promover ainda mais o desenvolvimento das políticas públicas no que diz respeito aos benefícios voltados para estudantes das comunidades remanescentes de quilombos do Baixo Tocantins, especialmente da comunidade de Boa Vista. Esse capítulo traz uma apresentação da pesquisadora em diálogo com a experiência dos colaboradores e a pesquisa, a história do tráfico dos africanos para o Brasil, que se situavam à margem dos direitos legalmente constituídos, ou seja, a negação de direitos e a organização dos quilombos. Nessa perspectiva, para entender o contexto vivido hoje pelas/pelos quilombolas, é fundamental conhecer a sua história, a legislação e a importância dos movimentos sociais para que conquistas fossem efetivadas (Meireles, 2020).

Além disso, apresentamos um panorama histórico de Boa Vista em Baião, Pará, e sua organização como comunidade quilombola na região, como é e onde está localizada. Bem como evidenciamos os significados da escola, a resistência do povo quilombola de Boa Vista e as suas manifestações em relação a escola e a pouca diferença cultural na região, objetivando um diálogo com as experiências dadas na educação superior.

No segundo capítulo “Quilombos e quilombolas na educação superior”, expusemos um breve histórico da política de cotas assim como os diferentes conceitos de ações afirmativas; posteriormente abordamos como ocorre o processo seletivo a partir da política diferenciada na UFPA fazendo uma comparação com o processo da UNIFESSPA e as experiências dos educandos quilombolas de Boa Vista nessa última instituição, que tiveram acesso por meio das ações afirmativas.

No terceiro capítulo “Comunidade e Universidade: Relações culturais e educacionais”, abordamos como a educação escolar quilombola é vista na comunidade e como ela realmente acontece, discutindo sobre as estratégias dos representantes de Boa Vista em busca do ensino para seus filhos.

Assim como, apresentamos as práticas educativas na comunidade como contribuição para as transformações sociais por meio da atuação da Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão (ACORQBU). Posteriormente, os desafios vivenciados para a permanência na UNIFESSPA, em que buscamos tecer uma discussão a partir das concepções dos estudantes, as quais respondem a problemática no que diz respeito a organização deles em relação ao acesso e permanência na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, seguida das considerações finais.

CAPÍTULO I – QUILOMBOLAS NO BRASIL E NA COMUNIDADE DE BOA VISTA, EM BAIÃO-PA

Neste capítulo, conheceremos a pesquisa, a pesquisadora, assim como os caminhos que a trouxeram aqui. Veremos as contribuições sobre a pesquisa em questão ancoradas nos estudiosos que se dedicaram à temática quilombola, a exemplo de Meireles (2020), Freitas (2021), Domingues e Gomes (2013), Leite (2000), dentre outros, que abordam questões acerca do acesso e permanência no ensino superior e a história dos quilombos no Brasil. Enfatizamos que essas contribuições fundamentaram a pesquisa que, por sua vez, tende a promover ainda mais o desenvolvimento das políticas públicas no que diz respeito aos benefícios voltados para estudantes das comunidades remanescentes de quilombos do Baixo Tocantins, especialmente da comunidade Boa Vista.

1.1 Apresentação da pesquisa e da pesquisadora

Importa iniciar este estudo com uma breve apresentação pessoal dos caminhos que me levaram à pesquisa, das motivações e vivências ao longo de minha formação na educação básica e superior pública, que propiciaram a investigação aqui apresentada, pois, como diz Freitas:

“Minha história é também a história de uma geração, minha história é também uma história coletiva, pensá-la aqui é uma forma de exercitar o pensamento geral sobre um período histórico de conjuntura alargada e ao mesmo tempo uma busca de articulação política com uma experiência coletiva comunitária no presente” (Freitas, 2021, p. 15).

Nesse sentido, vale considerar os aspectos referentes a história vivenciada também pelos outros quilombolas estudantes e não apenas a minha experiência na educação superior, podendo se configurar como tal exercício de nosso coletivo de pertencimento, de marcas de uma biografia individual ou de um conjunto de biografias. Mas, quais seriam as biografias e experiências de lutas coletivas hoje, que de alguma forma contribuem também para a organização da permanência na universidade.

Com base nas entrevistas dos seis quilombolas estudantes que estou trabalhando, os quais pertencem a comunidade acadêmica da UNIFESSPA hoje, apresentamos como se deu o processo de acesso e permanência para eles também. Desse modo, escolho começar pelo local de onde eu falo, Boa Vista, comunidade em que nasci e fui criada, localizada as margens do rio Tocantins no município de Baião-PA, pertencente à Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos Umarizal- centro, Umarizal-beira, Boa Vista, Florestão e Paritá-Miri (ACORQBU).

Sou mulher, negra, lábios volumosos, cabelos claros, quilombola da comunidade Boa Vista. A primeira da família a cursar e concluir um curso de graduação, filha de Jaime Nunes Campelo da Costa e Margadi Lino Lira, agricultores, egressa do curso de Letras Língua Inglesa e, no âmbito do Mestrado, vinculada à linha de pesquisas Culturas e Linguagens do PPGEDUC, que é o primeiro de um campus do interior, ingressei na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Cametá, em 2016, pela ação afirmativa PSE (Processo Seletivo Especial).

Inicialmente, recordo-me dos primeiros passos para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Boa Vista conforme a imagem 3, rumo aos conhecimentos educacionais. Sim, para a escola municipal, já que na comunidade não temos creches, na verdade em Boa Vista, a escola sempre foi de pequeno porte, contávamos apenas com uma estrutura predial de duas salas e uma cozinha, os banheiros eram aos fundos da escola construídos separadamente, a energia era de uma placa solar, pois a elétrica ainda não se fazia presente em nossa realidade.

Imagem 03 – Escola Municipal de Ensino Fundamental de Boa Vista



Fonte: Colaboradora da pesquisa, Rosiele Rodrigues Costa, (2023).

A educação infantil funcionava em uma das salas na turminha “casulo” da tia Darcy Menezes (*in memoriam*), aos 04 anos de idade no turno da manhã, a minha primeira professora, com a qual aprendi sobre valores através das atividades desenvolvidas nas aulas, me ocorre ainda a lembrança da musiquinha “Tá na hora de merendar quem quiser venha pra cá”.

Nesta sintonia, sentávamos no chão da sala para receber a merenda na hora do intervalo, feita pela minha avó Eugênia Nunes Campelo da Costa, responsável pelos serviços gerais da

escola. Ela que é para mim exemplo de humildade. Ainda lembro, o tom amarelado da cor daquele caderno costurado pelo meu pai Jaime Nunes Campelo da Costa, onde a professora escrevia manualmente as atividades, realidade distinta dos dias atuais de muitos estudantes, porém presente na vida de outros.

Além disso, a comunidade não dispõe no momento se quer do ensino necessário nem para os anos iniciais, e os estudantes migram para as comunidades ou cidades vizinhas, naquele tempo porque a escola funcionava apenas até a antiga quarta série. Hoje, porque a escola não funciona devido a estrutura comprometida como mostramos na imagem 3, mas principalmente porque a construção da nova escola oriunda de um projeto no âmbito do governo federal, porém coordenada por um dos governos municipais de Baião- PA, não aconteceu, como podemos ver na imagem 4 e, eu não via a hora de ir estudar na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Umarizal, mudar de nível.

Imagem 04 – Obra da Escola Municipal de Ensino Fundamental de Boa Vista



Fonte: Colaboradora da pesquisa, Rosiele Rodrigues Costa, (2023).

Somando-se a isso, tanto a minha alegria quanto a dos meus pais (Jaime Nunes Campelo da Costa e Margadi Lino Lira), a alegria que era a discussão do momento no final do ano letivo na reunião de entrega dos boletins e dos resultados finais, pois seus filhos viveriam uma nova fase escolar.

Foi um período muito feliz na minha vida escolar e principalmente familiar, porque ainda contava com a presença física dos meus pais ao chegar em casa, (separados desde quando completei meus 09 anos de idade).

Sobretudo a recepção calorosa e cheia de brincadeiras do meu pai, o qual foi meu alfabetizador, atuou como professor na escola de Boa vista, foi presidente da comunidade e hoje apenas pescador. Anos depois, meu pai foi indenizado por não estar mais apto para exercer a função de docente, visto que seu nível de escolaridade não lhe permitia (o primeiro grau). Ainda assim, foi muito presente na minha vida estudantil.

Nesse percurso, lembro-me que chorava para ser da turma dos “grandes” estudar na “primeira forte”, essa era a reação e definição que o meu anseio de aprender despertava-me, até que concluí a fase da educação infantil passando pelo primeiro nível do ensino fundamental “a primeira fraca”, assim denominada naquele tempo e no final do ano fui aprovada, tendo de agora em diante fazer o percurso do deslocamento da minha casa em Boa Vista para a escola na vila de Umarizal estudar a “primeira forte” (fundamental maior) e os níveis subsequentes.

Este período dividiu-se entre inverno e verão, durante o inverno o percurso era feito por canoa em que meu pai me levava até uma parte antes de chegar na vila de Umarizal, a partir deste local chamado Fortaleza, onde a enchente provocada pelas comportas da hidrelétrica de Tucuruí e pelas chuvas não chegava, daí em diante íamos a pé até a escola.

No verão, a caminhada começava desde a minha casa, muitas vezes caminhei sozinha quando chegava na casa dos colegas e eles já tinham saído, o medo era de passar por pastos que atravessavam o caminho e, também o cemitério que fica até hoje a beira do caminho. Acordava às seis horas da manhã nos dias em que não tinha aula de educação física para chegar à escola até às sete e quinze tolerâncias dada, pois não morava na mesma comunidade. Por vezes com um café simples, até a volta da escola em torno das doze ou treze horas dependendo da rapidez na caminhada.

Quando tinha aula de educação física, tinha que sair de casa ainda mais cedo para chegar a tempo, na Vila de Umarizal, isto é, quando não amanhecia chovendo e, em seguida ao campo de futebol onde era realizada a aula, sendo a primeira aula daquele dia. Ao final voltávamos em um intervalo de quinze minutos para tomar banho na casa de parentes de amigos que moravam na comunidade de Umarizal.

E posteriormente assistir a aula na escola, diga-se no ensino fundamental menor e maior, entre os anos 2000 à 2007 e, permaneceu até o segundo ano do Ensino Médio. Sendo que ao final do ensino fundamental maior através da organização da Associação Remanescente de Quilombos pude contar com um barco que fazia o transporte escolar.

A caminhada durante o ensino médio foi marcada por dias e noites muito peculiares. Foi o tempo em que meu pai resolveu compartilhar a vida com a sua segunda esposa. E, por volta de 2 (dois) anos de convivência compartilhada com meu pai, eu, o filho da esposa dele e

mais um sobrinho (filho do meu irmão mais velho, adotado pelos meus pais), porém com a separação ele havia saído de casa com a minha mãe, voltando apenas meses depois quando já tínhamos a minha madrasta, morando conosco.

Chegou o dia em que ela decidiu ir para a comunidade da família dela (Joana Peres) levando o meu pai, que trazia vez ou outra alguma comida para deixar para eu e meu sobrinho que ficamos em casa dependentes de um prato de comida doado pelo meu tio, José Nunes Campelo da Costa, que morava à direita da nossa casa e dos meus tios, Juscelino Nunes Campelo da Costa e Gilson Nunes Campelo da Costa, e um amigo da família Osvaldo que morava na casa da minha avó à esquerda, ela que mudou da comunidade de Boa Vista para a cidade de Baião para tratar da saúde do meu avô, Adelino Campelo da Costa (*in memoriam*).

O amigo da família, vez ou outra me pedia para lavar roupas para ele, e assim eu tinha meu “dinheirinho” para o material apostilado, e também para me manter com o essencial, deixando apenas meu sobrinho participar com mais frequência das refeições na casa do meu tio e da minha avó, pois eu me organizava de todas as formas com o dinheiro que ganhava das lavagens de roupas e do que a minha mãe me dava quando eu ia visitá-la, estudava à noite fazia o mesmo trajeto do período do ensino fundamental com relação ao deslocamento seja ele no inverno ou verão.

Assim, vivenciei até o primeiro e o segundo ano do ensino médio, e no final do ano letivo do ano de 2009, fui morar com a minha irmã na cidade de Baião, Lauriane Lira da Costa, que desde muito cedo saiu de casa em busca de melhorias e conhecimentos, atuando agora como Agente Comunitária de Saúde (ACS), concursada pela Prefeitura Municipal de Baião, o que possibilitava a minha irmã me ajudar.

Mesmo eu ainda sendo apenas uma menina, pessoas da comunidade e até mesmo o meu sobrinho que havia ficado comigo, principalmente ele sabia, porém ainda sem compreender que aquela responsabilidade não era minha (cuidar dele) e, que não tinha nada de errado com a minha saída de casa, deixando-o agora com apenas nove anos de idade tendo que ir morar com o meu pai e sua esposa, situação triste delicada e que definia boa parte da minha história [...].

Fui para a Escola Estadual de Ensino Médio Francisca Nogueira da Costa Ramos, turno vespertino e pela manhã trabalhava na casa da senhora Ivete Ramos, para ajudar a minha irmã a custear as despesas mensais. Entre a dinâmica de trabalhar e estudar, a felicidade da conclusão do ensino médio.

Era julho de 2010, quase metade das férias quando eu encontrava a dona Ivete Ramos em uma tarde de domingo na praça matriz, que me falou sobre a possibilidade de morar com a

filha dela na cidade de Cametá- PA, eu não pensei duas vezes, disse sim e, no segundo semestre do ano letivo viajei com a minha transferência e muito feliz pela oportunidade.

O que eu não sabia era que morar na casa de alguém desconhecido seria inevitável a compreensão em viver em função da disponibilidade do outro, renunciar certas vontades por inúmeros fatores, mas esta foi a minha primeira vez e minha família não estava mais tão perto.

Estudava pela manhã na Escola Estadual de Ensino Médio Júlia Passarinho onde concluir o ensino médio em 2010, nos anos seguintes fiquei prestando o vestibular, e à tarde cuidava da (Isabele) neta da dona Ivete, sentia a vida me chamar para a responsabilidade toda vez que acontecia algo que ainda não sabia lhe dar, então chorava e isso se repetia dia após dia, não vou negar o arrependimento de ter viajado sem ao menos pensar que eu poderia não me acostumar.

No entanto, a minha vontade nunca foi voltar para a minha comunidade ou mesmo para Baião da mesma forma que sair, ao passar dos anos a relação ficou mais leve, as situações se resolviam de forma diferente, nascia o segundo filho do casal Kliciane e Rubens, (Iure) o bebê que era tão deles quanto meu, a filha da dona Ivete, o esposo e seus dois filhos Iure e Isabele agora eram a minha nova família por quatro anos de vivência, então o desejo pelo meu próprio espaço falou mais alto. A família que me possibilitou inúmeras oportunidades na vida, corajosamente eu deixava para um novo desafio, morar de aluguel outra vez e trabalhar para suprir as minhas necessidades, levando comigo tamanha consideração, respeito, aprendizado, e acima de tudo gratidão, principalmente pelo laço amigo que não se desfez.

Continuei prestando o vestibular e, em 2016, tive o privilégio de ingressar na Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus de Cametá, pela ação afirmativa PSE (Processo Seletivo Especial). Garanti a vaga para o mesmo curso também pelo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), mas optei pelas ações afirmativas porque não sabia que teria direito ao benefício mesmo ingressando pelo ENEM, mas sabia que o Ministério da Educação, por meio da portaria nº 9 de 9 de maio de 2003, publicada em 10 de maio de 2003, me auxiliaria por meio do Programa Bolsa Permanência MEC de 900,00 reais, voltado especificamente para indígenas e quilombolas da UFPA, me permitindo estudar com alívio na certeza de que quando chegasse o dia da conta do aluguel, da internet, e ainda o alimento diário, eu teria como pagar.

Tendo em vista essa ajuda durante o meu percurso, resta indagar se os quilombolas pertencentes a comunidade acadêmica da UNIFESSPA tem sido beneficiada. Em caso afirmativo, a partir das experiências foi válido nos perguntarmos se suprem as necessidades? Em caso negativo, como estão se organizando para a permanência na universidade os quais se encontram nessa situação?

Sobre isso, quando a quilombola Naiane foi questionada se o valor concedido pelo Programa Bolsa Permanência consegue suprir suas necessidades e se manter na universidade, a mesma relatou que “sim, quando o valor era os 900,00 reais, passávamos meio apertado, mas agora com o valor maior que é de 1.400,00 reais, dá para suprir as necessidades” (Fala da Naiane Mendes e Silva, 18 anos, estudante de Letras Língua Inglesa. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022). O mesmo acontece com Rayson, ao relatar que “antes do reajuste as coisas se faziam mais difíceis, mas agora sim, as necessidades conseguem ser supridas” (Fala do Rayson Santa Rosa Pinheiro, 21 anos, estudante de Ciências Sociais. Entrevista no dia 13 de jun. de 2023). O fato de o aumento do valor da bolsa suprir as necessidades de Rayson e deixar Naiane menos “apertada” pode se dá por conta do alto custo de sobrevivência na Cidade de Marabá, conforme a experiência de Brendo:

“[...] só com uma bolsa fica difícil porque os custos de manutenção das coisas aqui em Marabá ficaram muito alto, justo por causa da pandemia o preço subiu aumentou o preço de tudo e só com uma bolsa não dava pra manter e conseguir um notebook [...] Toda a necessidade não supre, mas contribui de forma significativa, pois sem ela seria impossível a minha permanência na Cidade de Marabá e por conta do meu curso”. (Fala do Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022).

Percebe-se a partir das narrativas acima, que Rayson e Naiane conseguem suprir suas necessidades e se manter na UNIFESSPA com o auxílio da bolsa de 1.400,00 reais, ofertada pelo Programa Bolsa Permanência MEC. Enquanto que Brendo encontra dificuldades para se organizar em relação aos itens de estudo como um computador. Já Eliverton e Eduardo, compartilharam as experiências de maneira mais geral e, ao que parece, também acessaram a internet na universidade com base nas entrevistas enquanto estudam. Ivanilson, foi outro quilombola estudante que relatou que “sim, a bolsa supre as necessidades” (Fala do Ivanilson Mendes e Silva, 25 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 20 de jun. de 2023). Em relação aos quais não recebem bolsa hoje, considerando os seis que compartilharam sua trajetória, encontram-se os desligados do curso (Eliverton e Eduardo), mas se pensarmos em todos que ingressaram e estão na Unifesspa esse número pode ser maior.

Uma vez que, a política de assistência estudantil para os estudantes de universidades públicas tem se caracterizado enquanto um instrumento de grande valia, pois através da concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros, os estudantes conseguem se manter no ensino superior. Esse acesso à assistência estudantil é fixado a partir de um critério de renda, que ainda poderá ser acrescido de outros critérios nas instituições. Isso

significa dizer que não se trata de uma política universal para todos os estudantes de graduação - ao contrário, há uma restrição significativa dos beneficiários (Santos, 2017).

Diferentemente dos quilombolas estudantes da UNIFESSPA, que tiveram cursos disponibilizados para aprenderem manusear o computador e acessar a internet conforme a trajetória compartilhada, no que diz respeito a produção acadêmica e acesso a cursos para contribuir na formação. Na UFPA tive um recurso importante independente do acesso à internet, que foi a participação no “Curso Prático de Projetos de Pesquisa para Pós-Graduação e TCC”, realizado no Campus Universitário do Tocantins Cametá, iniciativa do Laboratório de Matemática da Amazônia Tocantina (LEMAT), curso ministrado pelo professor Ademar Cascaes, que sem dúvidas trouxe um diferencial para a questão da escrita na universidade, o que os quilombolas da comunidade da UNIFESSPA não informaram, mas certamente participaram de algo nesse sentido, tendo em vista os eventos corriqueiros na vida acadêmica.

Dentre esses momentos vivenciados, destaco ainda a participação na palestra “EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: Constituição de Lideranças e Práticas na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-PA”, na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Cametá, oriunda da dissertação de Mestrado de Oberdan da Silva Medeiros (2018), bem como a leitura de “AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECIAIS DE ACESSO DE QUILOMBOLAS ÀS UNIVERSIDADES: o caso da Comunidade Remanescente de Quilombos de Umarizal – Baião – Pará”, dissertação de Mestrado de Nilton Lopes de Farias (2021). O quilombo de Umarizal faz divisa com o quilombo Boa Vista e tem relação direta, principalmente sobre o campo da educação escolar.

Nesses trabalhos, a comunidade quilombola Boa Vista já começa a aparecer, mas ainda de forma superficial, sem muitos registros específicos da história da localidade. Além disso, mesmo todos nós sendo quilombolas estudantes bolsistas expressamos experiências contrárias, materializando assim o que Velho (1978) já nos explicou anteriormente quando nos referimos ao mesmo espaço, mas com proximidades diferentes entre as pessoas.

Diante disso, podemos dizer que, a elevação da trajetória abordada por Freitas (2021), nos dão subsídio para uma luta contínua, mesmo Petrolina, Silva e Silvério (2003, p. 83), nos dizendo que “as medidas de ações afirmativas impressas no Processo Seletivo Especial (PSE) tenham sido criadas a fim de garantir a presença dos povos quilombolas e a promoção das pessoas especialmente na educação superior”, uma vez que, a experiência como a do quilombola estudante Eduardo, mostra que:

[...] eu fiz a prova do PSE (Processo Seletivo Especial) para indígenas e quilombola na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) é, no começo eu

tinha uma eu não queria cursar Engenharia, eu queria ser sociólogo mas por influência e eu fui para a engenharia também é uma área que eu gosto é matemática em fim é, uma área que eu queria também, mas de preferência era sociologia eu achei que era tipo que eu sabia o básico de matemática quando eu cheguei lá descobrir que eu não sabia nada de matemática e é complicado pra gente que não tem uma base boa tipo, nós lá na vila a gente não tem uma base boa de nada só o mínimo do mínimo e eu cheguei lá encontrei muitas dificuldades principalmente nessas bases que eu não tinha Física, Matemática as coisas mais básicas tipo eu sentir muita dificuldade e custei me adaptar (Fala do Eduardo da Silva Santa Rosa, 25 anos, estudante de Engenharia Mecânica. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022).

A partir da experiência de Eduardo, vimos que a escolha do curso foi influenciada e por isso, decidi fazer mesmo sua vontade sendo cursar Ciências Sociais, mas será que esse pode ter sido o motivo pelo qual o estudante não se adaptou, ou foi mesmo a educação básica propiciada na comunidade? Sobre como acontece o processo da prática educativa na comunidade que o estudante reflete, as páginas iniciais deste trabalho já mostraram como acontece o percurso e a base educacional no quilombo, que será mais detalhada ao longo desse estudo no capítulo três para melhor entendimento. Daí a importância em falar sobre a definição de luta contínua, com base em Freitas (2021) e nas respectivas trajetórias experienciadas pelos quilombolas estudantes. Sendo assim, enfatizamos a educação superior em Boa Vista, tendo também como preocupação abordar no terceiro capítulo, como acontece a Educação Básica e os desafios que são traçados pelos pais e estudantes nessa etapa da educação no quilombo.

Mas, voltando a questão anterior sobre as experiências na universidade, em contrapartida à escolha do curso de Eduardo, considero o curso de Letras Língua Inglesa assertiva pois, em decorrência de eu estar sendo qualificada para o campo da docência, um dos professores da universidade, Carlos Adalberto dos Santos Cabral, carinhosamente chamado (Betinho), apresentou-me a oportunidade de trabalhar em um curso livre de inglês, Maria Augusta *English School* (2017-2021).

Essa foi uma das minhas primeiras experiências como professora, mesmo atuando como auxiliar e substituta, felizmente pude vivenciar à docência desde o começo da graduação, embora não esteja atuando na área hoje, pois ainda continuo em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho até o momento tentando Processos Seletivos e Concursos públicos.

Mas, será que a oportunidade de atuar em sala de aula e conhecer na prática o que é ser professor também fez parte da experiência de alguns dos quilombolas estudantes da UNIFESSPA? Conforme a experiência de Eliverton, podemos dizer que sim visto que:

Dentro da universidade aprendi a ter uma visão mais ampla de como me organizar no dia a dia, o meu método de estudo, através de aula normal tive apresentação de seminários sobre o dia a dia nas escolas e outros demais, também dei iniciativa do Programa PIBID, estagiei por três meses com o 9º ano na Escola Municipal de Marabá Pequeno Príncipe e enfim foi isso. [...] foi uma experiência de aprendizagem bem

relevante. De ser mentoreado por profissionais dentro de uma rede pública e mesmo tempo municipal (Fala do Eliverton Guimarães Teixeira Santa Rosa, 31 anos. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022).

Para Eliverton, mesmo que a vivência na docência tenha sido apenas por três meses, ele considerou um momento significativo e com relevância para a sua trajetória, como a organização quanto aos estudos, a mentoria recebida. Diferentemente de Eduardo que demorou a se adaptar e não experienciou a Engenharia na prática, talvez pelo desligamento do curso ter sido antes de seu estágio.

No que se refere a boa orientação como no caso de Eliverton, é inegável não lembrar dos docentes com práticas educativas humanizadas como alguns dos quais encontrei na UFPA e em momentos como um intercâmbio na Unicamp, propiciado pela universidade em parceria com o Banco Santander (o programa que não atende os discentes da UNIFESSPA, intercambio específico para os indígenas e quilombolas da UFPA).

O Programa “Ciência e Arte Povos da Amazônia” (CAPA/CAPAM) - Santander/UFPA/Unicamp, que teve sua primeira edição em 2020 e objetivou possibilitar o contato de estudantes indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas da Universidade Federal do Pará (UFPA), com a vida acadêmica da comunidade universitária da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), somou para a minha perspectiva pensar a Pós-Graduação, por meio das atividades que foram realizadas entre 13 de janeiro e 20 de fevereiro de 2020, as quais envolveram diversos segmentos e contemplaram um total de 20 educandos, que tiveram semanas de intenso aprendizado a partir de diversas áreas do conhecimento.

Na candidatura ao Programa CAPA, uma carta de motivação e o perfil acadêmico dos estudantes foi analisado como critério de avaliação. Pelo bom desempenho acadêmico fui muito além do que havia imaginado, trazendo comigo memórias como a trajetória de vida estudantil nas mais diversas comunidades ribeirinhas, indígenas, e quilombolas do interior da Amazônia. O CAPA permitiu ainda a comparação da vivência na UFPA e na Unicamp, que por sinal é bem diferente e muito particular, devido à riqueza cultural que os dois lugares possuem.

O Instituto de Geociências na Unicamp foi um dos contemplados pela iniciativa. Por meio do projeto “Ciência, Tecnologia, Sociedade e Inovação Povos da Amazônia no Instituto de Geociências: intercâmbio de experiências e conhecimentos interculturais”, coordenado por Leda Maria Caira Gitahy (Departamento de Política Científica e Tecnológica – DPCT/IG), o IG recebeu cinco jovens estudantes de graduação de diferentes municípios e áreas, a saber: Breno Rodrigues Demétrio (Baião - Arquitetura e Urbanismo); Daniela Farias de Sena (Abaetetuba - Artes Visuais); Marcos Samuel Costa da Conceição (Ponta de Pedras/ilha de

Marajó Assistência Social); Mateus da Silva Oliveira (Anapu - Educação do Campo); e eu, Valdriana (Baião – Letras Língua Inglesa). Três de nós quilombolas (Breno, Daniela e eu), um oriundo de comunidade ribeirinha (Marcos) e outro oriundo de uma comunidade rural de agricultores e agricultoras familiares (Mateus).

A diversidade também era visível por parte dos (as) anfitriões (as), oriundos de diferentes áreas do conhecimento, tais como sociologia, engenharia, geologia, direito, geografia e assim por diante. Todos – estudantes da UFPA, docentes, pós-doutorandos (as), doutorandos (as), mestrando (as) e graduandos (as) da Unicamp – fizeram uma verdadeira viagem interdisciplinar no decorrer das cinco semanas e meia de atividades.

No total, foram realizadas 12 oficinas, 6 visitas ou trabalhos de campo (para além da viagem a São Paulo organizada pelo próprio Programa), inúmeras reuniões de discussão ou de orientação, momentos lúdicos com jogos e o “Sarau dos Saberes”, que marcou o encerramento das atividades e que também me influenciava para além da graduação (IG- Unicamp, 2020). Mesmo já pensando na temática proposta foi lá no Programa Ciência e Arte (CAPA/CAPAM) “Povos da Amazônia” no âmbito da experiência vivida que a ideia se fortaleceu e surgiu a pesquisa aqui exposta intitulada “Da comunidade à Universidade: uma análise do percurso acadêmico dos quilombolas estudantes de Boa Vista em Baião - PA” (2018-2023).

Por ser a primeira edição do Programa e um momento histórico vivenciado pelos povos indígenas e quilombolas, acreditamos ser necessário detalhar como tudo aconteceu, fortalecendo ainda mais o incentivo a outros quilombolas estudantes, a essas iniciativas de ações afirmativas propiciadas na universidade, as ações afirmativas conforme Meireles (2020):

[...] buscam alocar recursos e benefício de grupos que foram excluídos ou marginalizados na sociedade. Nesse sentido, elas contribuem para garantir que parcelas da população que foram historicamente marginalizadas, como a população negra, aumente o índice de participação no processo educacional, principalmente em relação ao acesso ao ensino superior (Meireles 2020, p. 37).

Dessa forma, enfatizamos as lutas para que quilombolas estudantes como nós, membros de famílias constituídas por bases simples (que tem a subsistência sustentada pela agricultura) e dependentes, na maioria das vezes, de ações políticas e sociais públicas, tenham espaço na universidade como faz ver as diversas experiências apresentadas nesse estudo.

Esse espaço que outrora não existia para os atuais habitantes de comunidades negras rurais, formadas por descendentes de africanos escravizados, que vivem, na sua maioria, da agricultura de subsistência em terras doadas, compradas ou ocupadas há muito tempo. Práticas essas que marcam a história da vivência dos habitantes quilombolas influenciando o ensino e o aprendizado.

Na verdade, é muito mais que luta e experiência, é resistência frente aos desafios políticos e culturais que a educação brasileira perpassa, consciência da responsabilidade enquanto futuro profissional, do comprometimento com a aprendizagem, principalmente no sentido de poder contribuir com a comunidade de origem e a sociedade em geral através da interação social.

Retribuímos assim o que nos foi permitido, visando manter a boa relação entre profissional capaz de ajudar e o respeito pela nossa comunidade com pouco ou sem acesso a muita informação. A saber: sem acesso às informações apresentadas pelas tecnologias atuais, por exemplo, pois nem todos os educandos de Boa Vista têm acesso às mídias digitais quando estão na comunidade, mas na universidade sim.

Afirmamos que sim, porque quando perguntado aos colaboradores (as) da pesquisa sobre o acesso a laboratórios ou uso de algum equipamento ou redes de conexão como Wi-Fi e dados móveis disponibilizados pela instituição, a quilombola Naiane relatou “[...] tenho acesso ao Wi-Fi na universidade, tenho acesso também ao laboratório de informática” (Fala da Naiane Mendes e Silva, 18 anos, estudante de Letras Língua Inglesa. Entrevista realizada no dia 27 de maio de 2023). Mas, será que a quilombola estudante consegue resolver todas as questões acadêmicas apenas nas dependências da universidade? Porque pela minha vivência pude acessar também na UFPA através de uma conta institucional, mas quando era necessário avançar nas produções, fez-se necessário adquirir um notebook, além de internet para realizar pesquisas em casa.

Posto que, com as transformações ocorridas na sociedade nos últimos anos, faz-se cada vez mais necessário o uso de tecnologias da informação nos espaços educacionais. Visto que para Moran (1994), as tecnologias na educação, como uso de computadores, de vídeo, de redes, de multimídias e da internet permitem rápido acesso à pesquisa e às novas informações, de forma mais interessante e envolvente, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

Confirmamos essa questão de conexão, de acordo com Brendo que diz “sempre tive acesso a todos esses itens citados, a UNIFESSPA disponibiliza acesso para seus alunos. Não tive muitas dificuldades, pois já tinha feito um curso de informática antes de entrar” (Fala do Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022). Nota-se que mesmo assim, o estudante deseja seu “próprio notebook” para certamente conseguir estudar em casa também, e Naiane trabalha com as possibilidades disponíveis na universidade daí proximidades outras, pois, “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser

exótico, mas, até certo ponto, conhecido”, ou seja, mesmo contexto e experiências diversas (Velho, 1978, p. 3-5).

Entretanto, a experiência de Rayson nesse sentido, pode ser um convite a unir os laços como vimos no início na fala de Naiane e definido por Santos (2015), como “grupos”. Rayson, disse o seguinte:

Falando propriamente por mim, sim, a UNIFESSPA sempre possibilitou o uso de laboratórios, eletrônicos, redes de internet e outros modos de pesquisa, no intuito do estudante realmente se ver como parte da comunidade acadêmica. As dificuldades não foram tantas a universidade juntamente com o coletivo (quilombolas e indígenas) constantemente está desenvolvendo projetos e buscando maneiras para esses estudantes melhor se encaixarem a essa nova e incrível experiência que é o ensino superior. Projetos esses que passeiam tanto da representatividade e visibilidade cultural de povos até apoio nas questões de manejos digitais e de inserção a um computador. Coisas que podem parecer simples, mas fazem toda a diferença pra muitos que vem de um quilombo ou aldeia (Fala do Rayson Santa Rosa Pinheiro, 21 anos, estudante de Ciências Sociais. Entrevista realizada no 13 de 06 jun. de 2023).

Por que surge a ideia de convite a união dos laços, quais sejam culturais educacionais? Primeiro, especialmente porque somos quilombolas estudantes pertencentes a uma mesma organização o quilombo Boa Vista, representado pela Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá-Miri (ACORQBU). Segundo, porque com base nas experiências estamos sendo de algum modo visibilizados pelo mundo acadêmico e em diálogo com outros povos como os indígenas e não indígenas, em que essas dinâmicas se confluem na busca pela permanência na educação superior. Para Bourdieu (2007),

em determinados setores do espaço social (cujo acesso depende em maior ou menor grau do diploma), a profissão depende do diploma, mas também porque o capital cultural que, segundo se presume, é garantido pelo diploma, depende da profissão ocupada que pode pressupor a manutenção ou o crescimento do capital adquirido na família e/ ou na escola (pela e para a promoção profissional), ou, ao contrário o definhamento desse capital (em decorrência da desqualificação) (Bourdieu, 2007, p. 4).

Na concepção de Bourdieu (2007, p. 4), existem quatro tipos de capital o econômico, o cultural, o social e o simbólico. O capital econômico, segundo ele, diz respeito “ao espaço social que é visto como um lugar de lutas pelos indivíduos e grupos sociais que organizam maneiras que podem contribuir para a posição social”. Nas palavras de Cazelli *et al.*, (2010):

O capital econômico, na forma de diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais), é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis a curto e longo prazo (Cazelli *et al.*, 2010, p. 2).

Vale ressaltar que as trocas de produtos nos quilombos (farinha, peixe, frutos) é muito comum em Boa Vista, conforme observado durante a visita em agosto de 2022 e pela minha vivência na comunidade. Essa troca de produtos entre os membros da comunidade também permite a circulação da economia na comunidade e das relações sociais, como abordou Cazelli, *et al.*, (2010), essas maneiras de organização dos grupos sociais têm relação com os diversos tipos de capital. Na verdade, Jung (2021) salienta que:

A questão chave é que os capitais se referem a recursos de poder que atuam através de relações no campo social, [...] os campos são estruturados através da quantidade e da qualidade dos capitais dispostos pelos indivíduos e/ou grupos que o compõem; essa estruturação determinará a posição social dos agentes no interior de cada campo (Jung, 2021, p.10).

Trata-se das relações interpessoais nos quilombos em que a posição social dos povos está diretamente relacionada com a estrutura que formam os grupos, nesse caso, no campo da educação. Na obra de Bourdieu, a educação escolar e principalmente a familiar, por exemplo, é uma das maneiras do capital cultural, podendo ser um fator útil assim como o capital econômico ao que se refere as posições sociais, ou seja, “aqueles que dispõem de um alto capital cultural serão considerados intelectuais de prestígio; torna-se legítimo aquilo que eles disserem no interior de tal campo do saber” (Jung, 2021, p. 10).

Os indivíduos que têm a ligação de capitais que permitem assumir o poder e logo chegar ao topo esse mesmo autor diz que eles, “serão os responsáveis por ditar as regras, criar as crenças e os ritos daquele campo, elementos que funcionam enquanto forma de manter os capitais nas mãos desta mesma classe e de evitar grandes mobilidades de capital” (Jung, 2021, p. 10).

Essa classe dominante do poder que não se centra na mão dos povos quilombolas. No que se refere ao capital social, ele nos remete às amizades, relacionamentos e, segundo Cazelli *et al.*, (2010),

Embora o capital econômico seja a fonte de todas as outras formas de capital, Bourdieu deixa claro que o capital social tende a ser transformado em capital econômico ou em capital cultural. Em relação aos ganhos obtidos pelos indivíduos em decorrência de sua participação nos grupos, Bourdieu ressalta que essa participação permite a apropriação dos benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede (Cazelli *et al.*, 2010, p. 3).

Podemos relacionar a isso a repetição do capital social dos povos quilombolas que acontece por meio de tarefa, que precisa ser feita para grupos de relações duradouras que possibilitem os benefícios e os materiais simbólicos que estão presentes entre seus

componentes. O capital simbólico, diz respeito à qualidade, ou seja, o quanto esse capital tem valor e é conhecido pelos outros. Podemos dizer também sobre pessoas que estudaram em lugares diferentes, ou melhor de quem está dentro da universidade em cursos de licenciaturas ou nas áreas da saúde que podem contribuir para o melhoramento da prática educativa e questões referentes a saúde no quilombo, em detrimento dos demais que estão fora dela.

Nesse caso, seria o indivíduo com diploma universitário o possuidor da qualidade e ou prestígio, porque o diploma é visto na sociedade da qual Bourdieu se refere (a sociedade francesa) com esse poder, realidade muito distinta da qual vivenciam as comunidades quilombolas. Esse prestígio pode contribuir para o aumento do capital prévio que os indivíduos já possuem, aquele que foi herdado ou criado no seio de suas famílias.

No entanto, “em narrativas da memória e transmitida de geração a geração através da oralidade, a ideia de quilombo foi ressignificada como referência histórica fundamental, tornando-se, assim, um símbolo no processo de construção e afirmação social, política, cultural identitária [...]” (Domingues; Gomes, 2013, p. 6). A partir dessa afirmativa, entendemos que quanto mais temos conhecimento de quem somos e de onde viemos ganhamos impulso para ocuparmos os espaços especialmente de fala.

Diante disso, entendemos que pelas políticas de ações afirmativas a comunidade quilombola tem vivenciado a elevação do capital cultural com base nas experiências dos estudantes oriundos das comunidades quilombolas e que trazem consigo conhecimentos outros, a partir do acesso à educação superior. Desse modo, destaca-se o capital cultural, o qual, nas palavras de Bourdieu (2007), corresponde aos conhecimentos adquiridos pelos estudantes a partir do acesso a determinados saberes em que se tem, além da profissão, o documento comprobatório de tal saber, ou seja, o diploma e por isso esse trabalho envereda para o capital cultural.

Nessa experiência, em busca do diploma do PIBID vivenciada por Eliverton, me lembra outra experiência enriquecedora na docência que foi proporcionada pelo programa PGRAD⁴ monitoria (2019) e estágio supervisionado realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental General Osório, na turma da terceira etapa ‘C’ da Educação de Jovens e Adultos (EJA), público-alvo da pesquisa do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o programa foi oferecido pela Faculdade de Letras Língua Inglesa.

⁴ Programa de “Apoio à qualificação do ensino de graduação” (PGRAD) projeto realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com a E.M.E.F. General Osório- Monitoria 2019.

A turma era composta por 23 alunos matriculados, porém, apenas no dia de avaliação aparecia mais da metade dos estudantes, em dias de aulas somente uma minoria era participante ativa. Isso me deixava mais perto da realidade do que é ser professora, sobretudo no contexto em que vivemos, ou seja, em nossa estrutura enquanto sujeitos da Amazônia Tocantina, em que somos conhecedores de caminhos outros para uma prática educativa transformadora sobretudo para os povos quilombolas.

No entanto, Eliverton não apresentou características nesse sentido sobre sua experiência em sala de aula, possivelmente porque sua experiência aconteceu na área urbana, assim como a minha, mas na região Sul e Sudeste do estado do Pará, especificamente na cidade de Marabá.

Dessa maneira, os avanços nas discussões de educação quilombola a partir da lei 10.639/03 e 11.645/08. A lei 10.639/03 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais, para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e para a política de educação diferenciada, para territórios quilombolas a partir de um amplo conjunto de temas, os quais devem ser estudados na educação escolar para contribuir para tais transformações, conforme as experiências impressas nas práticas educativas na comunidade com base na trajetória de vida compartilhada pelos participantes da pesquisa, pois sabemos que a efetivação dessas leis aconteceram principalmente pelas lutas dos movimentos sociais.

E se dão em consonância com a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 205, nos informa que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Tais avanços e direitos, podemos dizer que estão impressos nas políticas de ações afirmativas assim como na qualificação das pessoas quilombolas na universidade, e logo o seu capital cultural, porém tendo em vista a trajetória vivenciada pelo acesso propiciado por essas iniciativas, as experiências mostraram situações de preconceito, desligamento de cursos, mas também muitas reflexões no que se refere ao fazer e o ser quilombola, especialmente, na educação superior pela movimentação dos quilombolas discentes nas lutas pela permanência.

Outra referência é a Resolução nº8 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica. Contudo, vale ressaltar que a questão das relações socioculturais através de lutas árduas que cabem a esses grupos a busca pelos seus direitos não é garantida constitucionalmente. E essas relações com o meio, como a universidade podem influenciar significativamente os sujeitos na manutenção ou constituição da identidade pois,

nossa história é marcada pela eliminação simbólica e/ou física do “outro”. Os processos de negação desses “outros”, na maioria das vezes, ocorreram no plano das representações e do imaginário social quando estabelecemos os conceitos do que é ser belo, ser mulher, ou até mesmo do que é ser brasileiro (Nogueira, 2008, p. 1).

Neste sentido, as identidades são constituídas ou transformadas em diferentes ambientes como na família, na comunidade onde se está inserido, na escola, nos lugares que costuma ir, nas relações que são criadas diariamente, inclusive na universidade. Outrossim, nas palavras de Nogueira (2008, p. 1), “o preconceito instituído e manifestado na prática pedagógica pode levar tais grupos a uma auto-rejeição e rejeição ao seu grupo social, comprometendo os processos constitutivos de sua identidade (s)”. Desse modo, as experiências permitem a leitura de que as identidades são constituídas a partir da interação do grupo, não da separação dos indivíduos, mas sim formadas na interação destes com outros grupos ou indivíduos em que as identidades são postas ou instaladas.

Assim, a escola, a educação e os estudos são nossa “arma” contra o sistema eurocêntrico, capitalista segundo Medeiros (2018). E é por meio deles que, atualmente, os filhos das comunidades quilombolas habitam outros espaços, podendo até contribuir para o melhoramento de práticas pedagógicas existentes.

De acordo com Munanga (2005), não podemos mudar a característica dada pela discriminação, então provavelmente seja por isso, que a prática educativa impressa no cotidiano das comunidades quilombolas, especialmente no que se refere à questão da diferenciação observada nos diversos modos de vivência quilombolas, podem desmontar a falsa ideia de que os modos de vida quilombolas são atrasados, sem conhecimento e, portanto, sem direitos, sobretudo a educação, principalmente pública. Mas,

uma das questões centrais que desafia a compreensão, o espírito democrático, a criatividade da universidade é admitir que os antigos escravizados africanos trouxeram consigo saberes, conhecimentos, tecnologias, práticas que lhes permitiram sobreviver e construir um outro povo. O desafio maior está em incorporá-los ao corpo de saberes que cabe, à universidade, preservar, divulgar, assumir como referências para novos estudos (Petrolina; Silva; Silvério, 2003, p. 46).

Consoante a essa habilidade de constituição de nosso povo, destacamos que, em Boa Vista, a escola sempre foi de pequeno porte e não oferece até o momento da pesquisa, o ensino necessário nem para os anos iniciais. Por conta disso, os educandos precisam migrar para as cidades e comunidades vizinhas, realidade muito comum entre os estudantes que nem sempre têm para onde irem ao final do ensino médio, dependentes apenas da seleção diferenciada para cursar o nível superior como indicamos no início, mesmo assim hoje conta um número expressivo de estudantes na educação superior.

A exceção fica por conta apenas daqueles que dispõem de recursos financeiros para suprir suas necessidades fora da comunidade. Logo, por meio da participação em palestras e aulas sobre educação escolar quilombola durante a graduação e, ao fazer uma análise desta realidade que não é somente minha, mas da maioria dos estudantes que vive em ambientes rurais, foi despertado o meu interesse pelo aprimoramento deste estudo, razão pela qual também se justifica o mesmo.

Ademais, considero-me autora quilombola, que teve acesso à universidade por meio do PSE, seleção diferenciada para comunidades indígenas e quilombolas. Esta forma de acesso à universidade também promove a boa relação entre os estudantes e pode ser uma maneira de compartilharmos informações, bem como ajudarmos uns aos outros, pois a partir da vivência acadêmica desenvolvemos maior interação entre comunidade-educando, educando-educando, tornando a aprendizagem facilitada pela mediação do/da docente conforme podemos observar pelas experiências compartilhadas.

Portanto, para quem vivencia a dura realidade educacional encontrada nas comunidades rurais, é simplesmente uma vitória incalculável viver o que a universidade oferece. Essa vitória está conectada à consciência de saber que podemos ir além, nos qualificarmos e compartilharmos tais ensinamentos não somente entre nós. Contamos com Pierre Bourdieu, para tratarmos o quesito da trajetória e experiência, justamente porque o autor evidencia em seus trabalhos essa dinâmica que vai da prática para a teoria, quero dizer da experiência da realidade quilombola para as pesquisas desenvolvidas a partir do acesso à educação superior. Tendo em vista que Bourdieu se dedicou em estudar as práticas sociais e posteriormente questões mais teóricas, mas é principalmente com autores oriundos de comunidades negras, como Evaristo (2020) e Santos (2015) que dialogamos de maneira mais aproximada.

Logo, nós educandos quilombolas estamos diretamente conectados com a concepção de Bourdieu, especialmente pelo capital cultural visto que, nos deslocamos das práticas educativas comunitárias, para vivenciarmos as práticas universitárias em que somos despertados para o mundo da pesquisa, ou seja, para um campo mais teórico, e especialmente com Evaristo e Santos que são referências em trabalhos sobre a própria história, sobretudo dos quais se encontram a margem na sociedade.

1.2 A história dos quilombos no Brasil

Sabemos que,

no campo da história – do passado e do presente – várias questões foram colocadas. Uma das primeiras: onde existiram os quilombos no Brasil – além de Palmares que

todo mundo já ouviu falar? Considerando a vastidão das experiências históricas – no *tempo e espaço* – talvez fosse melhor perguntar onde não houve quilombos (Domingues; Gomes, 2013, p. 7).

Diante disso, vale considerar os aspectos passados, mas também apresentar questões referentes à história dos quilombos no Brasil, especialmente pela experiência em tempos de educação superior ofertada em espaços das instituições públicas, principalmente federais hoje. Porque, para nós quilombolas estudantes, é necessário conhecer como se deu a história de nossos antecessores não apenas em tempos passados, e sim, também em situações contemporâneas, a exemplo deste e muitos outros trabalhos que discutem aspectos sobre os povos quilombolas, visando a grande luta contínua no âmbito educacional por políticas públicas que atendam as pessoas com trajetória diferenciada, o que Petrolina, Silva e Silvério (2003, p. 40) observam como “fase de conquistas ao ocupar espaço nas pautas da carta magna brasileira, mas que precisavam ser materializadas”. Dessa maneira, com base nos referenciais estudados e nas experiências de nossas historicidades, buscamos essa conexão entre os acontecimentos da história de nosso povo, assumindo o protagonismo de nossa história, como Oliveira (2011) aborda dizendo que esse protagonismo acontece pela compreensão da história do outro e de nós através de produções próprias e não apenas recebendo conteúdo.

Diante disso, Santos (2015, p. 60-61) pode ser visto com tal protagonismo pela escrita de grande relevância, o qual mostra além do quilombo de palmares outros dois quilombos como “Canudos e Pau de colher, povos marcados pelos ataques dos colonizadores perdendo suas famílias e tendo que se reconstituir em aspectos tanto físicos como psicológicos”. O interessante é que Santos (2015), vem dialogar desde as questões passadas pelos massacres violentos até os dias atuais, em que o a discriminação e o racismo ainda têm presença forte na sociedade. Sendo assim, cabe perguntar, o que percebemos com a história desses quilombos?

Percebemos a dinâmica da vivência nos quilombos desde os primórdios, passadas de geração em geração como a produção de alimentos, como a farinha, atividade que é marca desses coletivos e no quilombo Boa Vista, não é diferente, a farinhada organizada por homens e mulheres, que tendem a construir no processo de feitura da farinha uma “estrutura social orgânica casa de farinha”, onde acontece ainda hoje e se caracteriza também como fonte de renda para as famílias (Santos, 2015, p. 82) e observada na imagem 05.

Imagem 05 – Processo de feitura da farinha



Fonte: Rosa Maria Nery, (2023).

No entanto, conforme a experiência no quilombo Boa Vista, a pesquisa mostra algumas transformações como uma nova maneira de subsistência, as propiciadas pelas políticas de ações afirmativas, como o ingresso na universidade. Mas essas práticas de vivências como as quais viveram nossos antepassados, continuam fazendo parte do cotidiano em Boa Vista mesmo assim conforme a imagem 5, para além da farinha, os convidados, a pescaria, dentre outros, que veremos ao longo desse estudo. Então, além de Palmares mais três quilombos foram possíveis identificar aqui (Canudos, Pau de Colher e Boa Vista), mas possivelmente a pergunta onde não houve quilombo continua sendo talvez um desafio difícil de ser respondido.

Para Meireles (2020, p. 16), os registros referentes à história dos quilombos no Brasil não são precisos, mas foi no começo do século XVI que a história do tráfico da população africana de diferentes etnias iniciou para o Brasil: “Tratava-se de um processo de imigração compulsória, marcada pelo uso da violência extrema visando à escravização. Naquele momento, a escravidão tinha o objetivo de garantir mão-de-obra para as lavouras canavieiras existentes no país”. Essa mão de obra, que forçadamente ficava a cargo dos povos como os quilombolas ordenado pelos colonizadores, causavam a separação de inúmeras famílias por não terem outra opção de escolha, a não ser o trabalho escravo. Já Domingues e Gomes (2013) informam que,

desde as últimas décadas do século XX, o debate sobre a reforma agrária tem se articulado com as temáticas da questão racial, em particular das comunidades negras rurais e remanescentes de quilombo. Com visibilidade nacional, tem mobilizado a sociedade civil, como movimentos sociais, operadores do Direito, jornalistas, ONGs, intelectuais, universidades e não menos frequentemente partidos políticos, Ministério

Público e agendas dos governos federal, estaduais e municipais. Tal conexão sobre terra e etnicidade possibilitou a ampliação do debate sobre a própria história da população negra no Brasil – com destaque para a escravidão africana e os quilombos – para outros patamares. Eventos políticos e/ou efemérides comemorativas (transformadas em agendas de denúncias e protestos) como o centenário da Abolição da escravidão (1988), o aniversário de 300 anos da morte de Zumbi, líder do Quilombo de Palmares (1995) e mesmo a Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001) mobilizaram diversos setores sociais na reflexão e na intervenção política visando o combate das desigualdades raciais (Domingues; Gomes, 2013, p. 6).

A partir desses acontecimentos que foi um diferencial no que se refere a história dos povos quilombolas e muitos outros baseados em Domingues e Gomes (2013, p.6), destacamos especialmente “a Conferência Mundial em Durban (2001), em que as cotas raciais foram reivindicadas”. As quais as universidades mesmo com suas limitações como já informamos, se juntaram aos movimentos sociais, criando vagas a partir das políticas afirmativas por meio de um processo específico de ingresso nas suas dependências, como afirmam os quilombolas estudantes quando perguntados como se deu o processo de entrada na graduação:

“Através do Processo Seletivo Indígenas e QUILOMBOLAS (PSIQ)” (Fala do Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022) - “Sempre foi um sonho entrar numa federal, então, veio a oportunidade, e consegui entrar através de um processo chamado Psiq.” (Fala da Naiane Mendes e Silva, 18 anos, estudante de Letras Língua Inglesa. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023) - “[...] eu fiz a prova do PSE (Processo Seletivo Especial) (Fala do Eduardo da Silva Santa Rosa, 25 anos, estudante de Engenharia Mecânica. Entrevista no dia 14 de mar. de 2022). - Processo Seletivo para Marabá [...] fui para lá em 2018 (Fala do Eliverton Guimarães Santa Rosa, 31 anos estudante de História. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022) - “Entre por meio do Processo Seletivo (PSE)” (Fala do Rayson Santa Rosa Pinheiro, 21 anos, estudante de Ciências Sociais. Entrevista no dia 13 de jun. de 2023). Eu entrei pelo processo PSE em 2021[...] (Fala do Ivanilson Mendes e Silva, 25 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 20 de jun. de 2023).

Por sua vez, as comunidades quilombolas assim como Boa Vista, pelo efeito desse movimento, vivenciam hoje as experiências na educação superior (os quais conseguiram aprovar) na UNIFESSPA, com exceção de Jamily Carvalho da Costa e minha que ingressamos na UFPA. Entretanto, ainda combatendo situações racistas e preconceituosas, como foi o caso do quilombola estudante Eduardo e de Rayson, com base na experiência acadêmica deles, e ainda que de forma sutil, esses atos discriminatórios têm se apresentado a nós, “Portanto, racismo de classe, que justifica a posição de privilégio de uns sobre outros” (Munanga, 2005, p. 47).

Nesse sentido, vale dizer que muitas transformações já aconteceram, porém nos questionarmos quais instituições estão preparadas para nos receber com saberes e vivências tão peculiares pode contribuir para a diminuição da discriminação, e, portanto, como público da

comunidade acadêmica, agora, isso pode se tornar uma responsabilidade e oportunidade de engajamento nessa temática, de acordo com Farias (2021).

Ainda no prisma do direito, destacamos também a Constituição Federal de 1988, que corresponde a um marco histórico primordial: a concessão de direitos às comunidades quilombolas brasileiras, dentre eles o ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), que atribui aos remanescentes de quilombos o direito sobre os territórios que ocupam, que, em seu Art. 68 diz “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Em contrapartida, provavelmente haja comunidades quilombolas que ainda não tomaram posse da titulação de suas terras com base nas lutas observadas em muitas comunidades quilombolas, e em particular da Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Parita-Miri (ACORQBU), mas,

além disso, segundo os dados da fundação palmares, o estado do pará é o quarto com a maior população quilombola do país, com 233 comunidades certificadas até julho de 2015. Esses dados ajudam a entender a importância em estudar essa temática, estimulando o avanço da produção científica no estado do pará sobre políticas educacionais nos diversos níveis de ensino para as comunidades quilombolas, com foco no seu desenvolvimento e nas sustentabilidades locais (Farias, 2021, p. 4).

Diante disso, considerando tanto Boa Vista como as demais comunidades, a exemplo do quilombo Umarizal pertencente a mesma organização, a Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Parita-Miri (ACORQBU), pode-se dizer que já ocupamos um número significativo de vagas no ensino superior. Mas, surge outro questionamento, quais as contribuições da universidade para a vida profissional? E de qual forma pretende-se contribuir com a comunidade? Nas palavras de Naiane:

A universidade dá todo o apoio que precisamos pra permanecer, com isso ela veio pagar um auxílio emergencial no valor de 700 reais para os estudantes indígenas e quilombolas que ainda não recebiam a bolsa permanência pretendo voltar para minha comunidade e ajudar de alguma forma, principalmente, um dos meus objetivos é terminar o curso e vim lutar para que possamos ter uma escola na comunidade, porque os alunos tem que ir estudar na comunidade vizinha pelo fato de não termos uma escola na nossa comunidade (Fala da Naiane Mendes e Silva, 18 anos, estudante de Letras Língua Inglesa. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

Percebe-se a partir da narrativa de Naiane, que a bolsa pode ser um dos fatores determinantes para a permanência na universidade, e se essas iniciativas não tivessem que serem interrompidas em algum momento, poderia atender mais quilombolas estudantes, trata-se do

interrompimento com base nas experiências, pois no dia 31 de maio de 2023 aconteceu uma reunião de reivindicação do auxílio, em que se espera o reajuste de 700,00 reais para 900,00 reais, como era a bolsa Mec antes do reajuste passando de 900,00 reais para 1.400,00 reais hoje.

A reunião aconteceu também, principalmente para que o prazo fosse estendido em vez de finalizar em julho de 2023, a intenção é a renovação do contrato, o qual tinha sido estipulado para um ano apenas, segundo o quilombola Rayson. Vale frisar, na condição de representante do Coletivo quilombola de Boa Vista na Unifesspa, que as experiências dos dois estudantes ativos divergem, visto que para Naiane, a universidade dá o apoio necessário, mas podemos perceber que as limitações das quais temos discutido estão impressas na experiência de Rayson, mesmo ele sendo atendido pela iniciativa, reconhece que muitos outros não foram contemplados seja pela bolsa Mec ou pelo auxílio. E então, como se organiza essa permanência? Certos de que:

Uma instituição, que se disponha a implantar plano de ações afirmativas para a população negra, não pode encará-lo como "proteção a desvalidos", segundo pretendem alguns. É preciso que um plano com tais metas incentive a compreensão dos valores da diversidade social, cultural, racial e, nestes valores, busque apoio para orientar suas ações educativa, de formação de profissionais e de responsável pelo avanço das ciências. Sem dúvida, a universidade, ao prever e executar medidas visando à inclusão de grupos até então deixados à margem, inclui-se na sociedade, passa a dela fazer parte e assume compromisso com ela, já que deixa de atender unicamente aos interesses de um único segmento até então privilegiado (Petrolina; Silva; Silvério, 2003, p. 48).

Esse incentivo a favor do compromisso em busca de iniciativas que atendam à população quilombola, pode ser percebido no engajamento de Rayson, mas sabemos que o êxito nesse processo não é tão simples para que medidas de apoio se efetuem com base nas lutas para a organização da permanência na universidade. Outro ponto, nesse sentido, já vemos na experiência de Naiane, quando se trata da escola em Boa Vista, pois a comunidade hoje está nessa busca do funcionamento da mesma como vamos ver mais adiante, porém, entende-se a necessidade de como e porque parou de funcionar, e para isso, um dos primeiros professores da comunidade Jaime Nunes Campelo da Costa, diz que:

Na minha experiência, quando eu parei ficou o Romualdo dando escola cuidou da turma todinha lá como ele era não era muito prestativo falhava às vezes e aí chegava o final do ano ia prestar conta com os pais, então era assim olha esse aqui não quer nada vai para a cuívara e aí as vez o aluno não passava porque ele falhava muito né, aí pra fazer uma prova sem saber de nada não tem quem consiga, e as vez a comunidade não tinha força para tirar ele porque ele era professor e diretor ele tinha mais força na prefeitura, era concursado a voz dele que valia lá, um cara poderoso na política. E aí o que faz se é de conversar sobre a situação não, iam se zangando e tirando os meninos entendeu, ninguém vai estudar com ele foram pro Umarizal, quem perdeu foi só a comunidade enquanto profissional não perde nada por isso que eles perderam a escola. (Fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, 60 anos,

quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

As experiências mostram que desde muito tempo, o quilombo Boa Vista, passa por situações difíceis no campo da educação e que acontece desde a base, em que logo na primeira etapa da educação básica já precisamos nos deslocar para o quilombo de Umarizal. Por isso, não ter um profissional comprometido com a comunidade pode influenciar no futuro de muitos jovens, seja tendo que lutar buscando meios para ajudar a comunidade e a volta às aulas, como é o caso de muitos quilombolas que estão na educação superior hoje. Honrando o compromisso incomum que temos enquanto povos quilombolas, ou sofrendo as consequências com os futuros estudantes, se repetindo o nosso trajeto, além da falta de oportunidade de atuar na escola como aqueles que escolheram a licenciatura na universidade. No que se refere às lutas sociais,

o quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/república com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afrodescendentes (Leite, 2000, p. 2).

Como supracitado, a resistência dos povos quilombolas acontece desde muito tempo e não apenas no setor da prática educativa, mas em outros como político e democrático. Segundo Leite (2000, p. 2), “falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção”. Concordando com Leite (2000), enfatizamos que essa reflexão ainda não é tão completa, mas já houve muitos avanços neste sentido, principalmente dos próprios educandos que são e pertencem a comunidades remanescentes de quilombos, sobretudo que ingressaram no ensino superior por meio da política afirmativa.

Essa iniciativa tem transformado a história dos quilombolas estudantes de Boa Vista, que é uma comunidade pouco populosa, mas que tem em sua história marcas de um povo que hoje, se tornou tema muito estudado, principalmente no que concerne ao campo da educação, o que tem despertado ao envolvimento em busca de melhorias para a comunidade como observamos nas experiências. Portanto, enfatizamos que,

Os quilombos são formas de resistência que chegaram ao século XXI, e estão presentes nos territórios onde houve escravização dos povos africanos e seus descendentes. “[...] compreender quilombo como territórios de resistência, organização política, econômica e cultural é fundamental para não incorrer numa visão essencialista que os remete apenas à origem africana e lá ficar encapsulada (Silva, 2014, p. 10-11).

A discussão referente às ações afirmativas já apontava para questões como as experiências e que essas experiências são frutos das lutas quilombolas em prol dos saberes. Além da luta pelo reconhecimento dos seus territórios, mesmo com os direitos legais garantidos pela constituição de 1988, as lutas ainda continuam sendo que, segundo Leite (2000, p. 3), “o maior número de associações quilombolas encontra-se no Pará e Maranhão e chegam a mais de 100. As estimativas da Fundação Cultural Palmares apontam para a existência de mil comunidades nestas áreas”.

Boa Vista, é uma dessas comunidades que se encontram no Pará, especialmente na Amazônia Tocantina, em que o estudo de Pinto, Costa e Domingues (2020, p. 3) sobre a História, Cultura e Resistência Negra na Amazônia no Pará- Brasil, revelou que “[...] o Baixo Tocantins também foi palco da presença negra de maneira bastante expressiva, tanto no campo econômico quanto nos aspectos socioculturais, formando, dessa forma, uma cultura com características próprias”.

Essas características, portanto, estão ligadas pela variedade de lugares e a diversidade cultural de onde vem os quilombos que compõem os diferentes povos da sociedade brasileira, os quais encontram-se reivindicando seus direitos em busca da sua materialização a exemplo do direito as terras, e tantos outros, e em constante transformação como mostra o senhor Jaime:

Antes o meio de vida pra custear a despesa da casa era a cultura extrativista castanha, maçaranduba que é uma madeira de lei que dava o leite pra venda e era produto pra exportação, os comerciantes que compravam era o senhor Eurico de Menezes, ele era um dos patrão de comprar os produtos dos moradores da região, aí ele vendia pra fora, era um negociante. Na época a gente vendia nosso arroz, nosso milho e hoje a já tem máquina de limpar e a gente não precisa vender, a gente já limpa e consome. Era o produto pra custear as despesas que a gente vendia, e hoje já tem outras fontes de rendas, como a aposentadoria, bolsa família e é até mais caro ter que vender pra comprar depois. Aí a fonte de renda era isso a maçaranduba, castanha do Pará que sempre teve e tá quase acabando pelo desmatamento, mas com a ação do IBAMA já tá paralisado a extração de madeira, concha, borracha da seringa tudo isso nós vendia (Fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, 60 anos, quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

A narrativa do senhor Jaime apresenta a dinâmica para a subsistência no quilombo Boa Vista, e que hoje conta com uma organização que difere um pouco das quais vivenciaram nossos antecessores, como a busca pelo acesso à universidade, as atividades realizadas no quilombo que tem dado visibilidade para a comunidade, mas que ainda precisa de um certo fortalecimento nesse movimento, posto que:

Por muito tempo a historiografia tradicional nos fez acreditar que o processo de escravidão foi aceito de forma passiva, sem luta, ou sem resistência, por parte dos cativos. “[...], entretanto, apesar de todo o esforço da historiografia tradicional em

cristalizar tal ideia, o que sabemos é que durante todo o período que durou a escravidão no Brasil, houve sim resistência e enfrentamento do trabalho compulsório escravo (Pinto; Costa; Domingues, 2020. p. 4).

Para tanto, faz necessário a apresentação do quilombo Boa Vista e suas especificidades, o que veremos no tópico seguinte.

1.3 Quilombo Boa Vista em Baião-PA: panorama histórico

O município de Baião é um dos mais antigos do Território do Baixo Tocantins. É formado pelos distritos de Baião (sede municipal), de Vila Joana Peres, de São Joaquim de Itaquara e de Umarizal. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 02° 47' 18" Sul e 49° 40' 15" Oeste de Greenwich. Além da sede, existem 101 comunidades rurais em Baião. Faz limite ao norte com o município de Mocajuba, a Leste com o de Moju, ao sul com os municípios de Tucuruí e Breu Branco, a oeste com os municípios de Oeiras do Pará, Portel e Pacajá.

Segundo as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014), a população total é de aproximadamente 36.882 habitantes, sendo que 18.555 (50,3%) estão na área urbana e 18.327 (49,69%), na área rural.

Preserva uma trajetória de baixo desenvolvimento econômico e de grandes problemas sociais relacionados à pobreza da população, à ausência de políticas públicas que correspondam às demandas das comunidades, a maioria localizadas na área rural, à baixa escolaridade de seus moradores, inclusive na sede e, entre outros, o crescimento da violência” (Lopes, 2017, p. 31).

Concordando com a autora supracitada, vale destacar uma questão muito pertinente que é a questão da falta de políticas públicas, especificamente no campo da educação escolar como a vivenciada em Boa Vista, onde a escola sempre foi de pequeno porte tendo o quilombo de Umarizal como referência na educação. Mesmo tendo oferecido educação na etapa dos anos iniciais em Boa Vista, a partir de 2010 a escola teve suas atividades interrompidas pela gestão municipal conforme informaram os participantes da pesquisa, visto que, o número de estudantes não atendia o exigido para o funcionamento das turmas, para a além da estrutura da escola como mostramos anteriormente. Na área da saúde, a comunidade também não conta com nenhum tipo de casa de apoio.

Por conta disso, primeiramente as pessoas da comunidade procuram as vilas que já oferecem até ensino superior em alguns casos, mas que ainda não faz parte da realidade de muitos quilombolas estudantes, especialmente de Boa Vista, e com o surgimento de escolas

polos acontece o fechamento das escolas pequenas como no quilombo Boa Vista. Isso distancia as crianças menores da escola mais próxima como deveria ser conforme os direitos legais.

Os jovens tendem a migrar para a sede do município, Baião, assim como para outras cidades vizinhas, em que os estudantes muitas vezes precisam conviver com a dinâmica de trabalhar e estudar. Com isso, o intuito de querer aprender mais nos desperta a vontade de concluir o ensino médio e a preparação para os processos seletivos e, conseqüentemente ingressar na universidade pública, desenvolvendo pesquisas e recontando a própria história baseado em Evaristo (2020) e Santos (2015) que são referenciais ricos nesse sentido, para além de Velho (1978), quando se trata das diversas interpretações do ponto de vista das pessoas.

Boa Vista, é uma das 101 comunidades da área rural em Baião-PA. A trajetória histórica e econômica assemelha-se às demais localidades. No entanto, apresenta suas particularidades, sobretudo no campo da educação escolar, como pode ser visto nessa pesquisa. E até o momento de nosso estudo, há apenas registros de forma superficial sobre Boa Vista em estudos como o de Medeiros (2018) e Farias (2021), para além dos documentos oficiais da ARCORQBU que informam quando exatamente surgiu e ou como se formou Boa Vista.

Entretanto, um histórico de Boa Vista organizado pela coordenação da comunidade no âmbito do evento das Santas Missões Populares (2019), em que as comunidades precisaram se apresentar segundo uma perspectiva histórica. O documento nomeado Histórico da Comunidade Cristã Santa Maria informa que,

segundo informações colhidas por moradores mais antigos da comunidade em 1964, com a chegada do senhor Manoel, vindo da Cidade de São Sebastião da Boa Vista, trouxe consigo vários sonhos e um era de formar um grupo de famílias, onde os mesmos faziam grandes mutirões para o plantio de mandioca, milho e arroz. Nesse tempo também faziam a extração do leite de seringa e colhiam castanha do Pará. Essas pessoas eram: Permino Lopes, Domingos S. Rosa, Benigno da Costa, João Costa, Fortunata Pinheiro, Valeriano Pinheiro, João Lopes, Pedro Machado, Adelino Campelo, Mateus Teixeira, Armando Machado, João Calazan, Zé Lima, Raimundo Nunes e Mauro Baia. No dia 4 de março de 1973, esse grupo de pessoas tiveram a iniciativa de levantar um salão comunitário, com o intuito de reunir todo o povo do vilarejo para partilharem um pouco da palavra de Deus, faziam cultos, rezas. O terreno para se fazer esse salão foi doado pelo senhor Adelino Campelo que também foi o primeiro presidente da comunidade. Com o salão já pronto tivemos a primeira missa com o padre Tiago. E para a implantação do salão comunitário os senhores: Juracy Lopes (filho de João Lopes), Zé Nunes da Costa (filho de Adelino Campelo da Costa) e João Bolacha trabalharam com afinco nessa construção. No ano de 2001, foi construída a primeira igreja que teve como primeiro presidente o senhor Jaime Nunes Campelo da Costa e para que a mesma pudesse ser construída, houve várias reuniões na comunidade para se achar um local, onde se pudesse construir e que ficasse bem localizada na vila. Os senhores e senhoras: Naceli Garcia, Maridalva Lopes, Valcilene Freitas, Jorge Campelo, Margadi Lira e Liduino de Jesus. Após encontrado o terreno de melhor localização, a equipe foi conversar com o senhor Adelino Campelo que era dono do mesmo, que por sua vez fez a doação. No ano de 2005, esse mesmo grupo teve a ideia de se ter um padroeiro, onde vários moradores citaram nomes de alguns santos e santas, e que o povo escolheu como padroeira a Santa Maria, que por sua vez

a dona Eugênia Campelo da Costa doou uma imagem da Santa Maria que até os dias atuais ainda se encontra na comunidade. Nesse mesmo ano o senhor Jorge Campelo assumiu a coordenação da igreja ficando até o ano de 2007. Em 2009, a senhora Valcilene Freitas assumiu a coordenação da igreja. Ficando à frente dos trabalhos pastorais por 4 anos. No ano de 2014, a dona Gildete assumiu a coordenação que três anos após passou a coordenação para o atual conselho. No ano de 2016, vendo a necessidade de melhor acolher os devotos de Santa Maria se teve a ideia de se fazer uma nova igreja, em um outro local devido não haver como aumentar a mesma por ter um terreno no limite. No dia 15 de outubro se deu o pontapé inicial para a construção a nova igreja. Já com o projeto em mãos e o terreno doado pelo senhor Pedro Machado e a senhora Rita Machado com as medidas de 27m X 60m. O prédio da igreja se encontra com as paredes levantadas em ponto de madeira. No ano de 2018 foi formado o conselho da Comunidade por comunitários que são eles: Valcilene Freitas, Maridalva Lopes, Valéria, Jaime Lira, Gildete, Jucelino Nunes, José do Carmo, Geonilson, Marivaldo Teixeira e Luciene Machado. Nesse mesmo ano a dona Gildete se tornou ministra extraordinária da sagrada comunhão. E nesse início de 2019 até a referida data (02/02/2019) o trabalho da Evangelização está sendo realizado com grande empenho tanto da coordenação quanto dos comunitários (Histórico da comunidade de Boa Vista, 2019, p. 2).

Marcada pelas conquistas comunitárias, Boa vista se encontra em fase de transformação ainda hoje, na verdade, o senhor Jaime explica que:

Quando Juracy e Zé Nunes assumiram eles recebiam o padre organizavam a reunião com os representantes políticos era no barracão que recebia. Todo esse salão foi com privilégio a escola, e fazer a festa na comunidade. Depois foi o mesmo sistema, a gente tinha o dízimo e se tinha um evento fazia uma coleta para receber os visitantes e o saldo aplicava na comunidade, aí foi avançando trocando os linha de frente que são os comunitários que a gente fala (Fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, 60 anos, quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

Com base no histórico da comunidade, e nas palavras do senhor Jaime, o próximo linha de frente foi Jorge Campelo Teixeira, onde percebe-se no ano 2008, quando Jorge Campelo Teixeira deixa a coordenação da igreja, que não foi apresentado no histórico outro representante, o que indica que a comunidade estaria em processo de organização nesse determinado ano para a escolha de seu representante comunitário. Entretanto, a questão religiosa segue em crescimento, como observado no histórico da comunidade, principalmente devido a lutas de membros que jamais deixaram de se envolver em algum dos seguimentos da igreja, como a senhora Valcilene Freitas⁵, que esteve na coordenação da comunidade por 4 anos consecutivos, assim como o senhor Jaime. Mas, no que se refere à educação escolar quilombola na comunidade, o histórico apresentado não informou nada em específico. Isso porque foi um documento organizado no âmbito de questões voltadas para a religiosidade.

Logo, discorreremos um pouco mais sobre a dinâmica histórica de Boa Vista e a origem do nome firmados ainda na oralidade, agora pelo viés da prática educativa pelas experiências

⁵ Conforme o histórico de Boa Vista, Valcilene foi membro do conselho da Comunidade em 2018.

dos filhos e filhas desse quilombo na educação superior e dos cinco membros do quilombo que participaram de nosso trabalho. Tendo em vista que “a história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (Delgado, 2003, p. 23).

Nesse sentido, procuramos compreender como os quilombolas estudantes se organizam para a permanência na universidade diante dos desafios encontrados conforme suas experiências por meio da trajetória no ensino superior, mas que teve início no quilombo Boa Vista e por isso os saberes dos mestres e mestras de nossa comunidade são essenciais para esse momento, assim como os autores que caminham conosco, ou seja, do município de que a comunidade faz parte.

Para isso, recorremos a Marin e Castro (1999, p. 91), que dizem: “Baião provavelmente vem de um antigo aldeamento, tornando-se um Lugar de Índio que, como os demais no Vale do Tocantins, sofre um decréscimo de população até o início do Diretório dos Índios em 1758. Da mesma maneira, Farias (2021) aborda que os ataques indígenas Assuriní deram origem ao quilombo Boa Vista.

Desse modo, sustentados na oralidade e experiência dos nossos senhores e senhoras de Boa Vista, que complementam o histórico da comunidade em suas narrativas, convidamos-vos para nos guiar nesse momento, conforme explica dona Eugênia ao relatar que “olha, quando me entendi era Boa Vista, esqueci até a data, do Mateus pra cima era outro nome, Jubatuca, e o resto já era Boa vista” (Fala da dona Eugênia Nunes Campelo da Costa, 83 anos, moradora de Boa Vista, Entrevista realizada no dia 25 de jun. de 2022).

Embora a senhora Eugênia Nunes Campelo da Costa, não saiba ao certo a data do surgimento da comunidade, podemos dizer que ao menos o nome pelo qual a comunidade tinha e se dividia também, era do conhecimento do senhor Gilson, mas para ele Jubatuca tinha outro ponto de início:

De quando me entendi era Jubatuca da Dalva pra cima, era em 1977 quando surgiu, o culto começou a comunidade era Jubatuca depois passou a ser Boa Vista pra fundar a comunidade chamavam Boa Vista. Foi, primeiro, foi feito a reunião de colônia reunida pra registrar depois passou a ser quilombo, como não foi possível registrar Colônia Reunida foi feita a Associação de Quilombos (Fala do senhor Gilson Nunes Campelo da Costa, 55 anos, morador de Boa Vista. Entrevista realizada no dia 24 de jun, de 2022).

O culto citado pelo senhor Gilson, são as celebrações comunitárias que acontecem até hoje, principalmente aos domingos, na igreja da comunidade conforme imagem 06, a qual se configura também como um dos primeiros espaços educativos dos membros do quilombo.

Imagem 06 – Barracão e igreja de Santa Maria em Boa Vista



Fonte: Colaboradora da pesquisa, Rosiele Rodrigues Costa (2023).

Além da necessidade de organização para registrar a localidade como Comunidade Cristã de Boa Vista (C. C. de Boa Vista), a qual seria primeiramente “Colônia Reunida” e posteriormente reconhecida como comunidade quilombola, há outras razões para a origem do nome da comunidade: “Uns falam que era muito cerrado aí tinha que ter boa vista porque era muito feio”. Outra versão, “o rio fica próximo da comunidade e quando alguém passava e avistava a pessoa de longe, era porque tinha boa vista” (Fala do senhor Gilson Nunes Campelo da Costa, 55 anos, morador de Boa Vista. Entrevista realizada no dia 24 de jun, de 2022).

A par da narrativa carregada de humor da comunidade pequena em dimensão, mas grandiosa na receptividade para com aqueles que a visitam às margens esquerda do rio Tocantins, em Baião-PA, procuramos conhecer fatores no âmbito da base da subsistência, entendendo como se dava o trabalho na comunidade e constatamos que “o trabalho era por mutirão nas roças pra fazer as roças um dia para uma determinada família, depois para outras roça e roçado realidade apresentada e tida como atividade nos quilombos sobretudo os momentos de produzir o alimento”, conforme Santos (2015, p. 82).

Nesse processo, “as mulheres capinavam e os homens roçavam e o sustento é por caça e pesca e agricultura, arroz, milho, mandioca para fazer a farinha” (Fala do senhor Gilson Nunes Campelo da Costa, 55 anos, morador de Boa Vista. Entrevista realizada no dia 24 de jun. de 2022). Da mesma forma, Farias (2021) corrobora dizendo que:

A queima é o processo físico no qual é utilizado fogo para destruir os restos orgânicos entulhados pela derruba e roçagem e ocorre geralmente após 25 dias em média de sol,

razão pela qual a queimada é realizada no período de maior estiagem. A cúvara é a prática da retirada dos restos (cú de vara) dos galhos das árvores maiores e das varas que dificultam a movimentação do produtor nos tratos culturais da futura lavoura. Esses restos de vegetais são amontoados nos lugares onde o fogo não conseguiu consumir os entulhos e são repicados de fogo novamente (Farias, 2021, p. 56).

Logo, a subsistência da comunidade é baseada na agricultura e a concepção de Farias (2021) caracteriza os detalhes do processo de produção alimentícia abordado pelo senhor Gilson. Ademais,

ressalta-se assim, que antes da Constituição de 1988, as comunidades quilombolas se destacavam por meio da sua expressão cultural, nas festividades de santos padroeiros e outras manifestações culturais apresentadas nas comunidades e vilas, e pós Constituição, além da permanência das manifestações culturais, também se destacaram na organização social e na busca incessante da regularização das suas terras. Vale relatar que cada Comunidades Quilombola tem seu Santo ou Santa católico, como padroeiro (a) da comunidade, como por exemplo na Baixinha e Calados, Santa Maria, Engenho, São Bento, em Igarapé Preto que tem São Sebastião, e Umarizal e Araquembaua, que tem a Santíssima Trindade (Farias, 2021, p. 24).

Na categoria festividade, Santa Maria é a padroeira de Boa Vista, como podemos ver na imagem 7 referentes ao um dos maiores movimentos da comunidade que é o círio (caminhada que antecede as 9 noites de celebração também conhecida como novena mariana em referência ao mês de maio) que acontece na igreja da comunidade.

Imagem 07- Círio de Santa Maria em Boa Vista



Fonte: Arquivo da pesquisadora, Costa (2023).

Na cultura, a roça e roçado em que “[...] os serviços de convidados, que se referem ao trabalho coletivo para atividades da agricultura - roçagem, derriba, plantio e até colheita, sendo

que estes trabalhos são muito importantes na reprodução cultural e coletiva das comunidades quilombolas” (Farias, 2021, p. 24), também fazem parte das atividades de nosso quilombo.

Diante disso, a agricultura é a atividade principal da comunidade, se caracterizando também como espaço em que as árvores maiores já foram retiradas, restando a limpeza mais “leve”, depois de queimadas as árvores do terreno, uma tarefa que fica sob responsabilidade principalmente das mulheres, enquanto os homens se organizam para o próximo roçado, daí roça e roçado.

Atualmente, Boa Vista passou por algumas transformações em sua organização pelo acesso a outras iniciativas especialmente o ingresso de seus membros na universidade. Entretanto, a subsistência ainda vem da roça, como narrou o senhor Gilson, embora a comunidade esteja vivenciando um novo tempo, ou seja, novas organizações nas formas de viver, sobretudo no campo da educação.

Boa Vista, até o momento, tem um total de cinquenta e sete famílias e 189 habitantes, faz frente com a margem esquerda do rio Tocantins e limita-se geograficamente com as comunidades de Umarizal, Paritá-Miri e Florestão. O território alto e de difícil acesso, exigiu da comunidade a construção de alguns espaços como o trapiche⁶ em frente à igreja da Santa Maria, que ficava localizada em uma terra doada pelo senhor Adelino Campelo (*in memoriam*), onde “tão falando em fazer uma escola de catequese na igreja antiga e não tem porto principal”, (Fala do senhor Gilson Nunes Campelo da Costa, morador de Boa Vista. Entrevista realizada no dia 24 de jun. de 2022).

Atualmente, não existe o trapiche porque o qual foi construído como era de madeira não durou por muito tempo desgastou e se desfez, que era uma espécie de porto principal na localidade; no entanto, a comunidade construiu uma nova igreja de acordo com a imagem 6, em que acontecem os encontros comunitários (celebrações dominicais) e um novo ramal para acesso à comunidade, fora das áreas de terras mais acidentadas.

A igreja se configura como espaço de uma prática primordial na formação da comunidade e na constituição da organização social, política e cultural de seus moradores, fortalecendo, inclusive, o contato entre Boa Vista e as outras comunidades vizinhas. No que diz respeito às práticas de socialização, de resistência, destaco a formação de lideranças, dentre outras, como as lutas pelas terras que acontecem ao seu redor. Como apresentado no estudo de Farias (2021):

⁶Uma espécie de porto principal na comunidade.

Apesar de todo o reconhecimento, as terras que hoje pertencem às comunidades remanescentes de quilombo, as quais foram em sua maioria deixadas como herança, por aqueles que há muito já haviam se estabelecido nelas, ainda geram conflitos de posse, tanto no sentido da documentação de posse de área coletiva para as associações, como no sentido da titularização, por parte de alguns que preferem ter seu próprio documento, o qual é chamado de individual (Farias, 2021, p. 16).

Observamos que além das lutas pela educação, as terras ainda são motivos de lutas internas na comunidade oriunda dos indivíduos que adquiriram a posse da mesma por compra e não concordam com a forma de organização da comunidade, são os considerados individuais. Sendo assim, “[...] a permanência dos descendentes de quilombolas em suas terras sempre foi marcada por lutas e conflitos, e todas essas lutas e conflitos existentes em nosso território brasileiro” (Farias, 2021, p. 17). Quanto a organização das comunidades quilombolas nas palavras de Fabrini (2006):

A igreja assume grande importância porque em torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da sociabilização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro. No passado, até o espaço da comunidade era estabelecido pelo som que alcançava o toque do sino da Igreja, ou seja, espaço delimitado pelos sacramentos oferecidos pela Igreja e as fronteiras da comunidade definidas pela religião (Fabrini, 2006, p. 84).

Neste sentido, constatamos pelas fontes orais em conversas com nossos interlocutores que em Boa Vista a vivência comunitária é forte ainda hoje, e essa sociabilização da qual nos fala Fabrini (2006) é perceptível no cotidiano da comunidade, impressa nas atividades de organização da festividade de Santa Maria, por exemplo - conhecida também como mês mariano (celebração religiosa que acontece anualmente no mês de maio) - assim como no festival quilombola que nesse ano da pesquisa em tela está em sua sexta edição.

O festival tem por finalidade, reunir a comunidade de Boa Vista, que é a anfitriã e se responsabiliza pela organização do movimento e recepção dos visitantes, a partir da noite católica, noite cultural (um passeio na história e nas práticas vivenciadas na comunidade), partidas de futebol de campo, para além da noite dançante em que contratam grupos de músicos para fazer o *show*. A seguir apresentamos a celebração da noite católica, sob a responsabilidade da comunidade de Umarizal que marca o início do festival e o *show* dançante que faz o encerramento por conta da banda invencíveis da cidade de Cametá- Pa.

Imagem 08 – Noite católica



Fonte: Arquivo da pesquisadora, Costa (2023).

Imagem 09 – Show dançante



Fonte: Arquivo da pesquisadora, Costa (2023).

Não aparecem aqui os grupos de samba de cacete⁷ que é comum nos festivais; acontece que em Boa Vista não há grupos de samba organizado, as apresentações são assistidas apenas nos quilombos próximos ou quando estes são convidados para se apresentarem em Boa Vista como podemos observar na imagem 10. Em Boa Vista, o que temos é um grupo denominado Charanga (um grupo de pessoas tocam instrumentos como tambores e cantam músicas diversas como na imagem 11).

⁷ O Samba de Cacete é uma manifestação cultural ainda preservada em comunidades quilombolas do baixo rio Tocantins, na Amazônia Paraense, que envolve música, canto e dança com elementos dos batuques afro brasileiros. O nome refere-se aos pequenos cacetes de madeira utilizados pelos tocadores dos tambores para fazerem a marcação e o contratempo. (SAMBA DO CACETE DO PARÁ PARA PARIS, Luís Fernando Pontes F. Júnior, assista o filme promocional do Curta Samba de Cacete – Alvorada Quilombola. Raiz. Cultura brasileira. Disponível em: <https://raiz.art.br/2017/04/18/documentario-samba-de-cacete-alvorada-quilombola-e-premiado-em-cannes/>. Acesso em: 24 set. 2022).

Para Pinto, (1999) o samba de cacete é uma espécie de batucada com participação de todos os presentes naquele momento; é uma improvisação onde as músicas surgem livremente no momento ou então cantasse as já tradicionais passadas de uma geração para outra. Recebe o nome de samba de cacete porque os únicos instrumentos musicais são os troncos de pau com aproximadamente um metro e meio de comprimento escavado no interior - os tambores - tendo em uma das extremidades um pedaço de couro, e, quatro cacetinhos de madeira. No momento do Samba os batedores ou caceteiros, em número de 04 sentam-se em cima dos tambores, um de costa para o outro; o que fica do lado que tem couro batuca com as mãos e o que fica da outra extremidade bate com os cacetinhos. Os batedores ou caceteiros cantando as estrofes enquanto os dançarinos e as dançarinas, em tons unissonante, fazem o coro (Pinto, 1999, p. 85).

Imagem 10 – Samba de Cacete recordação



Fonte: Arquivo da pesquisadora, Costa (2023).

Imagem 11– Grupo cultural Charanga



Fonte: Arquivo da pesquisadora, Costa (2023).

E, para o festival ficar ainda mais movimentado, animado e, logo, reconhecido, os organizadores também contam agora com as mídias digitais (WhatsApp, Facebook) e não somente com os cartazes que ainda são colocados em pontos de referência para anunciar a festa, ou mesmo com a rádio comunitária da cidade de Baião. Podemos considerar essa forma de anúncio como umas das transformações que a comunidade vivencia, no sentido de se informar com mais rapidez como podemos ver na imagem 12.

Imagem 12 – Anúncio do VI Festival Quilombola de Boa Vista, Baião-PA.



Fonte: Arquivo da pesquisadora, Costa (2023).

Desse modo, a transformação da prática educativa é trazida também pelos espaços não escolares, nas e pelas linguagens e relações culturais de nosso povo, na perspectiva da memória, discurso e história em funcionamento na sociedade. Na verdade, tudo é memória, pois tem um processo socioconstrutivista e os sujeitos são agentes históricos que de algum modo são influenciados pela ausência da memória quando não lembram ou não recontam um acontecimento nas práticas sociais que dizem muito do compromisso social. Esse compromisso social que envolve a experiência acadêmica dos educandos de maneira muito particular quando ocorre o acesso à educação superior, principalmente. Portanto, o acesso à educação é para nós quilombolas estudantes e para o quilombo de Boa Vista, um ponto de partida rumo ao sucesso na vida profissional e até pessoal.

1.4 Escola e (a pouca) diferença cultural

A trajetória acadêmica vivenciada por quilombolas estudantes no que se refere às práticas educativas ao longo do percurso no âmbito da educação superior, serviu como aporte para pensarmos as relações culturais, e dialogar sobre as contribuições da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) para a educação escolar quilombola em Boa Vista, Baião-Pará, posto que

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (Bourdieu, 1989, p. 7).

Nesse sentido, observamos o poder de uma instituição ao que diz respeito a relação social especialmente para elevação de uma comunidade, ou seja, dos quilombolas estudantes. O autor nomeia essa dinâmica como “poder simbólico”. Dessa maneira, ao efetivar-se tais distinções “cumpram a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) [...] para a domesticação dos dominados” (Bourdieu, 1989, p. 7).

Nessa perspectiva, de início lembramos da constituição de 1988, momento em que as comunidades quilombolas são introduzidas legalmente na sociedade brasileira com direito de posse da propriedade, e a LDB de 1996/93, que vai reconhecer a educação quilombola como uma das modalidades da educação básica, para além da lei 10.639/2003, a lei 11.645/2008 e, ainda, a Resolução MEC 08/2012, que institui o currículo voltado para a temática afro-brasileira na escola quilombola, como mencionamos anteriormente. Temos ainda como princípio

fundamental apresentado na constituição em seu Art. 1º. “A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa bem como o pluralismo político” (BRASIL, 1988). Logo, nenhum indivíduo tem poder sobre o outro. Dessa maneira, conforme a experiência de Rayson na UNIFESSPA ele diz:

Existem diversas contribuições tanto profissionais como também sociais, exemplo disso são os meios onde somos inseridos, ou seja, a universidade nos mostra que a vida não se baseia simplesmente em quem você é ou de onde você veio, mas em quem você pode se tornar e onde você pode chegar. Falando mais em termo pessoal, eu faço parte do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS), como representante da secretaria de assuntos quilombolas da faculdade de Ciências Sociais e isso com todo orgulho posso dizer que é uma imensa contribuição, seja ela profissional, social e até como pessoa (Fala do Rayson Santa Rosa Pinheiro, 21 anos, estudante de Ciências Sociais. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

Percebe-se na narrativa de Rayson, que o universo universitário trouxe inúmeras contribuições, tanto para sua vida pessoal como profissional, visto que a partir da vivência na universidade passou a fazer parte do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS), como representante da secretaria de assuntos quilombolas da faculdade de Ciências Sociais da UNIFESSPA. A vivência na UNIFESSPA trouxe um novo sentido e significado para sua vida acadêmica, que não pôde se experienciar no chão da escola de Boa Vista.

No quilombo Boa Vista, a escola caracteriza-se em termos de construção distantes das residências de alguns dos quilombolas estudantes, com estrutura precária, escassez de água potável, instalações sanitárias inadequadas, ou seja, nem sempre o que a lei garante está impresso na prática de fato, “[...] tá lá uma cozinha lá atrás, tu chegou a ver? É bonitinho lá, tá tudo bagunçado, lá não funciona mais, a SEDUC que deu [...]” (Fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, 60 anos, quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

Em contraponto, as escolas quilombolas também são ricas em diversidade, e esse espaço que Rayson ocupa para discutir questões quilombolas, mostra que a luta pela permanência se faz tão necessária quanto a oportunidade de representar o nosso povo nessas esferas para além da própria organização na comunidade. Quanto a essa contribuição ele diz:

Em relação a como contribuir com a minha comunidade, penso que o conhecimento abre portas e uma vez que são abertas jamais voltarão a se fechar, falo isso na perspectiva de poder apresentar uma forma de educação mais abrangente e que possa ser mais familiarizada com a nossa realidade, mostrar que as possibilidades existem para todos, que eles possam ver o conhecimento pairando em um quilombola que estudou a vida toda em quilombo, veio pra universidade e conseguiu voltar para o quilombo com aprendizado, conhecimento a ser repassado e a oportunidade de uma vida melhor. (Fala do Rayson Santa Rosa Pinheiro- Curso Ciências Sociais. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

Mas, tendo em vista o cenário da escola no quilombo Boa Vista, o qual não se resume apenas ao não funcionamento, e sim ao suporte para o deslocamento, uma vez que hoje as crianças se encontram matriculados na escola polo de Umarizal, como Jaime explica, “[...] quando iniciaram os estudos na Boa Vista ainda funcionava até 4º ano, depois que não teve mais na Boa Vista, passaram para Umarizal concluindo o fundamental. E o médio para a cidade [...]” (Fala do senhor Jaime Lira da Costa, 38 anos, morador de Boa Vista. Entrevista realizada no dia 27 de jun. de 2022), esse anseio por contribuir pode ser um diferencial. No entanto, a criação de uma escola nesse formato implica no fechamento de outra.

Desse modo, no que se refere ao processo de organização no campo da educação no quilombo Boa Vista, ao que parece a universidade tem contribuições positivas com base na experiência de Rayson, assim como Brendo que diz, que “[...] para a minha comunidade pretendo ajudar ao retornar principalmente na disseminação dos conhecimentos adquiridos através do meu curso”. (Fala do Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, Agronomia. Entrevista realizada no dia 06 de jun. de 2023).

Já Ivanilson mostra uma contribuição não apenas em fazer algo pela comunidade, mas no sentido de permanecer na instituição, ao relatar que “ao entrar na universidade recebi um auxílio da Unifesspa e hoje recebo a bolsa permanência, pretendo contribuir na minha comunidade me formando e levando todo esse conhecimento pra lá” (Fala do Ivanilson Mendes e Silva, 25 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 20 de jun. de 2023).

Entretanto,

para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar (Munanga, 2005, p. 147).

As narrativas mostram a materialização da trajetória estudantil na comunidade e também na Unifesspa. Com a diferença que há um pouco mais de dez anos é como se os direitos constitucionais fossem inacessíveis devido ao não funcionamento da escola qual seja, o direito de poder estudar na escola mais próxima de sua casa, com currículos adaptados ao contexto social e histórico dos estudantes, conforme orienta Munanga (2005).

Quanto ao currículo, ele deve atender a história e a cultura dos estudantes quilombolas, tal como determinam as diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola, que tem especificidades que devem ser respeitadas, fortalecendo os vínculos dos sujeitos, na tentativa

de atender nossas demandas – referentes a podermos ter uma escola que atenda a comunidade, que tenha uma relação significativa com a cultura, a memória, dentre outros aspectos. Daí a exigência de professores para formações específicas que atendam à proposta de uma educação de qualidade e representativa, pois,

uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas. Isso significa que o próprio projeto político-pedagógico da instituição escolar ou das organizações educacionais deve considerar as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas, o que implica numa gestão democrática da escola que envolve a participação das comunidades escolares, sociais e quilombolas e suas lideranças. Por sua vez, a permanência deve ser garantida por meio da alimentação escolar e a inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior (Brasil, 2012, p. 26).

Buscamos um currículo que considere os saberes, crenças, tradições e seja elaborado para e com a participação da comunidade, na tentativa de manter viva a história da ancestralidade e “dá as coordenadas para construção de outro modelo de educação, no qual a escola precisa estar aberta aos desejos da comunidade. Esta nova escola será realmente inovadora se for construída em bases democráticas e com participação efetiva da comunidade” (Fiabani, 2013, p. 4). A participação da comunidade se torna indispensável nessa perspectiva, pois,

é necessário considerarmos que os docentes no Brasil possuem realidades diferentes em suas salas de aula, como: especificidades regionais, dificuldades locais de estrutura e recursos, públicos específicos e outras tantas diversidades, as quais os avaliadores muitas vezes desconhecem e não prevêm em suas tabelas avaliativas. Assim, a má avaliação de alguns manuais não representa diretamente que estes não tragam possibilidades de “boa” utilização em diferentes realidades (Matos, 2012, p. 3).

Cada sujeito atua do jeito que sabe, dentro dos padrões de determinados grupos culturais em que está inserido - inclusive os quilombolas – através de costumes impressos diariamente no cotidiano. Assim, tratamos de dialogar com a antropologia, quero dizer, como mais que uma disciplina, pois ela envolve também reflexões humanistas em seu paradigma (modo de ensino) no cotidiano do espaço escolar e inclui uma discussão amplificada da escola, no que se refere à sua importância em relação às ciências humanas. A humanização é um processo gradativo que se dá pela partilha de conhecimentos, quando nos reconhecemos como membros de uma mesma coletividade em que ensinamos, mas também aprendemos com os outros. Nesse caso, a escola é um espaço propício para a troca de saberes e é necessário que isso se faça através de relações humanizadas (Baraúna, 2014).

Diante disso, e considerando que a cultura está em constante transformação, como então tecer esse diálogo reflexivo com as práticas educacionais quilombolas, considerando a diferença cultural? Considerando que somos seres pensantes, a antropologia nos ajuda a entendermos a nós e aos outros, bem como perceber a sociedade e a cultura em constante transformação.

E à medida que a história moderna vai desconstruindo o paradigma etnocêntrico, vamos percebendo a abertura para novos diálogos. Em que a nossa origem já não importa quando se trata de ocupar espaços como a universidade, como abordou Rayson em sua experiência, ou seja, quaisquer povos inclusive os quilombolas podem estar inseridos no mesmo contexto, nesse caso, a universidade e fazer sua própria interpretação conforme aprendemos com Velho (1978). Não esquecendo de levar os saberes aprendidos com nossos ancestrais sempre e em todo lugar. Visto que,

educar é um ato social que não se restringe à escola, universidade, etc. Essas instituições são apenas uma face da educação realizada em sociedade. Educação é todo e qualquer ato que vise transformar o sujeito, interferindo em seu desenvolvimento, buscando sua melhor integração à vida social. Logo, educação se faz na escola e fora dela (Figueiredo, 2021, p. 2).

Concordando com Figueiredo (2021), no que tange a educação no espaço não escolar, vale dizer que as práticas comunitárias se configuram como educação e se aprende diariamente. Sobre isso, Carril (2017, p. 555) complementa que, no campo epistêmico, “a formulação de uma proposta pedagógica para a educação quilombola certamente carece de pesquisas que envolvam aqueles saberes comunitários e um intercâmbio de conhecimentos entre diversas áreas”, ou seja, é imprescindível considerar a realidade do quilombo no processo educativo.

E claro, não podemos negar a importância da interdisciplinaridade, uma vez que ela possibilita essa conexão entre as práticas pedagógicas educacionais quilombolas e o diálogo com a experiência acadêmica. Assim sendo, podemos dizer que a educação escolar quilombola está inserida no grupo da educação rural a partir da proposta operacionalizada pelas diretrizes para a Educação Básica, que propôs a definição da educação e para quem ela se destina, ou seja, a identidade

A Educação do Campo tratada como Educação Rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (Brasil, 2002, p. 1).

Nesse sentido, a tomada de luta dos povos do campo, que inclui os quilombolas, é em prol de uma educação que valorize suas particularidades como prevê a constituição de 1988, que versa sobre a educação escolar. E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n.9.394/96, que reconhece que as particularidades do campo e de seus sujeitos devem ser levadas em conta no processo escolar. Os artigos 23 e 28 estabelecem uma organização curricular diferenciada para a população rural. Conforme dispõe o artigo 23:

A educação básica poderá organiza-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (Brasil, 1996).

Além disso, afirma em seu Parágrafo 2º que “o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei” (Brasil, 1996).

O artigo estabelece que as escolas do campo devem estar vinculadas à realidade na qual estão inseridas, de modo a organizar-se e adaptar-se de acordo com as reais necessidades dos estudantes que residem no campo, incluindo aqueles que residem em comunidades quilombolas, respeitando os períodos de alternância dos estudos, principalmente, em meses em que os pais e os estudantes desenvolvem atividades laborais para sua subsistência, concomitante, com a hora de estar e estudar na escola.

Podemos perceber no artigo 28 que estabelece que

na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às particularidades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos na zona rural; II- organização escolar própria, incluindo adequação de calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação a natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996).

Ao reconhecer a especificidade educacional em respeito à diversidade sociocultural, o artigo 28 traz uma inovação no sentido de reconhecer as diferenças, o que implica que os sistemas de ensino deverão fazer adaptações na sua forma de organização, funcionamento e atendimento para adequar-se à peculiaridade da realidade do campo.

Esses dois artigos fomentam que os sistemas de ensino adequem sua organização administrativa às particularidades do campo, significando uma conquista dos povos do campo pelo direito à educação. A partir daí, passou-se a pensar uma educação do campo com base nas realidades socioculturais dos povos do campo, incluindo nessa categoria os quilombolas.

Sabemos que a educação escolar quilombola tem suas particularidades, importância e significado, mas ainda encontra problemas na produção do saber de forma eficaz com base nas experiências apresentadas ao longo da pesquisa a exemplo do não funcionamento da escola. Mesmo os pareceres e leis apontados no início tenham demonstrado que o campo agora é o espaço da construção de saberes, no que se refere aos remanescentes das comunidades quilombolas, esses vêm sofrendo efeitos e impactos como os quais mostram as experiências tanto na comunidade como na universidade, oriundos do processo de reconhecimento dos direitos garantidos constitucionalmente.

No entanto, a educação escolar quilombola torna-se mediadora das transformações sociais e culturais, tendo a sala de aula como espaço de relação de caráter intercultural. Por isso, “tem se transformado num amplo vetor de mobilização e reflexão sobre a questão racial no Brasil com impactos nas políticas públicas de acesso à terra, saúde, cidadania e educação” (Domingues; Gomes, 2013, p. 3).

Nesse sentido, um fator primordial no espaço educacional se dá pela percepção dos eventos (sem repetição), o que acontece nas aulas justamente pelas diferenças, os processos culturais. Diante disso, analisar o que está por trás dos acontecimentos apresentados pode ser importante para a compreensão da fundamentação de determinadas escolhas que os estudantes precisam fazer para significar a prática educativa, especialmente em Boa Vista, como mostra a experiência do estudante Eduardo:

Passei muitas dificuldades nessas questões e por falta de base eu passei muita dificuldade lá dentro do meu curso, mas foi uma coisa que eu acho que no terceiro semestre eu conseguir já me sair melhor, é outra coisa as pessoas que tiverem, tiverem esse interesse de ingressar fazer o processo tem que tá preparado principalmente psicologicamente porque quando eu cheguei lá eu nunca tinha saído de casa. (Fala do Eduardo da Silva Santa Rosa, 25anos, estudante de Engenharia Mecânica. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022).

De pronto, é preciso destacar as escolhas como a de estudar, sair de casa em busca de uma oportunidade diferente da que se tem na comunidade, como a dificuldade no que se refere a organização escolar, até porque de alguma forma a escola marca a identidade, as histórias e a estrutura social que se faz na própria escola. Importante lembrar que a identidade é – individual e coletiva esse pode ser o processo de ressignificação da identidade e, portanto, torna-se necessário valorar as variações linguísticas, a escola e as diferenças culturais. Visto que,

entre as historicidades possíveis e as memórias ressignificadas, encontraremos gerações e gerações de homens e mulheres do campo reconstruindo permanentemente sua própria história, territorialidade, tradição, gramática cultural e etnicidade. Temas diversos das memórias e lutas do passado e do *tempo presente* são amalgamados e conectados em tornos de novas narrativas, fragmentos, fios condutores, silêncios,

esquecimentos e fundamentalmente projetos e agências (Domingues; Gomes, 2013, p. 3).

Portanto, com base nas experiências e no entendimento dos membros da comunidade Boa Vista, segundo pais e filhos, a escola é a principal fonte de saber, que se soma àqueles que são aprendidos na comunidade por meio das atividades comunitárias como os encontros aos domingos na igreja, pela organização para a festividade de Santa Maria e o festival quilombola. “A festa como instrumento, representada pelo cotidiano, pelas famílias, pela experiência de vida, é uma escola, cujo sujeito pedagógico é o próprio povo, que orienta e revigora comportamentos, faz participar de crença e valores, perpetuando um universo simbólico” (Ribeiro, 1982, p. 44).

Desse modo, para efeito de nossa pesquisa caracterizamos a festividade de Santa Maria e o festival quilombola como portadoras de uma “pedagogia do saber”, pois

[...] observamos os diversos saberes que são compartilhados no contexto desta festividade e a partir deles pode-se visualizar uma troca de conhecimento que se encaminham para um processo educativo. É nesta perspectiva de educação não formal que se baseia as análises sobre os saberes e processos educativos inseridos na festividade [...] (Varela; Pinto, 2021, p. 3).

Logo, reconhecendo que essas festas são espaços que educam, a partir das atividades na comunidade os indivíduos socializam e conseqüentemente, aprendem algo novo com os demais membros do quilombo e com os visitantes. Já que essas atividades se configuram também como práticas educativas, em que aprendemos e ensinamos muito sobre o fazer e o ser quilombola, resta indagar como isso repercute na trajetória da educação superior dos quilombolas estudantes, por conta disso, a seguir vamos conhecer essas práticas na universidade com base trajetória acadêmica vivenciada.

CAPÍTULO II – QUILOMBOS E QUILOMBOLAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nesse capítulo apresentaremos a política da lei de cotas, assim como os diferentes conceitos relacionados às ações afirmativas; posteriormente, abordaremos como ocorre o processo seletivo a partir da política diferenciada nas universidades federais, como é o caso da UNIFESSPA e UFPA; em seguida, exploraremos as experiências dos educandos quilombolas da comunidade Boa Vista, que tiveram acesso a UNIFESSPA pelas ações afirmativas.

2.1 Lei de cotas e políticas de ações afirmativas

De acordo com os caminhos percorridos na trajetória dos quilombolas estudantes contemplados pelas ações afirmativas na universidade, importa também compreendê-los como interlocutores em suas particularidades, para analisar os acontecimentos à luz desse estudo, respeitando suas singularidades a qual pode gerar questionamentos outros. Diante disso, é necessário ir além das narrativas das quais somos feitos, dialogando com o outro, reconhecendo nossas raízes e compreendendo que uma das formas para o acontecimento dessas experiências na educação superior, é a seleção diferenciada por meio da política de cotas de acordo com os direitos legais instituído aos povos quilombolas. Dessa maneira,

a política de cotas faz parte das chamadas ações afirmativas, criadas com o intuito de reparar/compensar desigualdades sociais históricas e discriminações sofridas por uma parcela da população, sejam relativas à etnia, gênero ou classe social, entre outras questões. Foi nesse sentido que foram criadas as cotas para ingresso nas instituições federais de ensino superior em 2012 e, posteriormente, em 2014, as cotas para inscrição em concursos públicos (Pinheiro; Soares, 2020 p. 2).

Conforme os autores supracitados, em 2012 cria-se a lei que atende aos filhos de comunidades negras rurais no que se refere ao ingresso no ensino superior, tendo a presença dos estudantes nas instituições, principalmente federais, já no ano de 2013. Somando-se a isso, a garantia de reservas de vagas em concursos públicos no ano de 2014. Dessa forma, as ações educacionais mostram que têm sempre intenção de transformação na vida ou na sociedade com base nessas iniciativas de ações afirmativas.

Entretanto, deve-se considerar o sentido e o significado quando se trata dos povos quilombolas, ou seja, a escola ganha significado a partir das relações socioculturais na comunidade, a qual tem papel importante no processo da prática educativa, do mesmo modo a conquista do espaço no mercado de trabalho também significa muito para os quais se tornam profissionais diversos como professores, engenheiros, dentre outros.

Sendo assim, é válido perceber a organização da sala de aula na sua disposição no que diz respeito à prática educativa entre professor e estudante, e a comunidade que são os atores principais nessa relação exercendo papéis essenciais, tais como: a reivindicação dos direitos quilombolas pela educação e em outros campos de direitos legais, exemplo disso, foi a reunião organizada pelos estudantes em 31 de maio de 2023, com objetivo de garantir recursos para a permanência da população quilombola pertencentes a comunidade acadêmica da UNIFESSPA conforme as experiências abordadas anteriormente.

Atentar para a prática educativa, pode ser crucial para entender como ela está se apresentando nas comunidades e como os membros acessam outros espaços, na compreensão de que a diversidade está cada vez mais evidente, especialmente nos espaços urbanos, mas continua sendo invisibilizada ainda hoje. Logo, é imprescindível que pensemos para além, a partir de quem acessa essas ações, ampliando-se os horizontes e entendendo como o outro percebe esse movimento, ou seja, o Processo Seletivo Especial (PSE) que tem por objetivo atender os povos indígenas e quilombolas no que se refere ao ingresso a educação superior.

Nesse sentido, o quilombola estudante Rayson diz que “[...] é até satisfatório, são portas que se abrem pra nós que sempre fomos retratados como minorias. Do PSE só reclamo dos números de vagas destinadas a nós, poderiam ser mais, poderiam ser bem mais do que apenas duas vagas por curso”. (Fala do Rayson Santa Rosa Pinheiro, 21 anos, estudante de Ciências Sociais. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

Considerando as lutas dos movimentos sociais para que políticas como as ações afirmativas fossem efetivadas, Rayson faz uma observação que pode ser pensada pelas instituições como possibilidade de ampliação das experiências nas suas dependências, pois, conforme Petrolina; Silva; Silvério (2003, p. 46), “faz-se um convite para as Universidades do país adotarem as políticas afirmativas por meio do Processo Seletivo Especial (PSE) ”.

Sobre isso, Ivanilson relata que, “eu acho bom, até mesmo porque temos uma certa facilidade de adentrarmos em uma universidade pública, mas de qualidade e por um processo que é de caráter exclusivo dos povos originários (quilombolas e indígenas), visando que a base de ensino que nos é ofertada é bastante fragilizada e pouco consistente na relação de ensino aprendizagem”. (Fala do Ivanilson Mendes e Silva, 25 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 20 de jun. de 2023). A fala de Ivanilson além do contentamento pela oportunidade, apresenta uma inquietação que advém das consequências de uma escola de qualidade na comunidade na etapa da educação básica.

Diante disso, a Lei Federal nº 12. 711/2012 foi promulgada em um momento de grande repercussão das cotas no Brasil, em que boa parte da sociedade já adotava as ações afirmativas,

conforme entrevista ao jornal *O liberal* da professora Zélia Amador de Deus em maio de 2022. Acontecimento de grande impacto no cenário da educação, uma vez que a Lei de Cotas (lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012) dispõe sobre a reserva de vagas para alunos egressos do ensino médio público, e previa que até agosto de 2016, todas as universidades federais e os institutos federais de ensino técnico de nível médio destinassem 50% de suas vagas para esse público.

Dessa forma, obrigou as instituições federais que ainda não adotavam nenhuma medida de ações afirmativas a instituírem em seus processos seletivos a seleção diferenciada para os povos que se encontravam marginalmente excluídos na sociedade brasileira, dentre eles os quilombolas. Portanto, a presença dos quilombos e quilombolas no ensino superior se dá por meio da promulgação da lei 12.711/ 2012, que estabelece a reserva de vagas nas instituições de ensino federais para estudantes autodeclarados pretos, pardos indígenas (PPI).

Desse modo, as universidades precisaram adotar a cada ano 25% das vagas previstas para cotistas em 2016, ou seja, 12,5% do total de vagas para 2013, 25% para 2014, 37,5% para 2015, até chegar aos 50% em 2016. No entanto, as instituições federais têm liberdade para adotar os 50% antes do prazo. A lei previa também que em 2022 – dez anos após a publicação da lei – haveria revisão do referido sistema de cotas (Brasil, 2012). As universidades que já possuíam algum tipo de ação afirmativa precisaram se adequar à nova lei, provocando mudanças nos processos seletivos já a partir de 2023.

Mas, a revisão não aconteceu de acordo Zélia Amador de Deus, professora emérita da Universidade Federal do Pará (UFPA), em entrevista ao jornal *O liberal* em nove de maio de 2022. Essa revisão talvez, respondesse ao questionamento do quilombola estudante Rayson, porém, tendo em vista a distribuição dessas vagas conforme a lei de cotas de 50% das vagas para cada curso e cada turno, conclui-se que essa questão ainda pode ser discutida em algum momento.

Outrossim, conforme noticiado pelo jornal *O liberal*, em matéria exibida no dia cinco de maio de 2022, ano em que as ações afirmativas completaram 10 anos e uma revisão estaria por vir - mais de 70 mil alunos ingressaram nas quatro principais universidades públicas do Pará por meio do sistema de cotas. Só na UFPA, e desde 2010, foram quase 50 mil. Na Universidade Federal Rural do Pará (UFRA), em torno de 12 mil alunos.

Na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), 5.408 alunos, e na UNIFESSPA, 2.852 alunos. Mas esse número (70 mil) é maior, porque os dados mais recentes ainda não

foram atualizados⁸. Esses resultados mostram quão benéfica é a política afirmativa para nós quilombolas, embora lentamente, estamos ocupando os lugares que nos são de direito. E conforme Dilson Pimentel/*O liberal*/ notícia,

um dos nomes mais importantes na **luta antirracista** e pelos direitos da população negra, **Zélia Amador de Deus, professora emérita da Universidade Federal do Pará (UFPA)**, disse que a política pública de cotas foi uma das que mais deu certo no Brasil. O sistema de cotas, porém, já existia em algumas universidades antes da promulgação da lei, em 2012. Um artigo do texto prevê que, após dez anos de vigência, a lei passe por uma revisão. “Mas revisão não significa extinção”, afirmou. A revisão deveria ser uma iniciativa do Executivo, mas com o acompanhamento dos movimentos sociais negros. “O executivo não teve essa iniciativa e não foi feita a revisão”, disse (Dilson Pimentel, O Liberal, 05 de maio de 2022).

Diante disso, vale destacar que a UNIFESSPA ofertou vagas pelas ações afirmativas somente mais tarde, conforme o primeiro EDITAL N° 02/2018 (UNIFESSPA de 23 de fevereiro de 2018), seis anos depois da promulgação da referida lei. Já a Universidade Federal do Pará (UFPA), logo em 2013 atendia as comunidades quilombolas com exceção dos pertencentes ao quilombo Boa Vista, que marcou presença na UFPA somente a partir de 2016, com a minha aprovação em Letras Língua Inglesa e em 2023 com a aprovação de Jamily Carvalho da Costa em Agronomia.

Entretanto, os demais que adentraram a educação superior encontram-se na UNIFESSPA, mesmo a universidade tenha disponibilizado vagas muito tempo depois da lei, ou seja, dos quase 50 mil estudantes que ingressaram pelas políticas afirmativas na UFPA, apenas 2 são de Boa Vista, e dos 2.852 que conquistaram a vaga na UNIFESSPA, temos um número expressivo de 16 quilombolas estudantes da comunidade Boa Vista, menos de 2% do total das vagas, porém maior em relação a UFPA.

Sabemos que as políticas de ação afirmativa se caracterizam como fator de transformação que objetiva acelerar a igualdade enquanto processo para aqueles que “sofreram e ainda sofrem um consistente padrão de violência e discriminação” (Piovesan, 2008, p. 890), na tentativa de desenvolver uma equiparação com os demais. Mas, diante do contexto supracitado torna-se evidente a distância de tal equiparação, chamando cada vez mais atenção do poder público para a criação de novas ações. Nesse sentido, “adotamos uma concepção de que as políticas de ação afirmativa sejam mais que o resultado da vontade política em superar tais desigualdades e a situação de discriminação de alguns grupos sociais” (Santos, 2017, p. 39). Visto que,

⁸Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/lei-das-cotas-levou-mais-de-70-mil-estudantes-ao-ensino-superior-no-para-em-10-anos-1.532189>. Acesso em: 09, mai. 2022.

ações afirmativas são estratégias destinadas a estabelecer a igualdade de oportunidades, por meio de medidas que compensem ou corrijam as discriminações resultantes de práticas ou sistemas sociais. Têm caráter temporário, são justificadas pela existência da discriminação secular contra grupos de pessoas e resultam da vontade política de superá-la” (Suplicy, 1996, p. 131, *apud* Santos, 2017, p. 26).

Diante disso, ao que se refere o acesso à educação superior, as práticas de ações afirmativas têm buscado cumprir o seu papel, enquanto forma de organização em consonância com as instituições com base no número expressivo de estudantes quilombolas na UNIFESSPA por exemplo. Mas sabemos que ainda existe muito trabalho a ser feito pelas instituições e sociedades como um todo, especialmente para o aumento do número de quilombolas de Boa Vista e tantos outros, e não somente na UNIFESSPA e UFPA.

Além disso, as ações para a permanência nas dependências das universidades tem sido pautas de discussões entre os quilombolas, o que tem levado os contemplados às vagas a promoverem movimentos como o I Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola, que nasceu da necessidade de mobilização de nossos povos para se discutir amplamente a educação, existência e permanência nos espaços acadêmicos, assim como os movimentos dentro do próprio campus, como o ato do dia 31 de maio de 2023, apresentado na entrevista realizada com Rayson.

Essas lutas dos quilombolas acadêmicos para a permanência se confirmam pela experiência de Brendo de maneira que, “procuro ajudar sempre que possível, com relação a reunião, algum ato, sempre participo de manifestações do coletivo, já foi duas vezes em Brasília para lutar pela bolsa permanência entre outras coisas” (Fala do Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 06 de jun. de 2023).

Até chegar esse recurso para a permanência, conforme essas experiências é bem provável que muitos estudantes não consigam a conclusão de seus respectivos cursos de graduação. Sendo assim, como mais uma forma de ingresso a educação superior temos o Sistema de Seleção Unificado (SISU), que é um instrumento do Ministério da Educação que permite a instituições públicas de ensino superior oferecer vagas para estudantes que tenham se submetido ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), utilizando a nota do estudante como seu único processo seletivo. O qual foi instituído pela Portaria MEC nº 02 de 26 de janeiro de 2010 e posteriormente passou a ser regido pela Portaria nº 21 de 05 de novembro de 2012, já com as determinações da Lei de Cotas.

Nesse sentido, a Universidade Federal Fluminense (UFF) adotou o SISU integralmente como processo seletivo em 2012 mesmo ano que a Universidade Federal do Pará (UFPA) atendeu a lei de cotas ofertando vagas pelas ações afirmativas. Na Universidade Federal

Fluminense (UFF), a doção do SISU aconteceu no vestibular do segundo semestre daquele ano, através de Termo de Adesão assinado em 11 de junho de 2012 (Resolução nº 478/2011 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF). Até aquele momento, a nota do ENEM valia apenas como metade da nota da 1ª fase do vestibular.

Adotar o SISU é também aderir ao seu sistema de cotas para a universidade, lembramos que a UFPA também oferta vagas pelo SISU. Sendo assim, as políticas de ações afirmativas para a educação tornam-se relevantes ao passo que “[...] visam superar barreiras artificiais e invisíveis (talvez por já estarem bastante arraigadas no interior da sociedade) que impedem o acesso de determinada parcela da população ao ensino superior público” (Santos, 2017, p. 38). Essas ações têm a importante função de contribuir com a inclusão social no ensino superior, conforme vemos nas experiências de nossos colaboradores.

No entanto, deve-se considerar que há muito tem se falado das ações afirmativas no campo da educação superior e sob o prisma da raça/etnia – não podemos deixar de citar o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. A UERJ foi a primeira instituição de ensino superior no Brasil a adotar ações afirmativas. Mas, na concepção de Galvão (2009),

embora a UERJ tenha sido a primeira universidade a implantar o sistema de cotas no Brasil, ela não é pioneira nas discussões sobre a adoção de uma política de acesso, via cotas, aos seus cursos. Assim, podemos afirmar que a Universidade de Brasília- UnB é pioneira no debate sobre o tema. A proposta de um sistema de cotas na UnB é datada de 1999 e foi elaborada pelos professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato, do Departamento de Antropologia (Galvão, 2009, p. 75).

Mesmo que a UERJ tenha atendido aos estudantes pela política de cotas sob a regulamentação da lei estadual nº 5.346/2008, recebendo alunos sob o sistema de cotas desde o ano de 2003, com a seguinte reserva: 20% das vagas para estudantes negros e indígenas; 20% para os estudantes egressos do ensino público; e 5% para alunos com deficiência e filhos de policiais civis, militares, inspetores de segurança ou administração penitenciária mortos ou incapacitados em razão do serviço. Segundo Santos (2017), foi a UnB a precursora dos debates voltados para as ações afirmativas, como afirmou Galvão (2009).

Dessa forma, percebemos cada vez mais as transformações oriundas das lutas e resistências de nossos povos. Neste sentido, cabe registrar a aprovação de uma nova resolução no Conselho Universitário da Universidade do Estado do Pará (UEPA), adotando as cotas étnico-raciais para o processo seletivo de 2023. Em entrevista concedida ao jornal *O liberal*, a professora Zélia Amador de Deus, relatou que,

então, no ano que vem, dessas 50% de vagas que já eram destinadas para os alunos oriundos da escola pública, 30% delas serão destinadas aos alunos que se

autodeclararem pretos ou indígenas. Com isso, as comunidades quilombolas contam com mais uma instituição para adentrarem a educação superior. Não estamos mexendo nas vagas da ampla concorrência (Zélia Amador de Deus, *O Liberal*, 05 de maio de 2022).

Outro avanço positivo no que refere às cotas é que lembrou o Pró-reitor de Graduação da Universidade do Estado do Pará, Ednalvo Campos, em entrevista também ao jornal *O liberal* em 5 de maio de 2022:

A lei foi publicada em agosto de 2012. E, a partir daí a UEPA começou a se organizar para seguir a lei. Em 2012, a Universidade começou o processo de reserva de vagas para os alunos oriundos da escola pública. Inicialmente, foram 30% de reserva de vagas. “E, no processo seletivo de 2016, consolidou 50% de reserva de vagas para alunos da escola pública e 50% para o geral (Ednalvo Campos, *O Liberal*, 05 de maio de 2022).

Sendo assim, a Universidade do Estado do Pará (UEPA) a qual com esses avanços significativos que repercutem também no despertar dos quilombolas educandos que, de algum modo, devolvem para as comunidades os conhecimentos sobre os nossos direitos e como ter acesso a eles, seja dialogando ou mesmo pesquisando, contempla o que a lei de cotas previa. Mas, ressaltamos que a política das ações afirmativas não é um fato novo no mundo, uma vez que já se fazia presente nos Estados Unidos na década de 1960, em um cenário de lutas por direitos civis e como ações praticadas a fim de transformar positivamente a realidade que desfavorece grupos sociais.

No caso dos povos quilombolas, são relevantes para corrigir velhas e novas discriminações, pois eram vistos como exóticos e incapazes. E, o que se observa depois de dez anos de implantação da lei das cotas em nossa sociedade, é que as ações afirmativas ainda não atingem a permanência das comunidades quilombolas em massa na universidade, considerando seus principais avanços e desafios os quais também estão impressos nas experiências dos quilombolas estudantes de Boa Vista.

No caso dos Estados Unidos, é importante considerar que “havia um forte movimento contra as leis segregacionistas e tais medidas objetivavam uma melhora nas condições de vida da população negra norte-americana” (Santos, 2017, p. 36-37). Entretanto, no prisma do sistema educacional, o primeiro país a adotar um sistema de cotas raciais para acesso ao ensino superior foi a Índia, na década de 1930, para aqueles considerados de casta mais baixa, os chamados “Dalits”. As cotas prevalecem no país e foram introduzidas na Constituição em 1949 (Nascimento, 2016). No Brasil,

(...) elas são uma reivindicação dos movimentos sociais, sendo estabelecidas a partir de uma longa jornada e de duras lutas. A construção desse debate começou mais efetivamente após a redemocratização e impulsionou o poder público a instituir ações,

leis e políticas na tentativa de diminuir a discriminação em prol da concretização da igualdade (Pinheiro; Soares, 2020, p. 3).

Dessa forma, o processo de democratização da sociedade brasileira se dá com a aprovação da Constituição Federal de 1988, no período da Nova República, constituindo um marco na medida em que “reivindica-se a criação de um efetivo e verdadeiro Estado de Bem-Estar Social, objetivo materializado e positivado na Constituição de 1988” (Abreu, 2016, p. 15). Sabe-se também que, em seu artigo 205, a Constituição Federal de 1988 trata a educação como direito de todos e dever do Estado, ressaltando em seu Artigo 206, Inciso I, que um dos seus princípios é a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (BRASIL, 1988). No entanto, usufruir desse direito não é acessível a todos os indivíduos com base na experiência dos povos quilombolas conhecedores de muitos outros que já tentaram o processo seletivo diversas vezes sem sucesso.

Mas, desde o final da década de 1990 e início da década de 2000, “o Brasil tem passado por novo período de expansão do ensino superior (com ênfase, novamente, no ensino superior privado) – na verdade, trata-se de um pacote de reforma da educação superior que começou em 1995” (Santos, 2017, p. 32). Desse modo, acreditamos que a educação brasileira e democrática é um fator sério e que precisa ser discutido com cuidado.

E, conforme a experiência de Brendo no que se refere ao Processo Seletivo Especial (PSE), “é muito válido, pois é uma forma de pessoas pobres assim como eu entra numa universidade federal. E abre oportunidades para os jovens e que possivelmente não conseguiria entra numa federal se não fosse por esse processo” (Fala do Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 06 de jun. de 2023). Destacamos ainda que para nós quilombolas essa iniciativa nos faz refletir sobre os impactos sociais, políticos e culturais na comunidade, entendendo de que forma essas práticas sociais se relacionam com a nossa realidade.

Pinheiro e Soares (2020, p. 4), entendem nesse movimento que, “a ideia de democracia social e racial começou a ser questionada e vários paradigmas históricos se enfraqueceram”. Assim, aumentaram as cobranças para que o governo se posicionasse por meio de algumas medidas, e as denominadas políticas afirmativas ganharam vez e voz. As políticas de cotas no país que tratam do ingresso nas instituições federais de ensino superior e em concursos públicos são entendidas como das mais conhecidas e, portanto, quase sempre são pautas em muitos debates no que tange ao ingresso ao ensino superior, prioritariamente em instituições de esfera federal - as quais têm acolhido os povos quilombolas desde 2012, com a implantação das cotas

nas universidades federais, como podemos perceber pelas experiências de nossos interlocutores. E, de acordo com Pinheiro e Soares, (2020):

[...] na busca pela promoção da justiça social. Além disso, é imprescindível, para entender a necessidade das cotas, conhecer e compreender as peculiaridades do contexto histórico brasileiro perpassado por profundas desigualdades sociais, pelo racismo, pelo preconceito à diversidade e pelo escravismo. Ou seja, para conseguir desvelar o surgimento das cotas no Brasil, temos que levar em consideração todos esses aspectos da nossa história, pois eles repercutem e respingam na realidade social até hoje (Pinheiro; Soares, 2020 p. 4).

Neste sentido, a dificuldade para se chegar ao chão das universidades - por exemplo, no caso de estudantes filhos das comunidades quilombolas - está impressa nesse contexto em que a maioria dos educandos se deslocam para comunidades vizinhas ou mesmo outras cidades como na educação superior. Diante das experiências dos quilombolas estudantes é possível dizermos que as políticas de ações afirmativas têm propiciado caminhos diferentes aos membros da comunidade de Boa Vista, principalmente no campo da educação como discutiremos no capítulo posterior.

Mas um ponto importante de refletirmos agora é quando os discentes autodeclarados de comunidades quilombolas concorrem a tais vagas por meio do Processo Seletivo Especial (PSE), por que os quilombolas estudantes da comunidade Boa Vista escolheram a UNIFESSPA (Marabá), considerando que a UFPA (Campus Cametá) é mais próxima do quilombo? Com base na minha vivência um dos principais critérios para a conquista dessa vaga ao que parece é a sabedoria na escolha do curso (se mais ou menos concorrido), e principalmente da instituição - se perto ou distante da comunidade.

Visto que, cursos como Medicina, Direito, Nutrição, Psicologia dentre outros de mais “prestígio” segundo imposto na sociedade, são ofertados nas cidades mais distantes como na capital Belém por exemplo, em que dificilmente se tem casa de algum conhecido ou um conhecimento mínimo de locomoção, já os da área da licenciatura são comuns nas cidades como Cametá e Marabá. Como a cidade de Cametá fica mais próxima do quilombo Boa Vista assim como dos demais quilombos mais populosos como as grandes vilas, Joana Peres, Umarizal, Araquembaua, Igarapé Preto dentre outros em igual situação de acesso à universidade, infere-se que os cursos são mais concorridos conforme a grande demanda no processo e possivelmente essa seja uma das razões da escolha para a UNIFESSPA. Mas, com base nas experiências observadas, a escolha pela UNIFESSPA se dá pelos seguintes motivos:

Eu escolhi a UNIFESSPA porque independente de ser uma universidade nova, no tempo eu não sabia que mesmo com o pouco tempo de existência da universidade era tanto conceituado sabe e oferecia uma recepção pra gente muito boa isso sabendo através do

Brendo, do Eliverton, da Amanda, do Eduardo que estudavam aqui e sabiam falar bem da UNIFESSPA e na verdade não é nem saber falar bem, é saber falar a verdade, eu escolhi tanto pela universidade ser nova e conceituada mas também por ficar perto dos meninos e para ficar no âmbito familiar também sabe somente a gente aqui acho que por isso, mas tudo o que a universidade propunha para a gente foi cumprido e faz isso até hoje e é muito acolhedora e diversa. Eu não quis fazer UFPA simplesmente porque por conta da distância e onde que eu ia ficar sabe e a gente sabe que é muito conceituada tem vários polos eu ia ficar meio que deslocado porque mais perto de mim no caso era se eu fosse para Belém no caso no curso que eu queria e lá só a minha irmã e ia ficar muito longe o campus da casa dela, muito longe aí foi um dos motivos para mim para eu fazer a escolha da UNIFESSPA, vim pra cá mesmo pela distância em relação ao quilombo mas ao mesmo tempo que fico longe de lá fico perto aqui mas os meninos meus conhecidos e é isso eu não tentei fazer UFPA, o primeiro processo que eu fiz foi aqui em marabá e passei (Fala do Rayson Santa Rosa Pinheiro, 21 anos, estudante de Ciências Sociais. Entrevista realizada no dia 20 de jun. de 2023).

No caso de Rayson, a escolha pela UNIFESSPA tem a ver com a questão da família, mesmo estando distante da comunidade morar na mesma cidade que seus conhecidos implica em não se sentir sozinho, outro ponto foi a questão da distância na cidade de Belém da residência em relação a universidade, mesmo podendo contar com a casa de sua irmã. Diferente de Brendo, “tentei pela UFPA, mas não consegui, aí em seguida abriu o processo seletivo para a UNIFESSPA” (Fala do Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 20 de jun. de 2023). Para Ivanilson, os motivos são os mesmos de Rayson, ao relatar que escolheu “a UNIFESSPA pelo modo de conhecer algumas pessoas que já estudava, que era do mesmo quilombo que eu” (Fala do Ivanilson Mendes e Silva, 25 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 20 de jun. de 2023).

Eis a relevância de considerar o nosso contexto, os aspectos que nos envolvem, nossas histórias, e até o custo de vida em um lugar distante de casa, dentre outros que podem reverberar na discriminação e racismo, pois “[...] o preconceito se preparar de alguma forma que venha que a pessoa possa sofrer o preconceito do jeito que eu sofri [...]” (Fala do Eduardo da Silva Santa Rosa, 25 anos, estudante de Engenharia Mecânica. Entrevista realizada no dia 14 de mar de 2022). Ao ocuparmos os espaços como da universidade podemos passar por situações racistas e preconceituosas e até fora dela, uma vez que pode acontecer em qualquer ambiente como foi o caso de Rayson, “na universidade não, mas na rua sim” (Fala do Rayson Santa Rosa Pinheiro, 21 anos, estudante de Ciências Sociais. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023). Desse modo, as questões que emergem a partir dos termos raça e racismo precisam ser entendidas. Conforme Ianni (2004, p. 23),

a raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promove a metamorfose da etnia em raça. A ‘raça’ não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de

forças sociais e progressos de dominação e apropriação. [...] Racializar ou estigmatizar o 'outro' e os 'outros' é também politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento; bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades (Ianni, 2004, p. 23).

Com Ianni (2004) percebemos o quanto o racismo e preconceito ainda estão muito fortes em nossa sociedade, cultural e ou historicamente, e o quanto é visto de forma natural por muita gente. Ao chamar a atenção para a diferença, o autor nos apresenta uma forma de ampliar esse diálogo tão necessário no campo da educação e, principalmente, dentro das comunidades quilombolas, já que por meio da vivência nas instituições de ensino é possível ensinar, mas também aprender muito do e com o outro.

Essa relação é primordial para Ianni, (2004), reconhecimento e afirmação do indivíduo - e buscar esses conhecimentos é fundamental para todos (instituição, quilombolas estudantes) enquanto humanidade. Ademais, Pinheiro e Soares (2020, p. 4) informam que, a “[...] realidade brasileira nunca foi justa e ainda está longe de ser. Daí a importância das políticas afirmativas no Brasil, elas existem por um motivo lógico, justo e real, e devem ser entendidas como direito, nunca com a finalidade de reforçar preconceitos ou menosprezar o negro”. Diferentemente de outrora, os povos quilombolas a partir das políticas afirmativas vem conquistando espaço na educação superior a ponto de mostrar tamanha capacidade a qual nunca foram vistas como importantes. Logo, Santos (2005) afirma que:

[...] ação afirmativa é uma política específica para determinados grupos sociais que foram e/ou ainda são discriminados em função de algumas de suas características reais ou imaginárias. Essa política pode ser implementada pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo pela iniciativa privada (Santos, 2005, p. 23).

Desse modo, observamos que a cada etapa do processo educacional acessado corresponde a ampliação do poder aquisitivo que para nós quilombolas está relacionado a renda financeira e conhecimentos educacionais, visto que

A educação é o mais importante determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros, importância que vem crescendo ao longo do tempo. Não é exagero dizer que a educação constitui hoje o determinante central e decisivo do posicionamento socioeconômico das pessoas na hierarquia social (Pastore; Silva, 2000, p. 40).

Compreendemos também que é por meio da educação que muitas famílias buscam sua independência dentro dos espaços em que estão inseridas. Diante disso, é que são organizados programas como a Lei de Cotas e o Programa Nacional de Assistência Estudantil, na tentativa de reparar, e não suprir, a herança histórica de desigualdades. O “acesso e permanência são aspectos

essenciais do processo mais amplo de democratização” (Sobrinho, 2010, p. 1226). Na verdade, não basta apenas ingressar na educação superior é preciso permanecer é por isso, que:

Historicamente, a assistência estudantil vem sendo feita de modo pontual, através de bolsas e moradias estudantis. [...] não deve se limitar à população de baixa renda: para que ela se constitua, de fato, como direito e, por conseguinte, materializado em política pública, ela deve ser universal (Santos, 2017, p. 41).

Dando oportunidades a quem a vida deu caminhos diferentes, e que mesmo tendo essas oportunidades, ainda assim, nos apresentam percepções diversas. Desse modo, “compreender a assistência estudantil como parte da política educacional significa assegurar um componente mobilizador da educação, cujo acesso pode e deve se estender igualmente a todos os segmentos sociais” (Alves, 2002, p. 7). Uma das maneiras para esse atendimento se dá com a implantação da lei conhecida como lei de cotas.

Contudo, a questão da renda e a reparação necessária por conta de uma formação básica ineficiente ainda não se fazem presentes, conforme Santos (2017, p. 38), “todas essas medidas pretendem acelerar o ritmo de participação dos membros de grupos sub-representados no acesso à educação [...]”. Dessa maneira, as políticas de ações afirmativas, no âmbito do ensino superior, caminham em busca de equilíbrio de desigualdades vinculadas ao acesso a este ensino:

Diante da situação exposta, parece-nos que cabe questionar qual o tipo de ação afirmativa contemplada pela Lei nº 12.711 e respectiva legislação complementar. (...) atrelando-a à escola pública, parece-nos que o Estado pretende, com tal legislação, perdoar a sua própria omissão, no que se refere à garantia da qualidade da escola básica pública. Ele atribui à universidade um papel que é seu, mas temporariamente, e que deveria ser cumprido de modo paralelo a políticas de recuperação da qualidade da escola pública desde a educação infantil, incluindo o ensino fundamental e médio; culminaria com o cumprimento rigoroso dos objetivos dessa fase da educação previstos na LDB, a qual determina que a formação deverá assegurar o exercício da cidadania e o progresso no trabalho e em estudos posteriores, conforme artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394/96. Portanto, uma escola pública de qualidade, necessariamente, garante a preparação para a continuidade dos estudos em nível de graduação (Oliveira, 2015, p. 33).

Diante disso, a política de ações afirmativas ou ações positivas impressa em Processos Seletivos Especiais (PSE) se caracteriza como crucial no que tange ao acesso ao ensino superior nos dias de hoje, com base nas experiências dadas a partir da conquista dos bancos de graduação especialmente pelo movimento negro (Santos, 2017).

Portanto, a responsabilidade de modelos de programas políticos tanto privado quanto governamental e de outras providências em diversos setores onde se caracterizavam discriminações e segregações sociais, contra os pequenos grupos no campo visionário político e institucional também são fundamentais.

2.2 O processo seletivo especial (PSE) na Universidade Federal do Pará – UFPA e na Universidade do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

O Processo Seletivo Especial (PSE) configura-se como o principal meio de acesso ao ensino superior nas comunidades quilombolas atualmente; em Boa Vista não é diferente. E dentre as instituições que ofertam vagas pelas políticas afirmativas a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) foi a qual mais recebeu quilombolas estudantes até o momento, registrando 16 quilombolas de Boa Vista na educação superior no período 2018, ano em que aconteceu a primeira seletiva diferenciada na UNIFESSPA e 2023 ano final da pesquisa, e a UFPA somou 2 estudantes de Boa Vista nas suas dependências conforme revelou esse estudo a partir das experiências dos quilombolas participantes.

Inicialmente 2002, foi criado o Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito federal. Por estas direções na concepção de um contexto inclusivo, propiciado pelas ações afirmativas a Universidade Federal do Pará começa a caminhar, aprovando a Resolução Nº 3.689, de 22 de junho de 2009 (Saraiva, 2016). Essa resolução contempla aos indígenas, reservando duas vagas por acréscimo em todos os cursos de graduação e campus, por meio da seleção diferenciada Decreto Federal 4.228/02.

Segundo as disposições dos Editais, o PSE, é destinado à seleção diferenciada de candidatos indígenas e quilombolas, para provimento de vagas nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela Universidade Federal do Pará – UFPA. São ofertadas vagas por acréscimo- duas vagas por curso para quilombolas e duas vagas por curso para indígenas.

No Edital de 2013 (EDITAL Nº 11 – COPERPS, De 18 De Setembro De 2013), a seleção se dava em duas etapas que compreendia: 1- Prova de conhecimentos: prova objetiva e Redação em língua portuguesa e 2- Avaliação de documentos e Entrevista. Já no Edital do ano de 2014, observa-se uma mudança considerável a extinção da prova objetiva de 40 questões.

Essa mudança tem uma certa influência no processo visto que a qualidade do ensino na educação básica oferecida na comunidade não atende o nível de conhecimento que exige uma prova de vestibular, mesmo a seleção diferenciada, principalmente na disciplina de língua Portuguesa, observado no baixo rendimento (queda de notas) nas últimas edições e ainda conforme afirmam os quilombolas estudantes, como Eduardo “Passei muitas dificuldades nessas questões e por falta de base [...]” (Fala do Eduardo, 25 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 14 de março de 2022).

Para Brendo, “apesar da experiência, como venho de escola pública, foi um pouco dificultoso, porque muita coisa que a gente viu na universidade a gente não teve acesso na escola pública e isso aí se torna mais complicado ainda. ” (Fala de Brendo Santa Rosa Pinheiro,

26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 14 de março de 2022). Nesse sentido, a base educacional que não é oferecida com qualidade no quilombo Boa Vista pode influenciar tanto a entrada quanto a permanência na universidade para além de questões relacionadas ao financeiro que tem como medida amenizar essa condição pelas bolsas e auxílios através da assistência estudantil.

Diante disso, um fator relevante que pode auxiliar nas dificuldades dadas pela base educacional dos quais tem curiosidade em escrever uma boa redação durante a seleção podendo por exemplo saber ainda mais sobre a história do nosso povo são as Fontes Orais da comunidade, e o acesso à internet, essa última que mesmo não sendo de qualidade elevada, possibilitou a rápida informação quanto a publicação dos editais e deveria ser uma ferramenta emancipadora já que agora os estudantes estão cada vez mais conectados.

Embora muitos ainda não acessem com frequência, observa-se que praticamente a maioria dos quilombolas estudantes utiliza pouco ou não utiliza para estudar em prol do melhoramento de uma boa escrita, por exemplo, ou de conhecer a história de nosso povo, principalmente os quais ainda não acessaram a educação superior ficando dependentes apenas dos conteúdos ensinados na sala de aula ou fora dela como na família ou mesmo em convívio social, o que não exclui a importância de uma escola na comunidade que ofereça uma educação diferenciada, conforme os direitos legais, diferente dos resultados apontados por Castro e Saraiva (2016), que aponta o difícil acesso as informações do edital por conta da falta de conexão, ano em que Boa Vista marcou a primeira presença na educação superior com minha aprovação em Letras Língua Inglesa e realmente a questão de acesso à internet nas comunidades ainda estava por vir.

No que concerne a elaboração “não houve participação de representantes das comunidades quilombolas nos editais de 2013 e 2014. Somente em 2015 observou-se a participação da MALUNGU – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará” (Castro; Saraiva 2016, p. 1). Importa destacar que a participação das comunidades nessa organização se faz necessária.

Permanecendo nos anos (2015-2019) respectivamente o processo seletivo com 2- Etapas as quais se configuram por: 1- a redação em língua portuguesa e 2- Avaliação dos documentos e entrevistas (análise do Histórico Escolar do Ensino Médio e da Declaração de Pertencimento) que prevalece até aquele ano. Logo, o Processo Seletivo Especial (PSE) possivelmente ainda se apresenta em fase de aprimoramento, mas que já mudou a vida de muitos estudantes. O que podemos observar a partir das experiências vivenciadas pelos quilombolas estudantes na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará assim como na Universidade Federal do Pará.

Conforme o (EDITAL Nº 3/2019-COPERPS, DE 13 DE JUNHO DE 2019), (EDITAL Nº. 08/2021 – COPERPS, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021), (EDITAL Nº 03/2022 – COPERPS, DE 05 DE SETEMBRO DE 2022 PROCESSO SELETIVO ESPECIAL 2023-1 PSE- I/Q 2023) para o Processo Seletivo Especial (PSE) de 2020, 2021 e 2022, respectivamente, continua com 2 etapas: 1- a prova de Redação em Língua Portuguesa; 2- Avaliação dos documentos e entrevistas (análise do Histórico Escolar do Ensino Médio e da Declaração de Pertencimento). Em 2023,

uma das novidades previstas para o PSE-Indígenas e Quilombolas 2023 é a realização da reoferta, modalidade que foi novidade no Processo Seletivo 2022 (PS 2022) e que agora também será realizada, de maneira diferenciada, no PSE-IQ. A ideia da reoferta é dar a possibilidade de os (as) candidatos (as) aprovados (as) no processo seletivo e não classificados (as) em suas escolhas iniciais optarem por concorrer a uma vaga em outro curso que tenha vagas não preenchidas, disponibilizadas pela reoferta. O processo otimiza a ocupação de vagas em cursos de graduação da UFPA e amplia as possibilidades de entrada dos inscritos na seleção (Ufpa, 2022).

Essa novidade já é realidade impressa na aprovação da Jamily Carvalho da Costa, a segunda quilombola de Boa Vista a ingressar na Universidade Federal do Pará, pela reoferta propiciada pelo Processo Seletivo Especial (PSE) Quilombola segunda reoferta 2023, campus Cametá. Portanto, podemos considerar além das fases principais, a reoferta como mais um fator que possibilita o ingresso a educação superior não como uma vaga a mais como reivindicada pelo estudante Rayson.

Reitero que a criação de novas medidas para o ingresso dos estudantes seja urgentemente pensada pelas instituições como é o caso do Seminário de desenvolvimento da região Tocantina, ocorrido nos dias 20, 21, e 22 de junho de 2023 no auditório do Campus de Cametá, que teve como objetivo junto ao governo federal pensar uma Universidade Federal na Amazônia Tocantina.

Diante disso, podemos dizer que, se a criação de uma nova universidade se efetivar, certamente haverá mais oportunidades de ingresso à educação superior, pois até o momento a universidade não consegue atender a todos os nossos povos e dessa forma, esse posicionamento configura-se como um instrumento de luta, um projeto de desenvolvimento social, pois nossa questão enquanto quilombolas é muito mais que um diploma. Portanto, por nós que já ingressamos e pelos quais ainda não tem a dimensão do que é a educação superior, essa nossa trajetória de luta na formação acadêmica nos ajuda a pensarmos a transformação coletiva e consequentemente o melhoramento e elevação da/ na prática educativa da pedagogia do saber/ fazer no/do quilombo.

Por sua vez, a UNIFESSPA é uma instituição de ensino superior na região Sudeste do estado, com criação vinculada à UFPA, sediada em Belém, capital. Após 26 anos de sua existência como campus da UFPA, em Marabá, a UNIFESSPA foi criada a partir do desmembramento daquela Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) em 5 de junho de 2013, em conformidade com a Lei Federal nº 12.824, com sede e foro no município de Marabá, região sudeste do Pará, e com quatro outros *campi* fora de sede, a saber: o de Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xingua (UNIFESSPA, 2019). A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), uma das mais recentes universidades brasileiras. Segundo Kochhann, Carvalho e Lima (2021),

surge com o objetivo de atender a mesorregião do sudeste paraense, em um estado de grandes dimensões geográficas, em que a educação ainda não parece figurar como prioridade para os jovens. É por compreender esse contexto que a universidade, (...) apesar de todas as restrições orçamentárias, investe esforços em projetos que visam estimular o interesse dos jovens pela formação superior e pela sua qualificação acadêmica e profissional (Kochhann; Carvalho; Lima, 2021, p. 1).

Importante dizer que, embora a UNIFESSPA seja uma instituição nova, ela tem mostrado grande interesse no que se refere à inclusão dos povos quilombolas por meio da adoção de políticas afirmativas, conforme afirmou no tópico anterior, o quilombola Rayson, que mesmo a universidade sendo nova é bastante conceituada nesse sentido. Além disso, as autoras supracitadas abordam que projetos como a “UNIFESSPA está aí”, foram medidas tomadas na tentativa de despertar o interesse dos jovens que, até aquele momento, não demonstravam interesses acerca do ensino superior.

O projeto “UNIFESSPA está aí” surgiu dessa necessidade de falar sobre a UNIFESSPA, principalmente nas áreas mais remotas do estado do Pará, sobretudo no extremo sul e cidades circunvizinhas, onde a informação e o interesse pela educação superior ainda parece não ser prioridade. Nesse sentido, o projeto visou levar às escolas de ensino médio dos municípios do estado do Pará e dos estados limítrofes palestras motivacionais, a fim de despertar nos estudantes a vontade de dar prosseguimento aos estudos, investindo na educação superior, assim como palestras informativas sobre o processo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cuja realização é indispensável para o ingresso na universidade através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) (Kochhann; Carvalho; Lima; 2021, p. 2).

Esse projeto mostra-se, portanto, como mais um dos meios pelos quais os jovens que muitas vezes não imaginaram cursar uma graduação agora possam se motivar rumo à educação superior que já faz parte da realidade de muitos paraenses, especialmente aqueles provenientes das comunidades quilombolas, visto que, “no momento é de onde estou tendo a base para entrar no mercado de trabalho futuramente” (Fala do Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023). O estudo de Kochhann, Carvalho

e Lima (2021, p. 32) “mostrou um crescimento tanto no número de alunos que ingressaram por meio do ENEM/SISU quanto no número de alunos que se mantiveram ativos nos respectivos cursos”.

Portanto, a UNIFESSPA é uma das instituições que atende quilombolas por meio das políticas afirmativas e, “embora esse mecanismo de entrada na universidade não seja totalmente desconhecido pela sociedade, ainda se percebe, principalmente nessa região sul e sudeste do Pará, certa desmotivação e descrença por parte dos jovens em investir na educação” (Kochhann; Carvalho; Lima; 2021, p. 2). Observamos que boa parte desses jovens opta por ingressar no mercado de trabalho em vez de seguir um curso superior conforme as autoras (Kochhann; Carvalho; Lima, 2021).

Mas, mesmo não demonstrando interesse por motivos ainda pouco conhecidos, o fato diverge do pensamento do quilombola estudante Brendo, oriundo de Boa Vista, pois ele almeja sim espaço no mercado, mas com uma formação superior, possibilitado pela UNIFESSPA, assim como as políticas afirmativas que são conquistas dos movimentos sociais e garantem o direito ao ingresso dos quilombolas estudantes nas suas dependências e possivelmente no mercado de trabalho. Logo, afirmam Alencar; Rascke; Santos (2021),

A UNIFESSPA tem seu surgimento articulado às demandas sociais, políticas e econômicas em contextos que envolvem diferentes movimentos de povos do campo, ribeirinhos, comunidades indígenas e quilombolas, movimentos negros, movimentos de mulheres, movimentos indígenas e outros tantos. Nesse sentido, pensar em políticas específicas de ações afirmativas constitui um debate que envolve a agenda da universidade, com propostas que atendam aos alunos em suas especificidades e diversidades, contribuindo para a transformação social da realidade envolvente (Alencar; Rascke; Santos, 2021, p. 20).

Mesmo com essa demanda tão diversa em sua agenda, a UNIFESSPA continua abrindo suas portas para o ingresso de grupos minoritários oportunizando tal transformação, ao publicar o primeiro edital destinado à seleção diferenciada para indígenas e quilombolas no ano de 2018, seis anos depois da promulgação da lei 12.711/12 especialmente por meio do (EDITAL N° 02/2018 (UNIFESSPA, 23 de fevereiro de 2018), e desde então o quilombo Boa Vista já se faz presente na universidade conforme percebemos no quadro de apresentação dos participantes da pesquisa em nossa apresentação, a instituição recebeu 1 quilombola no curso de Engenharia Mecânica e 1 no curso de História em 2018 e os estudantes realizaram a prova presencialmente.

No que se refere à dinâmica do processo se dava por duas fases quais sejam 1- Prova de Redação em Língua Portuguesa; 2- Entrevista Individual. O EDITAL N° 10/ 2018 (UNIFESSPA, 12 de dezembro de 2018) para o provimento de vagas nos cursos de graduação presencial, embora publicado em 2018, incidiu no ingresso para o ano de 2019 e compreende

as seguintes fases: 1- Prova de Redação em Língua Portuguesa; 2- Entrevista individual. Com 3 quilombolas aprovados nos respectivos cursos, Biologia, Saúde Coletiva, e Engenharia Mecânica.

E em 2020, por meio do EDITAL N° 01/ 2020 (UNIFESSPA, 08 de janeiro de 2020), a forma de ingresso continua com os mesmos critérios nas duas fases: 1- Prova de Redação em Língua Portuguesa 2- Entrevista individual. Nesse ano, houve 1 quilombola estudante de Boa Vista aprovado em Ciências Sociais.

Em 2021, o processo apresenta uma mudança: em vez da prova de redação, a exigência foi uma carta de intenção, conforme definido pelo EDITAL N° 02/2021(UNIFESSPA, 31 de março de 2021) de maneira que a seleção se deu em duas fases 1-Análise das Cartas de Intenção em Língua Portuguesa; 2- Entrevista individual presencial ou através do *Google Meet*. Nesse sentido, Naiane destaca, quando perguntada sobre alguma dificuldade na universidade, que sua dificuldade foi:

O processo ocorreu tudo online, a entrevista foi online também, foi uma carta de intenção que eles pediam pra gente mandar da trajetória de vida, onde nasceu, onde estudou, é pra contar sobre a minha vida, pediram isso tudo online e quando ingressei foi tudo online também devido à pandemia (Fala da Naiane Mendes e Silva, 18 anos, estudante de Letras Língua Inglesa. Entrevista realizada no dia 14 de março de 2022).

Nessa mesma dinâmica de seleção se encontra Ivanilson, que relatou que “sendo o processo todo ocorrendo de maneira digital, ou seja, um processo online por causa da pandemia” (Fala do Ivanilson Mendes e Silva, 25 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 20 de jun. de 2023). Essas questões são colocadas com base nas experiências como dificuldade, porque no período pandêmico a comunicação virtual era o principal meio de interação e o acesso no quilombo Boa Vista era quase inexistente, mesmo assim houve 4 aprovados do quilombo Boa Vista nos cursos, Letras Língua Inglesa, Letras Língua Portuguesa, Agronomia e Geografia.

No Edital de 2022, (EDITAL N°10/2022 – CEPS/UNIFESSPA, 31 de março de 2022), a instituição ofereceu uma edição que se dá em duas etapas: 1-Análise das Cartas de Intenção em Língua Portuguesa; 2- Entrevista individual presencial ou através do *Google Meet*. O formato híbrido para as entrevistas nos dois últimos anos (2021, 2022) se deve ao acontecimento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que afetou a realidade da população brasileira em massa. E, portanto, facilitando de certo modo a participação de mais estudantes uma vez que mesmo com as dificuldades de acesso à internet puderam participar do processo em que 2 quilombolas garantiram a vaga nos cursos Letras Língua Inglesa e em Artes Visuais.

Já no ano final de nossa pesquisa, o Processo Seletivo Indígena e Quilombola de 2023 – PSIQ 2023 a partir do (EDITAL DE SELEÇÃO Nº 49/2022 – CEPS/UNIFESSPA, 19 DE DEZEMBRO DE 2022), ainda conta com duas etapas trazendo um diferencial no formato em relação aos anos (2021 e 2022) sendo totalmente presencial: 1- Elaboração presencial das Cartas de Intenção em Língua Portuguesa; 2- Entrevista individual presencial. Somando aos demais 3 quilombolas que conquistaram a vaga nos seguintes cursos, Letras Língua Portuguesa, Pedagogia e Saúde Coletiva. Para tanto, nos direcionando a conhecer a política afirmativa na UNIFESSPA para os povos quilombolas a partir da seleção diferenciada no tópico seguinte.

2.3 A política afirmativa para estudantes quilombolas na UNIFESSPA-PA

A política afirmativa não é um fato novo no mundo da pesquisa como podemos perceber no estudo de Lourenço (2019), mas nos interessa a presença dela na universidade que é uma confirmação que sustenta a nossa análise no que tange ao ingresso de quilombolas estudantes ao ensino superior pela política de cotas como também optou por discutir o estudioso. Vejamos,

No que diz respeito à educação, entre os estudantes de ensino superior de graduação da população negra de 18 a 24 anos, o Censo do IBGE de 2016 diz que o acesso à educação em 2005 era muito inferior comparado à população branca. “[...] No âmbito educacional, no intuito de democratizar o acesso à educação no ensino superior e aumentar as condições de igualdade de oportunidades dentro do país para as camadas mais desfavorecidas da sociedade, o Governo Federal criou as Políticas de Ações Afirmativas, e dentro dessas políticas está o objeto de estudo deste trabalho, as cotas raciais (Lourenço, 2019, p. 10, 11).

Além disso, Alencar, Rascke e Santos (2021, p. 3) informam que segundo dados do informativo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (2018) elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018 os estudantes de 18 a 24 anos, autodeclarados negros (pretos e pardos), representavam 55,6% dos matriculados em universidades públicas no Brasil”.

Desse modo, acreditamos que a permanência na academia também se faz necessária tanto quanto ingressar nessa etapa de ensino. Nesse sentido, a UNIFESSPA apresenta um Programa de Apoio ao estudante quilombola (PAEQUI) que,

“[...] constitui uma política preocupada com a permanência de estudantes quilombolas ingressantes na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) via Processo Seletivo Específico Indígena e Quilombola (PSIQ). Tal programa, existente desde o ano de 2017 (antes em forma de editais de monitoria), procura apoiar pedagogicamente tais estudantes, minimizando os impactos da chegada à universidade, ambiente acadêmico e muito distinto das realidades comunitárias de onde esses grupos sociais são provenientes (Alencar; Rascke; Santos, 2021, p. 1).

Essa iniciativa tem contribuído para o êxito dos quilombolas estudantes no que se refere a vivência na UNIFESSPA e no âmbito do ensino como tem por objetivo, mas em contrapartida observamos que o Programa ainda não conseguiu a permanência de fato, visto que temos dentre os nossos quilombolas estudantes casos de desistência,

eu parei, tipo na pandemia eu não fiz nenhuma matéria mais, eu parei não quis fazer online e inclusive eu reprovei por falta em algumas matérias que eu me inscrevia e não fazia até por conta do acesso à internet também e tava aqui na Boa Vista né?!, e minha internet não era muito boa não e aí agora no período de inscrição veio uma matéria pra mim e eu não quis fazer não vou voltar para Marabá e eu conversei com meu coordenador vou trancar minha faculdade.[...]foi muito bom lá fui bem recebido em Marabá graças à Deus uma cidade boa de sobreviver aí eu parei como te falei a questão do meu curso como te falei tô querendo fazer pra Cameté e acabar de concluir. (Eliverton Guimarães Santa Rosa, 31 anos, estudante de História. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022).

A UNIFESSPA deixa evidente o apoio na instituição por meio do Programa oferecido, do mesmo modo que o quilombola Eliverton expõe a dificuldade que encontra para sua formação acadêmica, o que nos leva à conclusão de que por mais que haja esforço por parte da instituição no sentido de manter programas para a permanência dos estudantes, ele se mostra insuficiente diante das múltiplas realidades de exclusão que os indígenas e quilombolas estudantes trazem no desafio de cursar o ensino superior.

Para Santos (2017, p. 24) “ainda assim, estão impregnadas no entendimento e exercício dessa política, as ideias de favor, caridade e benemerência, aliadas também à ideia de que desajustes são problemas do indivíduo e não de um contexto socioeconômico”, a exemplo de outra questão relevante que se levanta que foi o momento pandêmico, além da falta de internet, e de qualidade de acesso, que foi motivo para a não permanência do quilombola Eliverton Guimarães Santa Rosa, 31 anos, estudante de História. Mas,

apesar de parte dos efeitos dessa política só poder ser inferido no longo prazo, dados da pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, promovida pelo IBGE (2019) já mostram que a população negra é, pela primeira vez, maioria nas universidades brasileiras, com uma representação de 50,3% do total. Esse resultado muito provavelmente é fruto da política de cotas raciais, no entanto, é preciso tomar cuidado para que isso não reflita em um argumento em favor do fim dessa política, visto que, apesar da população negra ser agora maioria no Ensino Superior, isso não significa que será maioria com graduação completa, já que isso engloba condições de permanência nos cursos e ainda um processo de longo prazo até as inequidades serem exterminadas (Lourenço, 2019, p. 12).

Diante dos dados, em 2018 de 55,6% de estudantes (pretos e pardos) matriculados em universidades da rede pública no Brasil e 50,3% no ano de 2019 é perceptível uma queda no número de estudantes nesses anos. Em 2022, exatamente dez anos depois da implantação da ação afirmativa para quilombolas, as narrativas nos levam a questão de que permanecer na

universidade ainda é um desafio, o que Lourenço (2019) chamou atenção quando tratou da educação superior para a população negra e como vivenciou o Eliverton, quilombola estudante de História, que vimos no início desse tópico, e o quilombola estudante de Agronomia, Brendo, ambos acadêmicos da UNIFESSPA. Conforme Brendo,

no ano de 2018, nos três primeiros meses já teve uma greve dos professores por aumento de salário mais aí a gente conseguiu superar e o ano de 2019 foi bem sucedido e já no ano de 2020, da Covid 19 tivemos que retornar pra comunidade lá e aí as aulas foram remotas e ficou difícil o acesso de internet na comunidade e a UNIFESSPA lançou alguns programas tipo o conecta UNIFESSPA e outros que davam subsídio para adquirir equipamentos e eu me inscrevi mas como eu acho que eu recebo a bolsa permanência não conseguir passar em nenhum [...] e no ano de 2020 né conseguir superar, mas no ano de 2021, devido todas as discrepâncias de internet de não ter como assistir aula eu cair de bloco agora me encontro na turma de 2019 mas aí foi complicado porque a gente ver muita matéria online já que sou do curso Agronomia, e tive muita matéria online que a prática é essencial aí também por isso eu optei por essas e outras razões, eu optei cair de bloco já que a UNIFESSPA tinha uma resolução onde durante a pandemia os alunos não poderão cair de bloco mas por eu ser do curso de Agronomia e precisar fazer práticas e as matérias tavam sendo tudo online eu preferi cair de bloco e agora 2021 online (Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 14 de março de 2022).

Há uma dificuldade incomum entre os quilombolas estudantes Eliverton e Brendo: a falta de internet de qualidade de acesso. No entanto, Brendo relata que apenas “caiu” de bloco, mesmo tendo que suprir as despesas com uma bolsa de estudos, já Eliverton optou por não continuar o curso de história na UNIFESSPA que,

[...] tem conduzido o processo de construção das políticas de permanência de estudantes indígenas e quilombolas a partir de amplo debate com esses coletivos e suas organizações, bem como com lideranças das suas comunidades de origem. No ano de 2017, após várias reuniões, os estudantes quilombolas e pesquisadores que se dedicavam ao tema da educação escolar quilombola, educação escolar indígena e educação das relações étnico-raciais contribuíram com a Diretoria de Planejamento e Projetos Educacionais (DPROJ-PROEG), na elaboração de dois editais com bolsas para estudantes atuarem como apoiadores dos estudantes quilombolas e indígenas ingressantes, orientando-os nas atividades acadêmicas (Alencar; Rascke; Santos, 2021, p. 8,9).

Dessa forma, a UNIFESSPA mostra que não apenas permite o acesso dos povos quilombolas nas suas dependências, mas, trabalha para que os estudantes possam chegar à conclusão de seus cursos, embora isso ainda não tenha sido possível para todos os educandos, como no caso de Eliverton Guimarães Teixeira Santa Rosa e Eduardo da Silva Santa Rosa desligados de seus respectivos cursos hoje, conforme mostrou nossa pesquisa com base nas experiências dos quilombolas estudantes de Boa Vista na UNIFESSPA. Lourenço (2019), nos lembra que o resultado dessas ações depende de um longo prazo. Seria, portanto, oportuno dizer que o Programa de apoio aos quilombolas estudantes já poderia ter atendido também os quilombolas oriundos de Boa Vista, pois, o “Seminário de Políticas Afirmativas e Diversidade”,

que ocorreu na UNIFESSPA nos dias 14 a 16 de novembro de 2016, foi determinante em relação ao encaminhamento da política que objetivou a permanência dos quilombolas estudantes que ingressam na instituição pelo PSIQ (Processo Seletivo Indígenas e Quilombolas).

Nesse evento, dentre diversas atividades realizadas, aconteceu o debate em Grupos de Trabalho (GT's) com participação de técnicos da instituição, estudantes e lideranças de diferentes segmentos de povos que são discentes na UNIFESSPA. Dentre os GT's, o GT 2 – Ações Afirmativas para Quilombolas, do qual participaram servidores da UNIFESSPA, estudantes quilombolas das comunidades do Umarizal e Nova Jutai e a presidente de uma associação da comunidade Nova Jutai (Gomes, 2018, p. 118), foram organizadas diversas propostas de políticas de permanência para esse público.

Mas, não houve a participação dos quilombolas de Boa Vista na discussão que inclui políticas afirmativas porque os estudantes adentraram a UNIFESSPA a partir de 2018, EDITAL N° 02/2018 (UNIFESSPA, 23 de fevereiro de 2018), o que também pode configurar como uma ampliação do ensino superior no Norte do país pois, nasce junto da política de cotas já efetivada na UFPA. Entretanto, vale destacar que,

a primeira experiência de apoio à permanência dos estudantes indígenas e quilombolas na UNIFESSPA foi realizada com o Programa de Monitoria Indígena e Quilombola, criado no ano de 2017. Atuavam como bolsistas desse programa de monitoria estudantes selecionados, prioritariamente, entre candidatos indígenas e quilombolas. O objetivo da monitoria ofertada aos estudantes indígenas e quilombolas era o acompanhamento do desempenho acadêmico desses estudantes, uma vez que se verificou entre eles a ocorrência de um alto índice de evasão e reprovação (Unifesspa, 2017).

Portanto, nessa perspectiva, os quilombolas estudantes de Boa Vista ao ingressarem na UNIFESSPA, em tese já poderiam contar com o apoio do programa, visto que o mesmo funciona desde 2017. De outro lado, Brendo comentou que se inscreveu para um processo de apoio aos estudantes, porém foi o conecta UNIFESSPA que objetivava atender aos estudantes no momento da pandemia, mas o estudante não foi contemplado. Entretanto, conforme Rayson:

Infelizmente essa questão de evasão é uma situação muito real de se ver ou mesmo ouvir cogitação, muito se fala disso por conta da Bolsa Permanência que a uns longos anos já não tem números de vagas suficiente para todos que precisam, é uma coisa fútil de se fazer por parte do governo até por que é um investimento no futuro de uma nação, mas ao mesmo tempo se torna muito impactante na vida do estudante, destruindo sonhos e ofuscando muitos que poderiam e podem ser bem mais do que são hoje. Em razão disso a UNIFESSPA no ano de 2022, com pressão dos dois coletivos baseando-se em uma possível e provável evasão em massa que aconteceria posteriormente se nada fosse feito, criou por sua conta e com seu próprio fundo orçamentário o Apoio Permanência Indígena e Quilombola (APEIQ), que veio a ajudar e ainda continua ajudando financeiramente mais de 70 (setenta) discente

indígenas e quilombolas, o valor foi fixado em R\$ 700,00 sendo que a bolsa permanência naquele atual momento era R\$900,00. Ou seja, um valor bastante considerável (Fala do Rayson Santa Rosa Pinheiro, 21 anos, estudante de Ciências Sociais. Entrevista realizada no dia 13 de junho de 2023).

Logo, podemos perceber que mesmo com a iniciativa do Programa de Apoio ao estudante quilombola (PAEQUI) em 2017, cinco anos depois tem -se a necessidade de novas medidas na tentativa de garantir a permanência dos quilombolas estudantes na universidade o Apoio Permanência Indígena e Quilombola (APEIQ). Mesmo assim, Brendo quando perguntado se já pensou no desligamento do curso ele disse,

eu particularmente não, mas já tive amigos que desistiram, principalmente pela dificuldade de se manter na cidade sem auxílio da bolsa permanência, outros porque arrumaram família e resolveram parar e logo entrar no mercado de trabalho. (Fala do Brendo Santa Rosa Pinheiro, 26 anos, estudante de Agronomia. Entrevista realizada no dia 06 de jun. de 2023).

No que se refere aos desligados do curso por motivo de bolsa, a pesquisa não revelou nenhum dos quais pertencem ao quilombo Boa Vista e sim por motivo de constituição de suas famílias que são os discentes Eliverton e Eduardo. O primeiro encontra-se cuidando de sua família e pretende fazer outra seleção. O segundo encontra-se cuidando da família e por ter conseguido vaga no mercado de trabalho, conseguiu estudar na modalidade EAD pela Faculdade de São Luís em término em Mecânica de acordo com as trajetórias por eles compartilhadas.

Desse modo, a seguir vamos conhecer a eficácia da política afirmativa pela própria experiência dos quilombolas estudantes da comunidade Boa Vista como foi/é a vivência na UNIFESSPA.

2.4 Experiências na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA - PA

Neste momento, convido os quilombolas educandos, colaboradores de nosso estudo, para dialogarem a partir de suas falas sobre sua trajetória acadêmica, a fim de conhecermos como os estudantes percebem a relação com a oportunidade ofertada e como se organizam para a permanência na universidade. Desse modo, ressalta-se as primeiras conversas com os colaboradores em março de 2022 para reconhecer a historicidade dos quilombolas estudantes e suas particularidades.

Essa relação que foi sendo construída e serviu de base para a empatia e respeito com os sujeitos, que se deu por meio dos recursos digitais, ou seja, pelos diálogos via WhatsApp primeiramente, por causa da pandemia da (COVID-19) e pelos estudantes estarem na UNIFESSPA cumprindo suas atividades acadêmicas não foi possível o encontro presencial.

Somente, em agosto 2022 aconteceu o encontro presencial em que inicialmente, me apresentei, assim como a pesquisa, e silenciosamente fui recebida pelos quilombolas estudantes da UNIFESSPA.

Entretanto, deixando o silêncio à margem, eles perguntaram o motivo da entrevista e demonstraram-se solícitos, concordando que a pesquisa se configurava também como uma maneira de elevar o nome de nossa comunidade, assim como das lutas, no que diz respeito à educação escolar travada pelos nossos representantes, pais e até estudantes da comunidade para além dos nossos ancestrais. Logo, Bourdieu (2007) nos diz que:

Ao designarmos estas classes- classes de agentes ou o que dá no mesmo deste ponto de vista, classes de orientação de existência- por um nome de profissão limitamo-nos a tornar manifesto que, nas relações de produção a posição orienta as práticas por intermédio, principalmente, dos mecanismos que presidem o acesso às posições, além de produzirem ou selecionarem determinada classe de *habitus* (Bourdieu, 2007, p. 3)

Assim, considerando as particularidades dos indivíduos e suas variantes como a organização da família e posição na sociedade a partir dos saberes adquiridos entre os familiares digo, na condição de interlocutora, procurei conhecer a percepção dos quilombolas estudantes a partir da vivência na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), mas dos 16 quilombolas estudantes da UNIFESSPA convidados para essa conversa, apenas 6 narraram sua trajetória educacional, os quais se encontram hoje em diálogo com nossa pesquisa, a saber:

Quadro 04 – Quilombolas estudantes que narraram a trajetória na UNIFESSPA

Nome	Idade	Curso	Ano	Desligado/ativo
Brendo Santa Rosa Pinheiro	26 anos	Agronomia	2018 - PSE-UNIFESSPA	Ativo
Eduardo da Silva Santa Rosa	25 anos	Agronomia	2018 - PSE-UNIFESSPA	Desligado
Eliverton Guimarães Teixeira Santa Rosa	31 anos	História	2018 - PSE-UNIFESSPA	Desligado
Naiane Mendes e Silva	18 anos	Letras Língua Inglesa	2021 - PSE-UNIFESSPA	Ativo
Ivanilson Mendes e Silva	25 anos	Agronomia	2021 - PSE-UNIFESSPA	Ativo
Rayson Santa Rosa Pinheiro	21 anos	Ciências Sociais	2020 - PSE-UNIFESSPA	Ativo

Fonte: Elaboração Própria, Costa (2023).

Como autora quilombola, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFGA) e discente egressa do curso de Letras Língua Inglesa da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins Cametá/ UFGA, preciso residir em Cametá. Logo, possuo uma experiência própria e a de quem também adentrou o chão da universidade pela política de ações afirmativas.

Desse modo, destaco que o uso das mídias digitais para acessar os narradores participantes da pesquisa foi necessário no primeiro momento (de outubro de 2021 à março de 2022) por residir em Cametá e os narradores em Marabá, mesmo sendo da mesma comunidade Boa Vista, nesse caso nos encontramos em instituições diferentes.

Posteriormente, já com a ajuda da bolsa de Mestrado propiciada no âmbito do Programa de Ações Afirmativas da Pós-Graduação (PAF-PG) a partir do convênio 002/2021 com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) aconteceu o encontro presencial em Boa Vista (agosto de 2022), a partir de um diálogo em que os narradores se sentissem bem à vontade para nos apresentar sua trajetória assim como os aspectos percebidos pela experiência na educação superior que:

[...] são objeto de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetivas, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (Bourdieu, 1989, p. 112).

Concordando com o autor supracitado e destacando primeiro a minha percepção como pesquisadora importa dizer que, a UNIFESSPA concentra a maioria dos quilombolas estudantes da comunidade de Boa Vista, ou seja, os estudantes/narradores, nos primeiros seis meses da pesquisa, estavam na UNIFESSPA e como estudantes de baixa renda, membros de famílias pobres, tendo que além de estudar, ajudar no sustento da família em boa parte dos casos. Como sou da comunidade e conheço os narradores participantes da pesquisa, inicialmente fiz o contato com um dos estudantes para colher informações e constituir uma rede de contatos a partir de um grupo na rede social WhatsApp como indicamos nos procedimentos metodológicos.

Dessa forma, foi possível saber sobre a trajetória dos estudantes da comunidade de Boa Vista na UNIFESSPA, fazendo o uso das entrevistas à distância com questões semiestruturadas (semiabertas), através de um roteiro de entrevistas para além de momentos em conversas informais no WhatsApp, buscando alcançar melhores resultados por meio das falas e narrativas dos sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, a questão de deslocar-se do seio da família para uma cidade na qual não se tinha ideia de como era a dinâmica cotidiana foi como um “divisor de águas” para Eduardo, que diz:

Eu nunca tinha saído de casa da casa da mãe e essa foi uma, vamos assim dizer que foi o primeiro obstáculo foi essa falta de casa, ou seja, a gente já tem que tá preparado pra uma possível moradia só, eu no meu caso [...], eu morei só um tempo e é complicado pra quem nunca tinha morado só, tudo isso influencia (Fala do Eduardo da Silva Santa Rosa, 25 anos, estudante de Engenharia Mecânica. Entrevista realizada no dia 14 de março de 2022).

Ao conquistar uma vaga na universidade, é interessante um preparo emocional na concepção de Eduardo, pois morar sozinho repercutia no desempenho acadêmico - por ter que estudar, cuidar de casa e ainda se adaptar à ausência dos membros da família. O quilombola estudante afirma:

Uma dificuldade também que encontrei no começo foi o preconceito, eu não sei se todo mundo passou pelo preconceito, mas eu passei [...] a primeira vez sendo excluído numa roda de conversas onde tinha pessoas, tinha pessoas que não eram tão brancas, mas enfim (Fala Eduardo da Silva Santa Rosa, 25 anos, Estudante de Engenharia Mecânica. Entrevista realizada no dia 14 de março de 2022).

Conforme as experiências dadas pelas nossas vivências, atitudes constrangedoras e preconceituosas podem ocorrer nos diversos espaços que temos ocupado, afetando vez ou outra um quilombola estudante ou não, com ações sobre as quais o “instrumento de dominação”, ou seja, o “poder simbólico” não está em nossas mãos. Bourdieu corrobora informando que:

O poder simbólico como poder de constituir o, dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo [...]. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (Bourdieu, 1989, p. 8-9).

Para Munanga (2005), ao vivenciarmos um ato discriminatório e preconceituoso não podemos tomar como uma ação diferente pois, não podemos mudar já que foi a condição dada pelo outro. Sobre esse acontecimento Alves (2020) diz que:

A entrada de estudantes negros na universidade é uma afronta a toda uma estrutura educacional de base eurocêntrica e sua presença nesses espaços causa incômodos e convoca a sociedade, ainda que contragosto, a olhar para uma situação factual. O racismo existe e é estrutural. O que se observa é que a opção contrária a abrir espaço para dialogar com o que está escancarado, e a partir disso criar possibilidades de se reinventar enquanto sujeitos coletivos e individuais inserido nesta estrutura racista, é atacar a vítima, e isso se faz de várias formas sejam elas “sutis” ou “não sutis”, se é que podemos falar nestes termos tão controversos (Alves, 2020, p. 147).

Infelizmente, ainda encontramos indivíduos com atitudes preconceituosas e, diferente dos narradores apresentados por Alves (2020, p. 147), em seu trabalho “[...] o preconceito disfarçado não é por morar no campo, mas sim por viver no quilombo”, visto que os filhos de outros seguimentos familiares como os fazendeiros não passam pela mesma situação, o quilombola estudante Eduardo, filho do quilombo Boa Vista, entende como dificuldade, mas é importante destacar que a dificuldade mencionada diz respeito à não permanência na instituição de ensino superior (IES) conta da dificuldade financeira, emocional, pedagógica, dentre outras e sabemos que quanto mais étnica e racialmente localizadas as pessoas, mais dificuldades elas terão nesses espaços de saber/poder, pois, com base em Nogueira (2008, p. 1), “[...] vivenciamos em nossas relações cotidianas inúmeras práticas preconceituosas, discriminatórias e racistas em relação a alguns segmentos da população, como as mulheres, os indígenas e os afrodescendentes”. E a sala de aula não está livre disso. Dessa forma, vale dizer que o respeito às diferenças pode ser alcançado por um trabalho que possibilite o diálogo com a prática educativa em suas dimensões políticas, sociais, culturais e educacionais, uma vez que o espaço da sala de aula configura-se como reconstituído de saberes diversos. E,

[...] a diversidade cultural dos povos tanto pode ser enriquecida como também pode ser anulada. Para que o acesso e o contato com o mundo e as “diferenças” nele existentes não transformem ninguém em mero “repetidor” ou “consumidor” dos “bens culturais” de “povos mais desenvolvidos”, é preciso assumir uma postura dialógica reflexiva, buscando cada povo e/ou indivíduo conhecer e valorizar a sua identidade cultural e o que nela está implicado para também valorizar e reconhecer as diferenças histórico-culturais do (a) “outro (a)”, sem, necessariamente, ter de sujeitar-se aos seus ditames ou, então, simplesmente rejeitá-las (Henz 2018, p. 2).

Diante disso, o cuidado com a forma que determinadas discussões são apresentadas na sala de aula é tão relevante quanto o próprio conteúdo tendo em vista as diversas experiências vivenciadas por nossos interlocutores. Se faz necessário então atentar para a prática educativa para entender como ela está evidente nas comunidades e como os membros acessam outros espaços, na compreensão de que a diversidade está cada vez mais nos espaços urbanos, mas continua sendo invisibilizada ainda hoje, embora a lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 tenha garantido o acesso ao ensino superior por reserva de vagas aos estudantes nas instituições federais.

Podemos dizer então que a diversidade cultural está diretamente ligada com o respeito às diferenças. Antes de serem simplesmente toleradas, é preciso a compreensão de sua origem e como estas se constituem diante das outras, conhecendo o que está por trás de determinada organização, como afirmou Nogueira (2008). E quando “nos deslocamos do solo pátrio e da língua pátria, nossa língua mãe, para outras paragens nas geografias do mundo, tornamo-nos

tradutores da língua e da cultura do outro em miragens de cultura própria” (Santos, 2020, p. 10). Em outras palavras, falar sobre a diversidade, sobretudo a diversidade cultural na escola, implica refletir sobre quem somos e como estamos sendo representados nos espaços, já que, conforme Nogueira (2008):

Nossa história é marcada pela eliminação simbólica e/ou física do “outro”. Os processos de negação desses “outros”, na maioria das vezes, ocorreram no plano das representações e do imaginário social quando estabelecemos os conceitos do que é ser belo, ser mulher, ou até mesmo do que é ser brasileiro (Nogueira, 2008, p. 1).

O respeito às diferenças é fundamental para o processo de transformação social dos indivíduos, valorizando tanto a cultura de um determinado povo e/ou a dos quilombolas por exemplo, como observado na experiência do quilombola estudante Eliverton:

Falar da cultura da gente, inclusive nós tivemos uma matéria que o nome dela era Cultura Afrobrasileira, da professora Carla que deu pra nós, professora lá do Rio Grande do Sul, ela veio dar pra nós essa matéria e foi muito bom falar da cultura negra, dos traços negros pra nós que somos descendentes quilombolas, né?! Muito bom falar disso na faculdade, até porque, tipo assim, foi uma aula que todo mundo gostou, tipo assim, desse debate, falar dessas correntes, correntes historiográficas, essa linhagem aí, né?! Então, foi muito bom falar como é a cultura da gente lá na faculdade, tem outros professores que eles querem tipo fazer assim uma pesquisa, querem saber, têm vontade de vim aqui conhecer a cultura quilombola como é, inclusive já vêm, tem colega lá de Marabá que já vem por aqui já pra estudar como é a situação aqui, entendeu? Como funciona aqui a nossa sociedade quilombola, então foi isso, foi muito bom, lá fui bem recebido em Marabá (Fala do estudante Eliverton Guimarães Teixeira Santa Rosa, 31 anos, estudante de História. Entrevista realizada no dia 14 de março 2022).

É perceptível o entusiasmo na fala compassada e muito reflexiva do Eliverton, quilombola estudante de História, que nos responde de certa forma que ao menos o corpo docente tem interesse em saber sobre a real situação da vivência quilombola. Por outro lado, não identificamos dificuldade com relação ao distanciamento familiar na narrativa de Eliverton, como no caso do narrador Eduardo. Mas, sim uma transformação no que se refere aos saberes de nosso povo. Isso mostra que sabemos o quão relevante é compreender o processo emancipatório nos diferentes espaços da sociedade, sobretudo no campo da educação, que é essencial para troca de saberes.

Enfatizamos que muito ainda precisa ser feito para a efetivação da emancipação social, especialmente sobre questões referentes a estudantes oriundos de povos quilombolas a partir do acesso à educação superior, o qual tem permitido maior compreensão a respeito da diversidade cultural e, por conseguinte, das relações educacionais impressas no ensino e pesquisa. Mesmo que com dificuldade de estar *online*, como afirma Naiane:

No ano de 2021, quando comecei, que as aulas começaram online, aí como eu não tinha internet em casa eu tive que viajar pra outro lugar, pra casa dos meus tios onde tinha acesso à internet pra mim poder estudar; essa foi a maior dificuldade que eu tive, tipo eu tive que ir pra fora da Boa Vista porque devido à falha da energia, aí eu tive que procurar um local melhor que eu pudesse estudar (Fala da Naiane Mendes e Silva, 18 anos, estudante de Letras Língua Inglesa. Entrevista realizada no dia 14 de março 2022).

Nesse momento, o ensino extrapola a sala de aula, a qual jamais nos imaginamos um dia tão distantes. Entretanto, consideramos que novas formas de ensino se configuram como métodos para a realização da prática educativa à medida que temos a necessidade não apenas de manusear o computador, mas também de estar *online* e ainda fora do conforto do lar, como nos lembrou Naiane. O fato do PSE ter ocorrido nesse formato foi um desafio para Naiane, mas que não desistiu e mostrou estar contente com a conquista.

Observa-se ainda que os afazeres do lar certamente não influenciaram a vida acadêmica da quilombola Naiane, não ao menos do mesmo modo que aconteceu com Eduardo. Daí a necessidade de compreender os indivíduos nas suas diferenças, como seres que trazem consigo suas mais diversas histórias e, portanto, sua maneira peculiar de ser e existir. De fato, “educar é conscientizar, no sentido de buscar a emancipação e a plenitude da condição humana de cada homem e de cada mulher” (Henz, 2018, p. 65).

Neste sentido, é interessante que o processo comunicativo também seja considerado relevante, na tentativa de experimentar e tão logo acessar o saber, expresso nas linguagens bem como nos diversos espaços, respeitando as diferenças entre os povos. Na compreensão de que mesmo com as dificuldades dadas pela experiência em escola pública na etapa da educação básica, como anteriormente afirmou o quilombola Brendo isso é possível.

Portanto, importa dizer que a maioria de nós, quilombolas estudantes, somos egressos da educação básica e superior de escolas da rede pública de ensino. Apesar disso, sabemos que poderíamos ter aprendido conhecimentos outros como os processos pelos quais se deram a organização de nossa comunidade, por exemplo, ou quais os caminhos que propiciaram acontecimentos que são evidenciados em estudos sobre os povos quilombolas.

Sim, poderia ter sido uma educação comunitária de caráter obrigatório em que os ensinamentos relativos aos saberes produzidos a partir do quilombo como saberes ancestrais e afrodescendentes, assim como as práticas educativas atuais fossem preservados a ponto de nos comprometermos com os membros vindouros (novas gerações).

Mas, lembremo-nos de que os acontecimentos são mais diversos do que podemos imaginar e, principalmente, as razões pelas quais eles se dão dentro de um determinado tempo; logo, para então reconhecermos ainda mais sobre nós e aqueles que nos antecederam, atentemo-

nos às aprendizagens e ou transformação hoje, quais sejam culturais e ou educacionais para além da memória vivenciada “elemento capaz de ancorar o presente no passado” (Funes, 1996, p. 3).

Portanto, senhor leitor, seja bem-vindo a Boa Vista, quero dizer, nas linhas que seguem vamos ao quilombo de Boa vista, de onde vêm os quilombolas estudantes da educação superior apresentados nesse estudo, assim como nossas mais diferentes formas de práticas educativas que influenciam na transformação vivenciada na universidade, ou seja, vamos agora falar do que é proposto enquanto prática educativa para o quilombo Boa vista e como realmente acontece e, por fim, saber qual a relevância da universidade, procurando refletir a questão dos impactos socioculturais na comunidade de Boa Vista em Baião, Pará, aspectos que abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO III – COMUNIDADE E UNIVERSIDADE RELAÇÕES CULTURAIS E EDUCACIONAIS

Primeiro, esse capítulo discute como a educação é vista e como acontece na prática em Boa Vista, falamos também das estratégias dos representantes da comunidade assim como dos pais de estudantes em busca do ensino para seus filhos, bem como sobre o papel da Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá Miri (ACORQBU) e os impactos da educação superior especialmente na comunidade Boa Vista, que é o espaço dessa pesquisa.

3.1 Entre teoria e prática: a educação escolar quilombola em Boa Vista Baião-PA

Diante das diversas formas de resistências apresentadas pelos educandos na vivência da prática educativa, abordamos como a educação escolar quilombola é vista na comunidade e como ela realmente acontece. Na perspectiva de saber se o ensino, pesquisa e extensão contemplam o que legalmente é garantido pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, aspectos que também fazem parte dos estudos de Pinto e Sousa (2021, p. 12), “Trabalhando, Rezando, e Dançando Muito: histórias dos habitantes da povoação de Boa Esperança Cametá- Pará”. O objetivo dessas estudiosas segue “[...] visando contribuir na valorização e aprofundamento dos saberes e experiências históricas dos seus descendentes”. Sendo assim, vale dizer que, historicamente, na comunidade de Boa Vista, não é diferente, mas a escola sempre foi de pequeno porte em termos de estrutura e, hoje, a comunidade está se mobilizando para o retorno das aulas já em 2023, pois as aulas estão interrompidas na comunidade até o momento desse estudo. Nesse sentido, vale lembrar a maneira como a educação escolar chega aos quilombolas, visto que

no que se refere à forma como os relatos históricos descrevem a população negra, verifica-se que nossas práticas educativas vêm, ao longo dos anos, constituindo um modelo de base eurocêntrica que pratica e consolida, nitidamente, outra forma de exclusão, já que se trata de modelo de educação hegemônica em nosso país, que não leva em consideração as especificidades desses sujeitos, tanto no que diz respeito às práticas formais, quanto as não formais (Medeiros, 2018, p. 13).

Desse modo, concordando com Medeiros, (2018), olhar para o contexto de nossos povos quilombolas é indispensável em todos os aspectos. Constatamos, ainda, tal especificidade como fundamental para o êxito no processo educativo dos quilombolas estudantes. Uma vez que os representantes homens e mulheres, na condição de responsáveis pela melhoria de assuntos referentes ao bem-estar da comunidade, inclusive da educação dos filhos e filhas de Boa Vista,

entendem a educação como libertação social dos boa-vistenses, os quais podem também contribuir ainda mais para a transformação social da comunidade especialmente no campo da educação. Já que, como aborda Fiabani (2013),

as comunidades negras rurais brasileiras começaram a se organizar como movimento social após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe em seu bojo o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurando a titulação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos. Até aquela data, algumas comunidades do Maranhão e Pará, vítimas das atividades ilícitas de grileiros, fazendeiros, projetos estatais e espertalhões, organizaram-se minimamente para defender o direito de permanecer em suas terras. Consideramos estas primeiras atividades como a gênese do movimento quilombola (Fiabani, 2013, p. 1).

Esse autor nos lembrou que as lutas pelos direitos de povos quilombolas se deram também pela busca de reconhecimento dos territórios e no campo da educação não foi diferente, especialmente em Boa Vista, em que a educação é a principal fonte de conhecimento e, sobretudo, de transformação em outros aspectos tanto da vida pessoal dos educandos como profissional estendendo-se para a vida comunitária. A comunidade, na pessoa de seus representantes, homens e mulheres, trabalha com a perspectiva de alcançar objetivos incomuns que elevem a comunidade.

Uma dessas atividades, que consideramos como práticas educativas de caráter não formal, é a organização do Festival Quilombola, em que ocorre a reunião dos quilombolas de Boa Vista, tanto os que vivem na comunidade, quanto os que, por algum motivo, como o acesso à educação escolar, saíram da comunidade, mas que participam do festival e trazem outras pessoas e reconhecem as práticas educativas que ocorrem de maneira particular em cada um dos mais diversos quilombos que compõem a sociedade brasileira. Sobre esse movimento o quilombola Rayson diz

“[...] Obrigado Boa Vista por me permitir fazer parte dessa enorme e abrangente história tanto cultural como social, comunitária e de desenvolvimento da educação, na qual consigo me inserir, me orgulho em dizer que sim, um filho de pescador e de merendeira, estudando em escola pública em uma comunidade quilombola, pode conseguir abranger outros campos e extrapolar os limites que foram e são infelizmente impostos pela sociedade (Fala do Rayson Santa Rosa Pinheiro, 21 anos, estudante de Ciências Sociais. Experiência compartilhada a partir do I Seminário de Aquilombamento na comunidade Boa Vista, realizado no dia 25 de agosto de 2023).

A gratidão expressada por Rayson foi perceptível ainda, em cada pessoa que experienciou o I Seminário de Aquilombamento desde os mais velhos aos mais jovens. A realização do I Seminário de Aquilombamento da comunidade Boa Vista, se deu a partir do VI Festival Quilombola em que foi feito a devolutiva dos conhecimentos no mundo acadêmico referente ao nosso povo.

Nessa dinâmica, organizamos um cerimonial e convidamos o representante da Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá- Miri (ACORQBU), na pessoa de seu secretário professor (Hélio de Souza Vieira), a coordenadora da comunidade Boa Vista (Valcilene Freitas), assim como os professores, representados pela professora Rosa Maria Nery, e estudantes na pessoa de (Rayson Pinheiro) para compor a mesa de honra.

Feito isso, foi apresentado para a comunidade a pesquisa desenvolvida e o que alcançamos como resultado considerando a trajetória acadêmica dos colaboradores de nosso estudo. Em seguida, com a ajuda de membros da organização cultural, convidamos os participantes do evento para visitarem a casa cultural/Sarau das Memórias Quilombolas conforme imagem 13 (assim denominada por comunitários e quilombolas estudantes organizadores do I seminário de Aquilombamento), onde expusemos as artes, como os utensílios de nossos antepassados, culinária típica do quilombo e o poder das plantas medicinais.

E, ainda, um panorama histórico e a caracterização de Boa Vista, por fim, os visitantes puderam registrar algumas memórias suas em relação à vivência e ou experiência referente ao nosso quilombo para complementar o nosso panorama e ainda contribuir com alguma questão a ser estudada além de incentivar os estudantes presentes a desenvolverem suas próprias pesquisas pela nossa iniciativa. A prática vivenciada pela experiência dada a partir da Casa cultural/ Sarau das memórias quilombolas como podemos observar na imagem 13 correspondem as exigências das diretrizes curriculares da educação escolar quilombola impressa na Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012.

Para além de se configurar uma das maneiras de “Afrobetizar” de acordo com Justino e Roberto (2014), fazendo referência a cultura e identidade quilombola do conhecimento e autorreconhecimento identitário, ou seja, uma estratégia pedagógica de aprender e escrever valores a partir de nossas vivências no quilombo, ou melhor de “Afroensinar” por assim dizer, caracterizando-se também como um ato cultural, político étnico racial à medida que reflete a condição crítica negra na sociedade envolvendo o ler e o escrever, pelas marcas quilombolas trazidas especialmente no corpo e nas mais diversas formas de aprender pelo “escrever viver” pela forma diferente de sermos/estarmos no mundo (Evaristo, 2020). Dessa forma,

afrobetizar se faz preciso para mudança desse quadro social. Mais do que falar de negritude, essa forma de educar não é linear, não está nos padrões das escolas brasileiras e aplica em suas atividades o reconhecimento das inteligências múltiplas aliado à produção partilhada do conhecimento. Entendemos que todas as formas de expressão devem-se somar para a elaboração das aulas onde a criança é construtora e

participante ativa, estabelecendo uma comunicação horizontal de valorização. As aulas de Danças Populares, Capoeira Angola e a brinquedoteca são interligadas a outros traços que caracterizam o Afrobetizar: Roda de bate papo, rima, leitura dramatizada, desenho e pintura, entre outras. Como protagonista de cada aula a própria criança dentro da sua realidade atual projeta sua realidade de ascensão futura, através da interação e estímulo ao protagonismo (Justino; Roberto 2014, p. 4).

Portanto, materializamos a “afrobetização” a partir desse importante movimento no quilombo Boa Vista (por exemplo, o I Seminário de Aquilombamento com a devolutiva da pesquisa para a comunidade, na imagem 13). Assim como mostramos na Casa Cultural/Sarau das Memórias Quilombolas na imagem 14, em que a senhora coordenadora da comunidade, Valcilene Freitas, protagoniza os conhecimentos sobre o poder das plantas medicinais e comidas típicas, e nesse mesmo movimento os materiais presentes nas práticas diárias no quilombo. Logo, o Aquilombamento como denominamos para efeito desse trabalho.

Imagem 13 – Devolutiva da pesquisa para a comunidade



Fonte: Arquivo da pesquisadora, Costa (2023).

Imagem 14 – Casa Cultural/Sarau das Memórias Quilombolas



Fonte: Arquivo da pesquisadora, Costa (2023).

Vale lembrar que mesmo com todo esse reconhecimento, não dá para falar em educação superior sem conhecer como se dá a educação básica nessa comunidade, no espaço da sala de aula, por isso, vamos conhecer na sessão vozes do quilombo como Boa Vista vem se organizando para que seus filhos estudem, ao menos a educação infantil, sem precisar se deslocar desde muito cedo para comunidades vizinhas. Considerando que a escola se encontra com as atividades interrompidas a mais ou menos dez anos. Sendo assim, a seguir apresentamos por meio dos pais e ou responsáveis a educação quilombola em Boa Vista, a qual faz parte da minha trajetória educacional assim como dos participantes da pesquisa conforme falamos ao

apresentar o espaço de análise do estudo e como se deu a problemática da dissertação. Portanto, para chegarmos a vivência na educação superior, inicialmente nossa historicidade é demarcada pelas particularidades sociais, culturais da educação escolar em nosso quilombo.

Logo, com base na minha experiência e nas dos interlocutores a educação básica e superior de acordo com os participantes da pesquisa, perpassa por desafios como, a estrutura física da escola, um corpo docente qualificado e consequentemente um estudante com falhas na formação dada na base, como narraram os quilombolas estudantes da educação superior Brendo e Rayson.

3.2 Vozes do quilombo: uma conversa a caminho da escola

Nesse item, falamos diretamente das estratégias dos representantes da comunidade em busca do ensino para seus filhos, especialmente da educação infantil que era a etapa de ensino oferecida em Boa Vista. Diretamente porque trata-se de uma manifestação comunicativa voluntária de pais de estudantes sem minha interferência como pesquisadora. Diante disso, no viés do direito, destaco que compreender o processo da prática educativa para os povos quilombolas desde os primórdios foi fundamental, sobretudo, pela história da educação que nos envolve enquanto quilombolas sustentados pelos documentos oficiais assim como pelas diretrizes educacionais que regem a constituição brasileira.

Do ponto de vista histórico, na comunidade Boa Vista, os estudantes de outrora contavam apenas com duas salas de aulas onde em uma das salas aconteciam as aulas da educação infantil e na outra, as etapas subsequentes. Ao final das salas, uma cozinha sem muita estrutura para um trabalho confortável, conforme vimos anteriormente na fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, 60 anos, quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos, era apenas uma sala pequena com os alimentos e um fogão, e aos fundos em um ambiente separado encontravam-se os banheiros. A precariedade na estrutura física da escola ameaçou até a sessão de votação na comunidade, como explica o senhor Jaime:

Quase nós perde a urna daqui, se não tivesse onde funcionar bacana não ia ter votação não ia funcionar, tinha que ir pro Umarizal e não tinha nada a ver a urna ir pro Umarizal nós não ganha nada né, eu só trabalho, não ganho nada só responsabilidade vai acrescentando cada ano né, só responsabilidade. (Fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, 60 anos, quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

Hoje, infelizmente, a situação é mais crítica ainda pois, a escola não está funcionando e os motivos são desde a falta de apoio no âmbito municipal no que se refere ao campo de

políticas públicas voltadas para a educação, o qual Farias (2021) já esteve à frente assumindo um papel relevante como prefeito do município, além da falta de ordem na organização da comunidade no que se refere ao funcionamento da escola, com isso, “quem ficou no prejuízo foi a comunidade questão de opinião deles né, questão de opinião, sei que estão tentando”(Fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, 60 anos, quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

Dessa forma, é pertinente discutirmos a respeito da educação como acontece em determinado lugar, nesse caso em Boa Vista, e como podemos aprender com isso, porque na verdade, estamos aprendendo a todo momento sobretudo pela partilha de conhecimentos com os outros povos que integram a sociedade brasileira. Mas, apesar da escola não estar funcionando especialmente no ano de nosso estudo (2021/2 - 2023/1), pais de estudantes membros da comunidade em uma conversa a respeito da educação na mídia social WhatsApp, no grupo intitulado (Filhos de Boa Vista) se organizaram para a volta às aulas, daí também a afirmação falas diretas como no começo.

O grupo que serve para estreitar a relação dos comunitários em outros assuntos, como a água, a energia, avisos sobre reuniões, dentre outros informes de interesse da comunidade. Esse formato de comunicação, possibilita no quilombo a rápida disseminação dessas informações, especialmente, para algum evento de interesse comunitário e até questões como a organização do carnaval na comunidade, do festival quilombola. O grupo permite discutir hoje, assim como permitiu a realização da prova do processo seletivo para indígenas e quilombolas de Naiane e Ivanilson em tempo pandêmico, mesmo não tendo um acesso de qualidade.

Diferentemente de minha experiência, morando na comunidade, naquele tempo (anos 2000) a mensagem se dava por recado de casa em casa, e o principal meio de receber alguma notícia, era o rádio ou a televisão que assistíamos na casa do vizinho mais próximo, como o (tio Mateus) e a (dona Dalva), menos o telefone móvel que parte dos moradores já usam. E os caminhos da escola percorridos a pés no verão, no inverno primeiramente de canoa, depois que Farias (2021) como prefeito em exercício na prefeitura de Baião, disponibilizou um transporte reivindicado pela (Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá- Miri – ACORQBU) que representa o quilombo Boa Vista, aspectos confirmados pela experiência do senhor Jaime, quando ele relata que:

Aí quando Saci passou a direção da escola da Boa Vista para Umarizal pra Sede né, ele falou não a secretaria da Boa Vista de educação da escola é lá no Umarizal mas

era pra ter a escola aqui né, aí já foi só mudando aí já deu transporte, deu transporte pra trazer os alunos aí anexou a escola lá já tavam matriculado tudo no Marizal aí ficava dificultando no inverno né, no qual que um funcionário podia assumir o cargo lá, um ou dois e ia levar a educação pras crianças lá só um que a despesa é menos do que pagar um barco todo mês pra trazer as crianças aquele sacrifício né, aí a comunidade achou que era melhor assim pra dar transporte e tal ficar sem escola aqui (Fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa 60 anos, quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

O senhor Jaime destaca tal aceitação pela comunidade por terem colocado as crianças para estudar em Umarizal, logo não havia número suficiente para formar turma, porém a comunidade cresceu em relação ao número de crianças e por isso, a reivindicação hoje. Outro ponto que justifica a afirmativa (sem minha interferência como pesquisadora), é a dificuldade de acessar informações específicas dos narradores em perguntas mais direcionadas. Por isso, esse momento da pesquisa foi mais conectado com o campo da observação, especialmente no grupo na mídia digital WhatsApp da comunidade, assim como na própria localidade em que os pais convidados a se reunirem para possível retorno do funcionamento da escola a partir de dois mil e vinte e três na comunidade, receberam a seguinte mensagem,

Boa tarde, estou avisando os pais que tem filho de 1 a 5 anos na escola que tragam para mim a xerox da certidão e o nome completo da criança porque estou solicitando esses documentos pra termos uma base de quantos alunos termos na nossa comunidade porque ser Deus quiser em 2023 ser der tudo certo vai ter aula aqui na nossa comunidade. Desde já obrigado a todos (Fala da Rosiele Rodrigues Costa, 30 anos, moradora de Boa Vista. Entrevista realizada no dia 16 de out. de 2022).

Percebe-se a falta que a escola faz e, nessa perspectiva interessa pensar quem somos de onde viemos e tão logo, entender que somos filhos dos movimentos sociais, mas, qual a repercussão que acontece nesse momento especialmente em Boa Vista, no que se refere ao ensino pesquisa e extensão? Visto que, “a escola é palco de muitas histórias e as narrativas desses fatos ampliam o entendimento das ricas interações entre professores, alunos e muitos outros elementos ali presentes” (Oliveira, 2011, p. 11). Sendo assim, vale destacar que:

No setor educacional foi inaugurada em 2011, pela Prefeitura de Baião, em convênio com a Central Elétrica do Norte (ELETRONORTE), uma escola pólo na Vila de Umarizal. Trata-se de uma unidade de ensino com infra-estrutura grande e moderna, onde no ano de 2021, funciona pela prefeitura de Baião: o Ensino Fundamental regular (297 alunos/alunas matriculados); a Educação para Jovens e Adultos - EJA (119 alunos/alunas matriculados) e funciona também na Escola Pólo, o Ensino Médio (128 alunos/alunas) no Sistema Modular de Ensino (SOME), vinculado à Escola Estadual de Ensino Médio Francisca da Costa Nogueira Ramos, com endereço na cidade de Baião. Esta, de responsabilidade do Governo do Estado do Pará. Há também em Umarizal, uma escola de Ensino Infantil, que conta com 82 crianças 61 matriculadas, e funciona em um prédio antigo da escola Deolindo Melo, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Baião (Farias, 2021, p. 60-61).

Nesse sentido, dentre os números que se registra na escola Pólo na Vila de Umarizal, estão também os estudantes boa-vistenses desde o público da Educação Infantil ao Ensino Médio. Sendo assim, concordamos com Farias (2021) e confirmamos que o quilombo Umarizal se torna referência no campo da educação e a escola mais próxima para os educandos de Boa Vista que se deslocam da comunidade desde a primeira etapa da educação em suas vidas.

Entretanto, em resposta ao convite de Rosiele sobre a volta às aulas no quilombo Boa Vista, os pais vibraram com a notícia em apoio a essa iniciativa. E conforme observado entre algumas reuniões na comunidade “[...] a gente sempre comenta sobre isso e todos os pais querem muito que volte as aulas pra cá, vai ser a melhor coisa aqui pra nossa comunidade a escola recomeçando novamente” (Fala da Rosiele Rodrigues Costa, 30 anos, moradora de Boa Vista. Entrevista realizada no dia 20 de jan. de 2023).

Existe a vontade do funcionamento da escola como demonstrado, mas também certa dificuldade dos pais e ou responsáveis nessa organização pois, é necessário além da força comunitária alguém que os represente em outras esferas, como na Secretaria Municipal de Educação por exemplo, como aborda Rosiele, moradora de Boa Vista e mãe de educando:

Já peguei a lista das crianças, são 20 e poucas crianças e até agora a gente tá correndo atrás né, pra ver se consegue. No momento ainda não tá tendo aula aqui, mas a gente tá correndo atrás. É um vereador que está na frente, já teve reunião, já tem professor juntamente com o prefeito. Estamos aguardando as respostas deles. (Fala da Rosiele Rodrigues Costa, 30 anos, moradora de Boa Vista. Entrevista realizada no dia 20 de jan. de 2023).

Observamos que o interesse é grande e o número de estudantes é suficiente para o funcionamento de uma turma e, portanto, favorável para o funcionamento da escola em Boa Vista. Mas no quesito apoio a essa organização até quando esperar?

Mesmo sabendo que os saberes, estão impressos nas atividades que envolvem o festival quilombola, que acontece anualmente no mês de agosto e em atividades religiosas na igreja e, portanto, no espaço não escolar como já informado. E que essa é uma das principais formas de como acontece a prática educativa na comunidade hoje, visto que, o ensino está em cada um de nós, ou seja, todos nós temos conhecimentos próprios, a educação escolar quilombola ainda se faz necessária.

Mas a humanização dessa relação entre os indivíduos na partilha dos saberes é preciso, mesmo sabendo que as instituições nem sempre se adaptam as propostas que favorecem a educação quilombola e isso, pode influenciar no cotidiano quilombola como nesse caso, da Educação Infantil e conseqüentemente na educação superior. Portanto, é urgente uma

organização que represente Boa Vista em suas diversas especificidades sobretudo na educação, que tem sido um diferencial para os povos quilombolas.

Para isso, nas páginas que seguem vamos conhecer a influência da Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá- Miri (ACORQBU) no campo da educação e como isso tem repercutido entre os quilombolas de Boa Vista.

3.3 A ACORQBU e os impactos educacionais para/no quilombo Boa Vista

Legalmente, o quilombo Boa Vista é representado pela Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá- Miri (ACORQBU). “Essa associação representativa foi criada em 1999 por intermédio da Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal (AMPU) e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Baião (STTR)” (Farias, 2021, p. 43). Em que a primeira iniciativa foi uma reunião com os moradores resultando em uma equipe de representantes, um de cada comunidade presente no encontro, a fim de organizar a primeira Assembleia Geral da mesma. A (ACORQBU) também contou na sua criação com os órgãos seguintes:

“[...] a Organização Não Governamental Instituto de Desenvolvimento Educação Ambiental e Solidariedade (IDEAS) e o Programa Raízes, do Governo do Estado do Pará, durante a gestão do Governador Almir Gabriel, que auxiliaram os moradores das Comunidades de Umarizal beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá e Balieiro na Compra dos livros de ata, livro de cadastro de sócio e no registro jurídico em cartório associação, prestando informações valiosas para a formalização jurídica do que chamavam de comunidade (Farias, 2021, p. 43).

Desse modo, a comunidade Boa Vista juntamente com as demais (Umarizal Beira, Umarizal Centro, Florestão e Paritá-Miri) passaram pelo processo de organização desde o final da década de 1969 até o começo dos anos 2000, nomeada comunidade cristã (CC) (Farias, 2021). O trabalho de Farias (2021) também apresenta uma conversa com o senhor Manoel Dilton Rocha, o qual assumia a função de animador da CC e hoje é Vice-Presidente do STTR de Baião. O ex-animador informa que:

No finalzinho dos 60, 1969 por aí, a Prelazia de Cametá iniciou a criar as Comunidades Cristã, através dos Padres Lazaristas holandeses, aqui em Baião, era o Padre Tiago e o Padre Geraldão [...] que visitavam as localidades de Umarizal, Bailique, Araquembáua, etc...nestas visitas reuniam o povo do lugar para formarem a Comunidade Cristã a sua CC. Depois de formadas as CCs realizavam os encontros (intercomunitários) para trocar experiências sobre os problemas da vida e tudo mais (Manoel Dilton Rocha – 2021) (Farias, 2021, p. 44).

Nesse sentido, prevalecia no quilombo Boa Vista a organização no âmbito da igreja católica correspondida pela prelazia de Cametá até o ano de 2014, atualmente Diocese de Cametá. Nessa organização, a presença das pastorais, como catequese, batismo, círculos bíblicos, juventude era comum e, a partir delas ações sociais como pedidos de ajuda financeira voltadas para os residentes da comunidade ou mesmo de um quilombo vizinho em casos de enfermos. Além dos encontros denominados intercomunitários em que acontecia em uma das comunidades com a participação de representantes dessas comunidades para trocar experiências, até mesmo sobre o uso e defesa da terra. É pertinente frisar ainda que:

Outras formas organizativas que antecederam ACORQBU foram: Associação de Mini Pequenos Produtores de Umarizal, Associação das Mulheres Produtoras de Umarizal e Associação dos Jovens de Umarizal para o Desenvolvimento Sustentável (AJUDES), sendo que foi da iniciativa da Associação das mulheres produtoras de Umarizal (AMPU) o requerimento da certificação da condição quilombola para aquelas comunidades que compõem a referida associação quilombola, o que mostra a tendência e a capacidade organizativa dos povos quilombolas dessa região em buscar, solução coletiva para os seus problemas coletivos (Farias, 2021, p. 44).

Dessa maneira, observamos a questão da coletividade no que se refere a organização voltada as demandas das comunidades que conforme Pinto (1999), essa competência é herança do quilombo Paxibal, o qual antecedeu Boa Vista e as demais comunidades que compõem a (ACORQBU):

Já nos anos de 1980 houve grande movimento promovido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato dos trabalhadores rurais de Baião (STTR), envolvendo as comunidades rurais pela criação da chamada “Colônia Reunidas do Segundo Distrito” que pretendia formalizar uma Colônia Agrícola nas áreas da margem esquerda do Rio Tocantins, aos moldes da colônia agrícola Magalhães Barata já existente na margem direita do rio Tocantins, no município de Baião (Farias, 2021, p. 44).

O trabalho do estudioso acima difere das memórias do senhor Gilson Nunes Campelo da Costa, que narrou o ano de 1977 como o ponto de partida para o que seria, hoje, o quilombo Boa Vista. O Senhor Gilson abordou que, primeiramente, o maior movimento organizativo nessa comunidade eram os cultos dominicais. Sendo assim, com Farias (2021) e as memórias do senhor Gilson, observamos um período de 7 anos para a iniciativa de criar a “Colônia Reunida” e posteriormente a formalização da (ACORQBU) propiciada pelo encontro estadual de quilombolas do Pará, como vemos nas palavras de Farias:

Em 1995 ocorreu o primeiro Encontro Estadual de Quilombolas do Pará, realizado em Belém e que contou com a participação de representantes das Comunidades originárias do antigo Quilombo de Paxibal: Umarizal beira (03 participantes); Umarizal centro (02 participantes); Boa Vista (02 participantes); Paritá miri (02 participantes); Comunidades de Igarapé Preto (03 participantes); Comunidade de Baixinha (02 participantes) e Comunidade Balieiro (01 participante). Buscava-se naquele momento conhecer as experiências exitosas dos Quilombolas do município

de Oximiná, no sentido da materialização e operacionalização do direito estabelecido no artigo n. 68 da Constituição Federal de 1988 (Farias, 2021, p. 44-45).

Nessa organização dos movimentos sociais, o paraense, em particular, o quilombo Boa Vista se apresentou nas pessoas de 2 participantes da comunidade juntamente com os quilombos vizinhos, a fim de conhecer o sucesso de outro quilombo para então consolidação como comunidade quilombola representatividade étnico racial.

Então, pelo conhecimento das experiências do município Oximiná, bem como da lei federal mencionada as comunidades que formam a ACORQBU hoje, tomaram como referência e impulso para “[...] emitir o título definitivo de propriedade das terras coletivas do sujeito de direito “comunidades remanescentes de quilombos” (Farias, 2021, p. 45), o principal objetivo do encontro na capital do Pará. Logo, ainda conforme Farias (2021), a organização da Colônia Reunida se direcionou para a formalização da ACORQBU visando a titularização e reconhecimento coletivo do território. Dessa forma,

A grande área da pretensa “Colônia Agrícola” reunida do segundo distrito foi fracionada em três territórios quilombolas: 1) O Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha, que agrega as comunidades da Baixinha, Arequembáua, Itaperuçú, Varginha, Pampelonia, Campelo, França, Paxiubal, Igarapézinho, Teófilo e Igarapé-Preto, perfazendo uma área de 17.000 hectares na jurisdição dos municípios de Baião e Oeiras do Pará. Este quilombo situado ao norte da referida área, é representado pela Associação dos Remanescentes de Quilombo de Igarapé Preto à Baixinha (ARQUIB), criado em 17 de outubro de 1999; 2) O Quilombo de Bailique que agrega as comunidades vizinhas de Bailique centro, Bailique beira, Poção e São Bernardo. Estas comunidades remanescentes de quilombos criaram em 1999 a Associação de Remanescentes de Quilombos de Bailique Centro, Bailique Beira, Poção e São Bernardo (ARQBI), que corresponde um território de 11.000 hectares na jurisdição dos municípios de Baião e Oeiras do Pará, situado ao centro entre o Quilombo de Igarapé-Preto à Baixinha e o Quilombo de Umarizal; 3) Comunidades remanescentes do Tocantins, também chamado de Quilombo do Umarizal que agrega as comunidades Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão (Farias, 2021, p. 45).

Portanto, em Boa Vista, o centro desse trabalho está inserido no quilombo Umarizal e juntamente com as comunidades (Umarizal Beira, Umarizal Centro, Florestão e Paritá- Miri) formam a Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá-Miri – ACORQBU, “[...] criada na manhã do dia 12 de outubro de 1999, com a presença de 129 delegados representantes das referidas Comunidades no salão comunitário da Santíssima Trindade na Vila do Umarizal Beira. [...] inscrita no (MF) CNPJ N° 03.696.752/0001-27” (Farias, 2021, p. 45-46). Em seu artigo primeiro se define como:

Art. 1º [...] uma pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos, não fazendo distinção da condição social, credo religioso e partidos políticos, com sede estabelecida na área remanescentes de quilombo na Vila de Umarizal Beira, a rua Beira Rio S/N, Bairro Castanhal, Município de Baião, Estado do Pará, com foro na

Comarca do Município de Baião e prazo indeterminado de duração, regendo-se pelo presente estatuto, pelo regimento interno e pelas disposições legais pertinentes (Acorqbu, 2015, p. 02).

Conforme o Estatuto da ACORQBU, a mesma é proprietária das terras ocupadas ao longo da história no âmbito da sobrevivência pelos moradores das comunidades e dos quais tomaram posse voluntariamente. Vejamos:

Artigo 2º - A associação é proprietária das terras ocupadas pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos Umarizal Beira, Umarizal centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão, localizadas na margem esquerda do Rio Tocantins, na BR 422, Município de Baião, Estado do Pará, denominada Área Remanescente de Quilombo Tocantins (Acorqbu, 2015, p. 02).

Na condição de proprietária legal da terra, a associação constituiu naquele tempo seus primeiros objetivos permanentes, impressos no artigo terceiro de seu ato constitutivo:

Artigo 3º - A ACORQBU tem como objetivos permanentes: a) Administrar as terras de propriedade das comunidades remanescentes de quilombos Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Balieiro; b) Representar os interesses das Comunidades; c) Incentivar o desenvolvimento das comunidades remanescentes de Quilombo Tocantins; e d) Outros objetivos que não conflitem com o presente Estatuto (ACORQBU, 1999, p. 03).

Influenciada pela educação superior, dezesseis anos depois aconteceu a reestruturação dos estatutos, em que a ACORQBU teve seus objetivos permanentes ampliados, com a participação de alguns estudantes oriundos do PSE, e, portanto, cotistas como expressa o artigo 3º do estatuto:

[...] a ACORQBU tem como objetivos permanentes: I – Administrar as terras de propriedade das comunidades [...] IV – A celebração de convênios e parcerias contratos, projetos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômico de outras entidades, de empresas privadas, pessoas físicas, de autarquias e de todos os órgão esperas do governo, para aplicação em seus objetivos, em especial no que diz respeito a melhoria da qualidade de vida da população: saúde, educação, moradia, arte, cultura, assistência social, meio ambiente, saneamento básico, infraestrutura, agricultura, piscicultura e outras ações de interesse comunitário; V- A celebração dos financiamentos e empréstimos poderão ser individuais para cada associado ou de forma coletiva em nome da associação em benefícios dos associados; VI- A celebração do cumprimento das regras do regimento interno da presente associação; VII- A defesa e gestão ambiental e social dos recursos naturais renováveis e não renováveis dentro do território das comunidades remanescentes de quilombo Tocantins com a promoção, busca implantação de projetos de desenvolvimento sustentável reflorescente, mineral, bem como do meio ambiente (Acorqbu, 2015, p. 03).

Diante disso, a associação enfatiza a partir de seu Estatuto os princípios particulares aos quilombos e que os caracterizam, a exemplo da defesa coletiva do território abordando que estas não podem ser vendidas e sua função está voltada para a sustentabilidade das comunidades a fim de garantir a sobrevivência da população quilombola. Assim, “as terras de propriedade da

ACORQBU deverão ser utilizadas pelos associados para sua subsistência de forma autossustentável garantindo-se a preservação do meio ambiente” (Acorqbu, 1999, p. 03).

No que se refere aos associados o Estatuto dessa organização informa que são associados da ACORQBU os indivíduos que integram e/ou vivem nas comunidades remanescente de quilombos Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão, e que vierem se associar junto à associação, sendo garantida a entrada de sócios maiores de 14 (quatorze) anos (ACORQBU, 2015, p. 04).

Em relação ao setor administrativo a ACORQBU é composta da seguinte maneira, Assembleia Geral - Poder soberano, Coordenação - Gestor e Conselho Fiscal – Fiscalizador, conforme se observa a seguir:

Art. 14 – A Assembleia Geral, composta por todos os associados que estiverem quites com suas obrigações, é o órgão máximo de deliberação e soberano em suas decisões que não contrariem o presente estatuto [...] Art. 20 – A Coordenação da ACORQBU será constituída por 11 (onze) membros efetivos e 11 suplentes [...] Art. 24 – O Conselho Fiscal será eleito pela Assembleia Geral juntamente com a Diretoria e terá mandato consciente com o desta, sendo composto por 07 (sete) membros titulares e 07 (sete) membros suplentes (Acorqbu, 2015, p. 07-09).

Depois dos atos formais, as decisões iniciais da associação foram rumo ao seguimento as atividades comunitárias quais sejam, planejamento de resistência e defesa do território. Nesse sentido, os associados homens e mulheres se organizam em mutirões para abertura de picos para demarcação da área quilombola.

“Um “pico” demarcando o limite Norte junto com a Comunidade de Bailique e outro “pico” demarcando o limite sul do terreno junto à comunidade de Joana Peres, no local chamado Marajó”. “[...] Ressalta-se que os limites sul/sudoeste constituem uma área em disputa, tanto com a comunidade de Joana Peres na reserva extrativista Ipau-Anilzinho – Resex, como com os fazendeiros e madeireiros da fazenda Paritá, e ainda existe o conflito no limite oeste com a empresa Martins (ACORQBU, 2000) (Farias, 2021, p. 47- 48).

Observa-se que a disputa pela terra prevalece ainda hoje, no entanto, destaca-se as certificações dadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) às comunidades que compõem a Associação, reconhecendo-as como remanescentes das comunidades dos quilombos, Comunidade de Umarizal em 03 de outubro de 2006; Comunidade de Boa Vista em 03 de dezembro de 2006 e Comunidade de Paritá-Miri em 20 de fevereiro de 2007, acabaram organizando e acelerando o processo de legitimação da representatividade da ACORQBU. (Fcp, 2006-200 *apud* Farias, 2021). Logo, a ACORQBU passou a representar o quilombo Boa Vista e o território “[...] até o poder público assim o reconhece, apesar dessa faixa de terra

pública ser de domínio jurisdicional do Estado do Pará, para edificar uma obra na área precisa antes requerer a concessão junto à associação (Farias, 2021, p. 48).

Conforme informou Farias (2021), é preciso autorização pela associação para a execução de obras dentre outros no território quilombola. Essa autorização pode ser feita nas dependências da ACORQBU, que tem sede social própria localizada na Rua Beira, no bairro Castanhal, na Vila de Umarizal⁹, onde funciona a Coordenação Geral, a secretaria, a tesouraria e as coordenadorias de patrimônio; coordenadoria de articulação; coordenadoria de Cultura; coordenadoria de preservação do meio ambiente; coordenadoria de política agrícola; coordenadoria da terceira idade; coordenadoria da Juventude e a coordenadoria de gênero e raça (Acorqbu, 2015).

Na imagem 14, apresentamos um dos principais espaços de socialização no Quilombo Boa Vista, a arena quilombola, para além da escola, a igreja de Santa Maria e do Campo de futebol “Junitão” que fica aos fundos da arena, a comunidade conta ainda com uma igreja protestante em sua organização conforme a imagem 15.

Imagem 15 – Arena quilombola de Boa Vista



Fonte: Arquivo da pesquisadora, Costa (2023).

Imagem 16 – Igreja evangélica



Fonte: Colaboradora da pesquisa, Rosiele Rodrigues Costa (2023).

Além da sede da ACORQBU que fica na Vila de Umarizal, o quilombo Boa Vista também conta com seu espaço onde acontece os eventos da comunidade, como seminários, reuniões, cursos, e as festas a exemplo do festival quilombola e o carnaval com o bloco Boa

⁹ Ver em Farias (2021).

Vista. No âmbito da educação a associação assume um importante papel, como aborda Farias (2021).

Quanto à Educação, o Conselho Escolar de Umarizal, a ACORQBU assumiu e reivindica para si, a tarefa da condução da luta pela alfabetização de adultos, inclusive a escola comunitária de alfabetização de adultos citada por Pinto (1999) e que foi iniciada pela Associação de Mulheres Produtoras de Umarizal. Da mesma forma, estabelece também uma luta pela implantação do ensino regular Infantil, Fundamental e o Ensino Médio, por meio do Sistema Modular de Ensino (SOME). A associação passa, assim, a ser parte ativa do Conselho Escolar e da coordenação da merenda quilombola, que na prática viabilizou a merenda quilombola diferenciada regionalizada tanto no cardápio, como na aquisição dos produtos da agricultura e da pesca familiar, movimentando a economia local [...] (Farias, 2021, p. 50).

A luta pela formalização do território e organização em outros aspectos como a educação quilombola, é uma conquista impar da ACORQBU. Mas vale lembrar que esse cenário apresentado por Farias (2021), se materializa apenas na Vila de Umarizal (quilombo sede), exceto o recurso para a merenda escolar que quando a escola de Boa Vista estava em funcionamento a mesma foi contemplada. Essa é mais uma justificativa também para Umarizal se tornar referência em educação aos quilombos vizinhos, porque a Vila abrange um número de habitantes expressivo e uma organização que consegue contemplar as reivindicações feitas por Umarizal, mas das quais as demais comunidades que compõem a associação também participam no apoio quanto as tomadas de decisões referentes aos povos e ao território quilombola.

Na Educação Superior, a ACORQBU, além de ser responsável pela emissão do documento de declaração da identidade quilombola, que habilita os estudantes a usufruir do direito à reserva das cotas, como preconizado pela Lei n. 12.711/2012 - conhecida como "Lei de Cotas," que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de Educação Superior vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). Também essa associação incentiva o estudante quilombola a ser cotista, disponibilizando estrutura para fazer inscrição nos Processos Seletivos Especiais (PSE) e promovendo palestras e aulas na preparação para o vestibular que dá acesso à universidade (Farias, 2021, p. 50).

Como supracitado, a ACORQBU tem um importante papel na condição de gestora das comunidades pertencentes a associação. E, dessa forma, emite as documentações necessárias a uma das fases do processo seletivo para quilombolas estudantes e ainda atua no incentivo aos jovens e adultos da comunidade que desejam adentrar na educação superior. Esse apoio propiciado pela associação, assim como os movimentos feitos pelos estudantes já contemplados impressos nas orientações aos novos calouros, são diferenciais que tem influenciado no aumento do número de quilombolas estudantes nas universidades,

[...] pelas políticas públicas afirmativas, dentre as quais, a política de reserva de cotas no Ensino Superior para negro quilombolas e indígenas, que já consta como uma das conquistas resultantes da persistente luta contra a escravidão e suas marcas recaídas sobre os descendentes dos escravos (Farias, 2021, p. 65).

Ou seja, os filhos e filhas de negros que tiveram seus ancestrais escravizados, hoje tem a possibilidade de percorrem caminhos outros. Para Silvério (2002, p. 231), as políticas afirmativas “[...] podem e devem ser empregadas para a promoção de maior diversidade social, uma vez que essas políticas podem propiciar a ascensão e o fortalecimento de grupos sub-representados nas principais posições da sociedade”. A concepção de Silvério (2002) é um fator positivo para os quilombolas. E,

assim, em um país como Brasil, etnicamente distinto, é um assunto que reflete nas rodas de discussões tanto na sociedade quanto na formação das Leis. Para reforçar o movimento por igualdade há que considerar que a Constituição Federal de 1988, considerada uma constituição cidadã, abarcou princípios fundamentais em seu texto, como da Dignidade da Pessoa Humana e da Igualdade. “[...] Logo, é de se notar que, nesse momento, a lei maior acaba tendo outro olhar sobre a sociedade, buscando a igualdade na sociedade. Pode-se entender, portanto, que o discurso ganha um espaço [...]” (Farias, 2021, p. 67).

Nessa perspectiva, o conhecimento da lei Federal (1998), que ampara nossos direitos como a posse das terras ocupadas e sobretudo a educação enquanto indivíduos quilombolas, passa a ser discutida no cotidiano das comunidades principalmente entre aqueles que assumiram vagas na educação superior pela política de cotas, daí também o sentido de ganhar espaço. Visto que, nesse movimento, podemos incluir ainda, saberes como o da nossa própria história, os quais nem sempre estão nas discussões da sala de aula em boa parte dos casos. Entretanto, Naiane acentua:

Eu tava no ensino médio, eu já tinha esse sonho de entrar pra uma universidade e cursar letras inglês, e através de um processo seletivo eu conseguir me inscrever pra concorrer a vaga, confesso que foi algo mais que especial saber que eu tinha a possibilidade de realizar meu sonho e, devido o processo seletivo eu conseguir a vaga. (Fala da Naiane Mendes e Silva, 18 anos, Estudante de Letras Língua Inglesa. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022).

Diante disso, observamos desde o começo da implantação da política afirmativa que ela já apresentava resultados no que tange aos interesses dos jovens para além da Educação Básica, mas não de forma tão expressiva como hoje, e até mesmo em seu oitavo ano como é o caso de Naiane, a estudante já sabia desde o ensino médio que poderia cursar a educação superior e ainda os passos que deveria seguir para conseguir a tão sonhada vaga na universidade, diferentemente dessa pesquisadora que soube do processo depois de concluir o ensino médio em 2010, três anos antes da implantação das cotas. Tal fato confirma a questão do avanço dessas

discussões nos quilombos a fim de garantir a emancipação da população como mostrou Silvério (2002). Nesse mesmo sentido, Eliverton diz:

Pra mim foi literalmente um sonho de cursar na Unifesspa pela área quilombola, e ainda mais ganhar uma bolsa de estudo. Eu quando estudava no ensino médio, imaginava pra da continuidade nos estudos sei lá tinha que passar no vestibular ou até mesmo fechar minha carreira de passar no concurso público, mas graças o nosso direito de cotas e demais é um privilégio e felicidade para todos nós quilombolas ingressar nas redes públicas federais (Fala do Eliverton Guimarães Teixeira Santa Rosa, 31 anos, estudante de História. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022).

Para Eliverton, cursar a educação superior já fazia parte dos seus sonhos assim como para a estudante Naiane. No entanto, ele imaginava que depois de um curso de graduação e a conquista no mercado de trabalho sua carreira profissional se fecharia, mesmo com uma bolsa de estudos garantida pela universidade. Sendo que além disso, podemos nos qualificar ainda mais a exemplo dos cursos de Pós - Graduação. Essa concepção de ir para além no campo da educação e nas demais áreas de estudo é fruto da vivência no ambiente universitário, que tem gerado outras perspectivas na vida dos quilombolas estudantes e, principalmente, nas comunidades das quais fazem parte, como a minha experiência enquanto pesquisadora quilombola. E,

as abordagens apresentadas sobre ações afirmativas, passaram pelo legislativo com foco de eternizar no ordenamento jurídico, com objetivos e finalidades, na busca pela igualdade entre raças, no que concerne ao acesso à Universidade, efetivando o princípio da igualdade. Portanto, as ações afirmativas “[...] ajustam-se perfeitamente como reparação histórica, diante da realidade brasileira de discriminação racial e de desigualdades socioeconômicas, resultantes do longo sistema de escravidão a que os afrodescendentes foram submetidos neste País (Farias, 2021, p. 68).

Portanto, a política de cotas oportunizou a nós, estudantes do quilombo Boa Vista, termos uma profissão para em algum momento ocupar nosso espaço no mercado de trabalho, mas principalmente para compartilharmos saberes outros com a nossa comunidade, um dos principais objetivos de um quilombola estudante, os quais por meio de rodas de conversas ou em momentos de apresentação nos espaços em que estão inseridos falam dos conhecimentos adquiridos e como ter acesso a eles.

3.4 Quilombolas na educação superior: vivências plurais e permanência pensada de forma singular e homogênea a todos os diferentes

A partir das histórias de lutas e de conquistas dos povos quilombolas no Brasil, na Amazônia Tocantina e, sobretudo, no quilombo Boa Vista, e das vivências na educação superior, com as políticas de ações afirmativas, analisamos as trajetórias de vidas compartilhadas, as quais destacam-se como aspectos relevantes para serem discutidos assim

como os pontos positivos e negativos a exemplo da discriminação e o racismo no tocante ao acesso e a organização para permanência na universidade.

Como verificamos na experiência do quilombola estudante de Engenharia mecânica Eduardo da Silva Santa Rosa, desligado do curso hoje, pois “todos nós sabemos que o racismo é muito forte nos dias atuais, mas também cresce o nível de consciência de que o racismo é maléfico e precisa ser combatido, denunciado e eliminado” (Munanga, 2005, p. 40).

Conforme as concepções elaboradas por nossos colaboradores, pela experiência vivenciada e que de algum modo respondem a problemática no que diz respeito ao processo de acesso e como os quilombolas estudantes tem se organizado para a permanência na universidade, ao menos um estudante passou por situação racista, e isso não pode ser apagado, como Munanga (2005) aborda, até porque é um julgamento constrangedor que se recebe de outra pessoa, o qual não temos domínio.

Ao tratarmos exatamente do quilombo Boa Vista, ele nunca tinha sido estudado em detalhes e esse foi o nosso ponto de partida, em seguida as experiências na educação superior. O quilombo Boa Vista tinha sido apenas citado em trabalhos, como o de Medeiros (2018) no âmbito das comunidades pertencentes a Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá-Miri e Floretão (ACORQBU).

Posteriormente, teve uma participação na dissertação de Farias (2021), referente a sua localização e história no mesmo sentido, trazendo um diferencial na sua narrativa, o qual aborda aspectos relacionados ao ingresso de quilombolas estudantes na educação superior como podemos acompanhar no tópico intitulado (Os estudantes cotistas do quilombo Umarizal). O autor informou que:

Na pesquisa de campo fez-se um levantamento e mapeamento dos estudantes universitários das comunidades remanescentes de Quilombo do Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri, Florestão e outros residentes, que compõe ACORQBU. O objetivo era coletar dados sobre ao quantitativo de ingressos no Ensino Superior por meio dos processos seletivos especiais para quilombolas, no período de 2013-2020 (Farias, 2021, p. 75).

Pelo fato de as comunidades estarem organizadas e formarem a (ACORQBU), faz sentido tanto os estudantes de Umarizal como das demais comunidades serem os estudantes cotistas do quilombo Umarizal, como diz Farias (2021).

De outro lado, não podemos dizer o mesmo uma vez que, embora Umarizal tenha se tornado o quilombo sede e responder por questões jurídicas legais a respeito da associação quilombola, as comunidades que compõem essa organização também têm suas características

próprias, semelhantes aos outros quilombos e logo sua identidade, o que implica dizermos que os 18 estudantes da educação superior (12 mulheres e 6 homens) considerando tanto os quais estão na UNIFESSPA quanto na UFPA contando comigo, nascidos e criados em Boa Vista são cotistas desse quilombo, mesmo pertencendo a uma organização maior, a ACORQBU nesse caso.

Isso pode ser considerado um ponto negativo quando tratarmos a respeito do sucesso ou insucesso dessa política afirmativa para os quilombos que marcam a história da diversidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, um trabalho mais cuidadoso pode ser necessário porque para Farias (2021) até 2020, apenas seis estudantes da comunidade Boa Vista tinham ingressado na universidade, sendo um em 2015, um em 2017, um em 2018 e três em 2020 (Farias, 2021).

Em contrapartida, esse estudo que analisou o percurso acadêmico dos quilombolas estudantes de Boa Vista revelou que, até 2020 eram sete estudantes contemplados e ingressaram a partir de 2018, conforme o EDITAL N° 02/2018 (UNIFESSPA, 23 de fevereiro de 2018), com três estudantes: um em Engenharia Mecânica, um em História e um em Agronomia. Em 2019, três estudantes: um em Engenharia Mecânica, um em Saúde Coletiva e um em Biologia. Em 2020, um estudante em Ciências Sociais todos na UNIFESSPA, conforme apresentamos no início.

Somando então um total de sete universitários até o ano de 2020 na Unifesspa, dois estudando, quatro desligados do curso e um formado até o momento (dois deles compartilharam a experiência, Eliverton e Eduardo), sem contar com a própria pesquisadora que ingressou no curso de Letras Língua Inglesa na UFPA totalizando oito contemplados. Vale notar que alguns estudantes não residem no quilombo e “isso se justifica pelo forte êxodo rural que ocorreu nas décadas 1980 e 1990, quando várias famílias saíram de Umarizal para cidades como Baião, Cameté, Tucuruí e Belém, motivados pela busca de escolas para seus filhos darem continuidade aos estudos” (Farias, 2021, p. 78).

Nesse mesmo contexto, está inserido o quilombo Boa Vista, pois Umarizal é referência em educação para a comunidade, ou seja, a luta pela educação dos membros de Umarizal é semelhante à de Boa Vista, a qual se tornou mais evidente pelo acesso as políticas de ações afirmativas.

Mas a comunidade, conforme revelou esse estudo especialmente na fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, 60 anos, quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos”, as pessoas da Boa Vista foram apenas informadas se queriam ou não que os estudantes fossem para a escola Polo de Umarizal, ou seja, não houve uma explicação de que se os estudantes saíssem a comunidade ficaria sem

escola em funcionamento, para Santos (2015, p. 53) esse deslocamento enfraquece a base contra colonizadora, ou seja, a comunidade que trava lutas contínuas de resistência.

Já em 2021, ano final do estudo de Farias, Boa Vista somou quatro estudantes na UNIFESSPA, nos respectivos cursos um em Agronomia, um em Letras Língua Inglesa, um em Letras Língua Portuguesa e um em Geografia. E um ano depois, em 2022, um estudante em Artes visuais e um em Letras Língua Inglesa. Em 2023, houve apenas quatro educandos aprovados: um em Saúde Coletiva, um em Letras Língua Portuguesa, um em Pedagogia na UNIFESSPA e um em Agronomia na UFPA.

O que chama nossa atenção para o campo da prática educativa desenvolvida hoje no quilombo, já que o número de aprovados se manteve com quatro nos últimos três anos e somente depois de sete anos ingressou um quilombola de Boa Vista na UFPA, totalizando 16 quilombolas de Boa Vista na UNIFESSPA e dois na UFPA contando comigo, e em maioria nos apresentamos quilombolas, pretos ou pardos, conforme o quadro que mostramos no início.

Feito este esclarecimento, é importante destacar que a universidade no Brasil está sendo chamada a participar da correção dos erros de 500 anos de colonialismo, escravidão, extermínio físico, psicológico, simbólico de povos indígenas, bem como dos negros africanos e de seus descendentes (Petrolina; Silva; Silvério, 2003, p.46).

Dessa forma, a entrada de quilombolas estudantes na universidade por reserva de vagas pelas políticas de ações afirmativas não só demarca tal correção como também o espaço no mundo das pesquisas uma vez que, o nosso povo tem grande influência nas lutas por espaços como a universidade, o que se tornou mais visível depois da conferência Mundial em Durban (2001).

Isso pode ser um ponto forte para assumirmos outras frentes em busca de melhorias para a comunidade com base em nossas experiências propiciadas pela educação superior, como o quilombola Rayson Santa Rosa Pinheiro, estudante de Ciências Sociais, representando o coletivo acadêmico quilombola na UNIFESSPA, essa pretensão também tem os quilombolas estudantes de Retiro no Espírito Santo, como abordou os estudos de Alves (2020).

Nesse mesmo sentido, no contexto da vivência acadêmica de quilombolas estudantes nas universidades, como lembramos anteriormente, um fator que pode ser considerado negativo para tal evolução, diz respeito ao racismo, o qual lembra a Marcha Zumbi contra o racismo pela cidadania e a vida, que aconteceu em 20 de novembro de 1995, e teve uma atuação importante na narrativa das ações afirmativas no Brasil. Moehlecke (2002, p. 205) informa que:

Representou um momento de maior aproximação e pressão em relação ao Poder Público. O esforço no sentido de pensar propostas de políticas públicas para a população negra pode ser observado no Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade

Racial, apresentado pelo movimento ao governo federal, e que inclui dentre suas sugestões: incorporar o quesito cor em diversos sistemas de informação; estabelecer incentivos fiscais às empresas que adotarem programas de promoção da igualdade racial (Moehlecke, 2002, p. 205).

Diante disso, será que o racismo e preconceito em sala de aula se tornam um desafio ao quilombola estudante e até para os não quilombolas conforme a trajetória acadêmica que experienciamos, podem influenciar na qualidade do aprendizado quando se consegue continuar as atividades acadêmicas como afirmou Eduardo da Silva Santa Rosa. Além disso, Munanga (2005) complementa:

Mas as marcas do racismo e suas maléficas consequências permaneceram, já que estes preconceitos sobrevivem às gerações. A discriminação e o preconceito foram se fortalecendo no dia-a-dia, criando fortíssimas raízes no imaginário popular, chegando ao ponto no qual nos encontramos hoje (Munanga, 2005, p. 49).

A vivência de Eduardo explicita na prática e em tempos e espaços atuais o que infere Munanga (2005): o preconceito como um fundamento que sustenta a superioridade e certas raças, representando ainda o preconceito ou a discriminação em relação à indivíduos considerados de outras raças.

Podendo ser uma palavra irritável, um julgamento antecipado negativo que se faz de pessoas rotuladas por ideias repetitivas. Diante disso, falar sobre preconceito, em uma sociedade em que vivemos de maneira desigual, não é tão simples com base nas mais diversas experiências, as diferenças entre as classes sociais são muito presentes, visto que:

é complicado sofrer o preconceito ainda mais com uma pessoa que nunca passou e foi uma coisa simples muito simples, [...] a questão psicológica é um fator muito importante que a pessoa tem que ter em mente as bases que a gente não tem, tem o preconceito se preparar de alguma forma que venha que a pessoa possa sofrer o preconceito do jeito que eu sofri e a saudade né?! sair de casa que é complicado pra quem nunca viajou, acho que no geral é trabalhar muito a cabeça e é isso” (Fala do Eduardo da Silva Santa Rosa, 25 anos, estudante de Engenharia Mecânica. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022).

O preconceito se manifesta de diversas formas nas relações sociais com base em Munanga (2005), e principalmente na nossa trajetória acadêmica, sobretudo das quais vivem em diferentes condições socioeconômicas. Eduardo, chama de “simples” a exclusão de uma roda de conversas conforme entrevista. Entretanto, a reação diante da situação não foi das melhores.

Nesse sentido, pode-se dizer que, o preconceito faz parte do cotidiano das pessoas, uma vez que, nos deparamos com atitudes preconceituosas seja em atos ou gestos, discursos, palavras e a sala de aula não está livre disso e, portanto, trabalhar com essas questões não se encontram entre as atividades mais fáceis desenvolvidas pelos educadores.

Mas vale lembrar que dos quais de alguma forma se dispõem a atingir o quilombola estudante em especial, de outra maneira pode ser materializado na experiência de Naiane, que relata que “[...] fui bem acolhida, a UNIFESSPA é uma universidade incrível e hoje eu me sinto realizada só de saber que eu vou conseguir realizar meu sonho e poder ajudar minha comunidade quilombola dando aula após formada” (Fala da Naiane Mendes e Silva, 18 anos, estudante de Letras Língua Inglesa. Entrevista realizada no dia 14 de mar. de 2022).

A sensação de saber que vamos finalizar um curso e podermos trabalhar na nossa comunidade foi um dos fatores que também me motivaram durante o percurso, mas a questão da escola não está em funcionamento hoje tornou a possibilidade inviável, pois não oferecem vagas de trabalho para a nossa comunidade, porém será que também não seria possível para os demais? Se as reivindicações de hoje não terem êxito amanhã, a resposta é não, pois conforme Jaime Nunes Campelo da Costa, quando conversamos sobre a educação superior, ele disse que:

Tem muita gente estudando com o recurso do quilombola, pois é tem muita gente que quer tá aqui, mas trabalhando, mas vai pra fora, mas por conta que não surgiu vaga vai trabalhar pra quem aqui? Tem muitos formados, mas fica parado no tempo e hoje quem tem só o módulo não pega cargo tem que ter o curso né. Aí outros ficam com tudo na mão, mas não tem como cobrar de prefeito um trabalho, não funciona nada aqui, parado. Mas valeu a pena tem muita gente pra fora os que querem estudar tão conseguindo. (Fala do senhor Jaime Nunes Campelo da Costa, 60 anos, quilombola, pescador, o segundo professor da comunidade (11 anos) e coordenador da mesma por 4 anos. Entrevista realizada no dia 13 de jun. de 2023).

No caso de Eduardo, podemos afirmar que não terá essa oportunidade de atuação no momento, uma vez que o estudante por questões particulares fez o desligamento do curso de Engenharia Mecânica. Já os formados com diploma “tudo na mão”, provavelmente trabalham em outras localidades. O Sistema de organização Modular de Ensino (SOME), é o módulo de educação oferecido para o Ensino Médio no quilombo vizinho (Umarizal), do qual a maioria de nós fizemos parte na etapa da educação básica, mas como explicou o senhor Jaime, consequentemente os quais querem continuar o processo educativo estão se deslocando do quilombo como é o caso de nossos participantes desse trabalho. Meireles (2020) acrescenta que:

Para além da história e definição de quilombo, das conquistas ou das reparações feitas, é importante discuti-lo em uma outra concepção que não seja aquela relacionada ao resultado da fuga de negros, mas, sim, como um espaço de circulação de ideias, de resistência, de preservação da cultura, de luta contra a negação de direitos e da dominação imposta aos negros escravizados, utilizando o argumento da inferioridade da raça, por exemplo (Meireles, 2020, p. 26-27).

De acordo com o autor acima, as transformações que acontecem nos tempos de hoje, pensando os quilombos e os quilombolas como sujeitos que têm novas formas de se organizar

para então resistir e permanecer, conforme o contexto em que as comunidades estão inseridas. Neste mesmo sentido, Leite (2000) afirma que:

O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar, uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para discutir uma parte da cidadania negada (Leite, 2000, p. 349).

Podemos dizer, desse modo que essa pesquisa, dentre outros estudos já realizados sobre a temática proposta, é resultado de acontecimentos atuais, mas que só foram possíveis por razões evidentes, quais sejam sobre o fazer e o ser quilombola, sobretudo na prática educativa, pela organização dos povos quilombolas em outro tempo. Portanto, com base nas experiências na educação superior e as práticas educativas diversas, conhecer metodologias que permitam uma prática docente inclusiva para a formação tanto moral quanto ética dos estudantes pode amenizar o racismo na escola.

Por estas direções, se faz necessário compreender essas práticas educativas, promovendo a inclusão de todos os educandos e, maneiras de trabalhar com os temas relacionados a diversidade e preconceito colaborando para que haja empatia e respeito entre os estudantes. Tal qual reflete os pontos desenvolvidos pelos movimentos negros que somente recentemente transforma-se em diretriz educacional nacional, nos Parâmetros Curriculares Nacionais em (1996-1998), na lei 10.639/03 emenda que altera a LDB e estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.

E quanto aos pontos positivos, o que as experiências mostram? No que se refere aos aspectos de caráter positivo, constatamos que a tomada de decisão dos quilombolas estudantes em realizar a prova e continuar cursando seus devidos cursos (os quais conseguem), se configura como importante no processo educativo na graduação. O processo que compreende desde a redação na primeira fase de tentativa de ingresso a educação superior às entrevistas, a fim de confirmar o pertencimento ao quilombo. Para Figueiredo (2021, p. 1), “[...] tais sujeitos são afrodescendentes, indígenas ou outra minoria social. Este fato precisa ser ponderado num viés sociológico, cultural e histórico”.

Concordando com esse autor, podemos dizer que não basta ter uma seleção diferenciada na universidade pela política afirmativa, é preciso ainda comprovar em aspectos específicos que pertence ao povo quilombola em consonância com a relação que o educando tem em termos de saberes culturais e envolvimento com a comunidade, como mostra o estatuto das

Comunidades Remanescente de Quilombos de Umarizal Beira, Umarizal Centro, Boa Vista, Florestão e Paritá-Miri (ACORQBU).

Essa comprovação que já foi motivo de muitas discussões, porque se tinha a concepção de que dificultava o ingresso dos estudantes que em boa parte dos casos, se sentiam inibidos ou sem saber como falar da própria realidade, agora é determinante para que estudantes não pertencentes ao povo quilombola se passem como tal e ocupem o espaço que é legalmente direcionado aos quilombolas com base na constituição brasileira. Como afirma Farias (2021),

Desta forma, entende-se que a identidade das comunidades quilombolas existentes atualmente, possui uma grande e profunda ligação relacionada às questões étnicas, culturais, políticas e organizacionais de seus territórios, definindo-as como uma verdadeira ocupação singular do ponto de vista das pessoas, mas que ao mesmo tempo engloba valores políticos, sociais, históricos e culturais. A definição do termo quilombo remete diretamente ao continente africano, que é raiz da origem do povo negro e o berço das civilizações, principalmente às civilizações egípcias surgidas nas margens do Rio Nilo, de onde deriva as civilizações grecoromanas. A expressão quilombo originou-se exatamente no continente africano na região de Angola (Farias, 2021, p. 14).

E é desta forma, que a associação das comunidades remanescentes de quilombos define seus membros, visto que, conforme o estatuto da associação os laços culturais, o envolvimento com a comunidade, dentre outros aspectos são características que também demarcam o nosso povo. Para Gomes (1997, p. 65):

Uma outra área com muitos quilombos era aquela banhada pelo extenso rio Tocantins principalmente as localidades de Cametá, Baião e Mocajuba. Em 1766, autoridades reclamavam de fugas de negros e índios em Cametá. Um morador de Baião denunciou, em 1774, que se aproveitando dos rios, no caso o Tocantins e seus afluentes estavam fugindo negros e vários índios seus escravos com suas famílias por este mesmo rio acima com o pensamento de subirem para as minas de Goiás (Gomes, 1997, p. 65).

Nessa perspectiva de avanço dos povos quilombolas, no que tange à educação superior, o quilombo Boa Vista apresenta outro efeito positivo na comunidade em relação à oportunidade de ter uma formação, ou até mesmo uma esperança de conclusão de um nível superior conforme afirmou a quilombola Naiane. Essa mesma concepção, apontou Farias (2021) referente ao quilombo Umarizal completando que:

Neste cenário de grande demanda, a interferência da política de cotas universitárias no Quilombo de Umarizal, do ponto de vista quantitativo individual das pessoas já representa uma conquista extraordinária. Porém, o que se vê em termos qualitativos de vida coletiva na comunidade local, ainda é uma incógnita de um problema a ser entendido com objetividade (Farias, 2021, p. 79).

Pensando essa relação em nível macro, ou seja, em termos de influência na vida das pessoas membros das comunidades que formam a ACORQBU, Boa Vista não difere de

Umarizal. Dessa maneira, confirmamos mais ainda o fato de nosso estudo ser o ponto de partida para outras pesquisas como abordamos no início. Portanto, a política afirmativa de acordo com Farias (2021, p. 79) “[...] vai além do que permitir ingresso de estudantes nas universidades, mas pode refletir-se positivamente na qualidade de vida das comunidades quilombolas, no desenvolvimento e na sustentabilidade local”.

Agora, vale destacar que, Farias (2021) tem grande participação política no município, será que isso implica conhecer qual seria a intensão quanto ao quantitativo de pessoas na universidade e, especialmente, do próprio quilombo, mesmo as ações afirmativas tendo possibilitado um número expressivo de quilombolas na educação superior em outras comunidades como Boa Vista? Talvez fosse mais oportuno saber sobre o município como um todo porque tanto Umarizal quanto Boa Vista, precisam desses futuros profissionais e isso pode ser possível a partir de medidas como políticas públicas municipais. Mas vamos ao que concerne a trajetória acadêmica de quilombolas de Boa Vista no que diz respeito ao processo de acesso e organização para permanência na UNIFESSPA.

O presente trabalho está relacionado ao campo das ações afirmativas, cujo princípio “está estritamente ligado ao ideal de criação de uma sociedade democrática que tenha como objetivo promover a igualdade de tratamento e oportunidade [...]” (Martins, 1996, p. 6). De posse da definição de políticas afirmativas como práticas positivas, geradas por lutas históricas, como aborda Martins (1996), optei como recorte temático analisar o percurso acadêmico de estudantes remanescentes de quilombos da região do Baixo Tocantins, precisamente na comunidade remanescente de quilombo Boa Vista. Em que

[...] as estruturas de pensamento do filósofo, do escritor, do artista ou do erudito, bem como os limites do que se lhes impõe como pensável ou impensável, são sempre dependentes, em certa medida, das estruturas de seu campo, portanto da história das posições constitutivas desse campo e das disposições nele favorecidas (Bourdieu, 2001, p. 120).

Para tanto, conforme Bourdieu (2001), devemos considerar a oportunidade dessa experiência como disposições marcantes e, sobretudo, muito significativas para cada um de nós, educandos ingressantes pelo PSE, enquanto acadêmicos das instituições de ensino: UFPA e UNIFESSPA, na tentativa de expor a alegria da conquista, bem como o anseio que o PSE atenda ainda mais quilombolas estudantes, reconhecendo a experiência vivenciada na universidade e o sucesso das edições anteriores. Nesta perspectiva, buscamos analisar o percurso acadêmico dos estudantes membros de nossa comunidade, que acessaram o ensino superior por meio das ações afirmativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho contou com as discussões teóricas, assim como as experiências efetivadas na educação superior, para analisar o percurso acadêmico de quilombolas estudantes da comunidade Boa Vista, no município de Baião, estado do Pará (2018- 2023), que ingressaram na UFPA e na UNIFESSPA, a partir das políticas de ações afirmativas.

Por meio desse trabalho, represento a comunidade Boa Vista, onde nasci e fui criada, e Umarizal, quilombo sede da ACORQBU, associação da qual faço parte como sócia, trabalhando em prol da transformação de nosso povo.

Este que ganhou visibilidade a partir da reivindicação dos direitos constitucionais e especialmente pela sua materialização a partir do ingresso dos povos pertencentes as matas e rios na universidade desde 2013, cujo quilombo Boa Vista marcou presença em 2016 pela primeira vez com a minha aprovação em Letras Língua Inglesa na UFPA e na UNIFESSPA a partir de 2018.

Buscou-se analisar como os quilombolas estudantes de Boa Vista se organizam na educação superior, explorando as condições de acesso e permanência na UNIFESSPA. A partir da análise da trajetória dos quilombolas estudantes de Boa Vista na educação superior, notamos o número expressivo de quilombolas de Boa Vista que já ingressou na universidade a partir das ações afirmativas. Sendo a UNIFESSPA onde a maioria se concentra, com 16 quilombolas discentes na sua comunidade acadêmica e a UFPA com dois: a própria pesquisadora em 2016 e um calouro em 2023.

Importa dizer que, destes, passamos a conhecer com mais profundidade a experiência de apenas seis que estão na UNIFESSPA e que constatamos que ao menos dois deles já passaram por situação racista e/ou de discriminação. Nesse sentido, para discorrermos sobre as relações étnico raciais na escola utilizamos Munanga (2005) e Alves (2020) como autores que nos ajudaram a compreender a complexa teia de sentidos e significados do racismo nas trajetórias de estudantes universitários.

Nesse prisma, nós, quilombolas estudantes estamos interligados pelo quilombo Boa Vista, mas com experiências diversas a partir da vivência propiciada pelas ações afirmativas na educação superior. Essa aproximação que temos conforme as experiências faz parte do fazer e do ser quilombola, o que a quilombola Naiane trata como pertença de um mesmo laço, assim como Farias (2021), pois, para ele, “[...] o grupo é identificado culturalmente pela demarcação identitária, carregada de aspectos tradicionais, como cultura, religião e costumes, em que os

saberes se configuram na transmissão de geração em geração, sem o risco de serem extintos pelas novidades da globalização (Farias, 2021, p. 90).

De acordo com as diversas experiências vivenciadas por nossos interlocutores na educação superior, constata-se também que ninguém fala melhor por nós do que nós mesmos, por isso, independente dos desafios encontrados como a luta para permanência, se faz necessário ocupar os espaços que são sobretudo nossos por direitos legais.

Considerando as narrativas, esses fatores se apresentam como desafios para o processo de formação e mesmo assim, não foi motivo de desligamento do curso para a maioria dos quilombolas estudantes que tem buscado superá-los.

Visto que dentre os 16 quilombolas estudantes, apenas cinco se encontram desligados dos cursos hoje. Por outro lado, isso pode indicar uma reflexão cuidadosa tanto da prática educativa na educação básica no quilombo quanto da universidade e suas políticas educativas, tendo em vista que esses quilombolas enfrentam inúmeros desafios que perpassam desde o distanciamento do território até o acesso e permanência na universidade, pois a maioria destes têm que se deslocar do seu município de origem, para estudar na sede da instituição de ensino.

Sem contar que, por virem de famílias de baixa renda, precisam de auxílio para se manter em outra cidade e ingressar na universidade pelo processo especial que muitas vezes não garante nenhum tipo de bolsa, levando esses quilombolas a optarem pelo desligamento da universidade para ingressar no mercado de trabalho e, assim, ajudar seus familiares em consequência disso, a não realização da formação superior. Inclusive dois destes compartilharam suas experiências (Eliverton e Eduardo), um deles encontra-se no mercado de trabalho e cuidando de sua família e, o outro trabalha na roça que é a base forte da subsistência no quilombo e além disso também cuida de sua família, mas pretende tentar o processo seletivo novamente.

Quanto aos que estão ativos, continuam cursando mesmo com as ações que precisam enfrentar na universidade para garantir a permanência conforme mostramos, principalmente quando evidenciamos a movimentação dos quilombolas estudantes na universidade no que se refere a representatividade e ainda a luta pela conquista da bolsa MEC.

Essa permanência é demarcada pela Associação dos discentes Quilombolas (ADQ-UFGPA) na Universidade Federal do Pará, que buscam dentro de suas possibilidades dialogar, não apenas com instâncias superiores, mas entre nós e assim promover a acolhida em seus diversos momentos do percurso para então continuarmos a trilhar o caminho da educação na universidade.

Na UNIFESSPA a luta fica por conta da organização dos representantes dos quilombolas discentes do qual Rayson faz parte.

O acesso à educação superior, conforme as experiências, tem despertado o interesse para irmos além com as questões das pautas quilombolas, como os direitos não apenas a estar nesse espaço, mas principalmente permanecer, certos de que essa conexão entre a universidade e as comunidades é também em favor da vida e comprometimento de melhores condições para e com o nosso povo assim como a sociedade.

Dessa forma, conforme as experiências compartilhadas por nossos colaboradores, podemos concluir que nosso estudo teve como ponto inicial o compromisso acadêmico e político de fortalecimento do ser/pertencer quilombola, em que os estudantes vêm assumindo outras frentes na universidade, como é o caso de um dos participantes da pesquisa que representa o coletivo dos quilombolas estudantes na comunidade acadêmica.

Constatamos também que o quilombo Boa Vista nunca tinha sido estudado de maneira específica como essa em que a história da comunidade, por exemplo, pode ser contada em detalhes; outro fator importante a partir desse trabalho é que pode servir como referência para outros pesquisadores quilombolas darem ainda mais visibilidade para nossa comunidade pelas suas experiências diversas, propiciadas pelas políticas de ações afirmativas como a trajetória diferenciada na educação superior superando questões tanto particulares quanto coletivas no que se refere ao acesso e a permanência na universidade.

Como observado nas ações representativas dadas pela experiência de Rayson e o desejo de Brendo pelo ingresso no mercado de trabalho mas com a formação superior, embora o acesso à internet de qualidade não tenha sido favorável tendo que fazer o deslocamento dentro da própria comunidade para estudar como abordou Naiane, promovendo o retorno do produto para o qual o coletivo quilombola esteve colaborando ao longo dos anos de formação, o que demonstra o compromisso ético e político dos educandos com a comunidade.

Deste modo, salientamos que conseguimos atingir o objetivo e a questão norteadora, uma vez que este estudo nos permitiu compreender como tem sido o percurso acadêmico de estudantes da comunidade quilombola Boa Vista, no que tange ao acesso e permanência na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

E, pelo conhecimento do percurso dos quais compartilharam a trajetória acadêmica podemos concluir que o trabalho vem desvelar o processo de autoafirmação dos quilombolas na universidade e, a partir disso assumem o protagonismo do ser/pertencer quilombola e nesse movimento de enfrentamento dos desafios encontrados buscam promover a reflexão no campo

da educação e como a mesma pode influenciar muitas realidades no quilombo de pertencimento e até mesmo na universidade.

Frente a isso, este estudo traz contribuições para o Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, no sentido de proporcionar um referencial teórico-metodológico sobre a interface educação quilombola e políticas afirmativas no processo educativo de quilombolas estudantes no ensino superior no contexto da Amazônia Tocantina e em específico nas práticas educativas desenvolvidas nos quilombos na região do Baixo Tocantins.

Nesse sentido, importa destacar os desafios para a realização da pesquisa, como a dificuldade em relação aos dados coletados, em que precisei entrar três vezes em contato com os colaboradores que se dispuseram a participar, para obter informações que contemplassem a temática estudada e atender as orientações da banca de qualificação, ao mesmo tempo que precisei realizar leituras e fazer ajustes, mas que consegui superar definindo o melhor momento para cada situação.

Portanto, na tentativa de que os quilombolas estudantes da educação superior principalmente pertencentes ao quilombo Boa Vista se sintam realmente incentivados a partir de nosso estudo, mesmo com os desafios como da permanência evidenciados especialmente pelos movimentos que os estudantes precisam promover para receber o auxílio da universidade. Além do reajuste na bolsa MEC, bem como os fatores a serem enfrentados e situações de racismo e preconceito, conforme narraram nossos colaboradores. Podemos dizer que cumprimos com o desejo de realizar esse trabalho.

O qual tem um significado particular para mim enquanto pesquisadora, assim como para o coletivo ao devolver para o quilombo Boa Vista, uma pesquisa com essa magnitude e reconhecimento do que somos e onde podemos chegar a partir do acesso à universidade dentre outros espaços na sociedade em que estamos inseridos. Assim sendo, espero que essa pesquisa seja primordial para muitas outras em dimensões diversas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Dimitri Brandi de. **A Previdência Social como instrumento de intervenção do Estado brasileiro na economia**. Tese - (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2016.
Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde26082016141751/publico/DimitriBrandi deAbreuPrevienciasocialcomoinstrumentoIntegral.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.
- ACORQBU – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal. Estatuto Social. Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão. **Estatuto Social**, Baião, 1999.
- ACORQBU – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Umarizal Beira, Umarizal Estatuto Social. Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão. **Estatuto Social Reformulado**, Baião, 2015.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALVES, Jolinda de Moraes. A assistência estudantil no âmbito da política de educação superior pública. In: **Serviço Social em revista**, v. 05, n. 01, jul/dez. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm>. Acesso em: 04 jun. 2022.
- ALVES, Paula Aristeu. **Quilombolas e trajetórias de escolarização: Um estudo a partir do Retiro, Santa Leopoldina- ES. 2020**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais de centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santos. Disponível em:
https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_14565 DISSERTA%C7%C3O%20PAULA%20ALVE S.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.
- ALENCAR, Maria Cristina Macedo; RASCKE Karla Leandro; SANTOS Jheyciele Naira dos. O programa de apoio ao estudante quilombola (paequi) como política de permanência numa universidade da amazônia (UNIFESSPA-PA). **Revista Escritas do Tempo – v. 3, n. 7, jan-abr/2021 – p. 124-146**. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/1547-Texto%20Artigo-4512-1-10-20210430.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- BARAÚNA, Tânia. **Humanizar a ação, para humanizar o ato de cuidar**. Coruña, España: Creación Integral e Inovaición; Disponível em: < <http://www.iacat.com/revista/recreate02/tania01.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2020.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. (Organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk, 2007a. 560 p.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. BOURDIEU, Pierre. Os Fundamentos históricos da razão. In: **Meditações Pascalianas**. Tradução Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB 36/2001**. Diretrizes operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, DF, mar. 2002, Seção 1, p.11

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dez. de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário oficial da União, Brasília, DF, nov. 2012, Seção 1, p. 26.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação, v. 22, p. 539, abr-jun 2017. ISSN 69**.

CAZELLI, et. al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 45 set./dez. 2010**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GbzRVcsL7L6PVNx3mxtDFkQ/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 12 nov. 2022.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COSTA, Gilcilene Dias da; MEDEIROS, Oberdan. da Silva. Constituição de liderança quilombola no Pará: reflexões para uma pedagogia decolonial. **Revista INTERFACES DA EDUCAÇÃO, [S. l.], v. 12, n. 34, p. 51–77, 2021. DOI: 10.26514/inter.cv12i34.4179**. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4179>. Acesso em: 24 nov. 2022.

DA SILVA, Delma Josefa. A emergência da educação escolar quilombola no contexto das relações étnico-raciais no Brasil. **Revista Tópicos Educacionais, vol. 20, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 99-132** Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6727/672770868006.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2022.

DANTAS, Nilvanda Barbosa. **Conhecimento e experiência engajada em Pierre Bourdieu e Norbert elias**. In: XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: <XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano

de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba - Pesquisar (bing.com)>. Acesso em: 23, set. 2022.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** Academia. edu, 2003.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES Flávio. História dos quilombolas no Brasil: Revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03. **Revista da ABPN, v. 5, n 11 jul.- out. 2013. p. 5-28.** Disponível em: < <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/187/183>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica / organização, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p.: il

EVARISTO, Conceição. 2020. **Escrevivência: a escrita de nós- Reflexões sobre a obra Conceição Evaristo.** (Organizado por Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes). Rio de Janeiro: MINA Comunicação e Arte, 2020.

FABRINI, João Edmilson. A escala da luta e resistência camponesa. **Revista Geosul, Florianópolis, v. 21, n. 42, p 63-91, jul./dez. 2006.** Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/12831-39637-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

FARIAS, Nilton Lopes da. **As políticas públicas especiais de acesso de quilombolas às universidades: o caso da Comunidade Remanescente de Quilombo de Umarizal – Baião – Pará /** Nilton Lopes da Farias. Belém: FLACSO/FPA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/17874/2/TFLACSO-2021NLF.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FERES JÚNIOR, João, CAMPOS, Luiz Augusto, DAFLON, Verônica Toste, and VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa: conceito, história e debates** [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477> Acesso em: 27 set. 2022.

FIABANI, Adelmir. As diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola: a necessária ruptura de paradigmas tradicionais. **Revista Identidade São Leopoldo | v.18 n. 3, ed. esp. | p. 345-356 | dez. 2013 | ISSN 2178-0437X.** Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade>. Acesso em: 25 out. 2022.

FIGUEIREDO, Thamara. **Fracasso escolar e as minorias sociais: reflexões culturais, políticas e sociais.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X. Disponível em: <https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1611877924_ARQUIVO_f8a3293cf02a40949868578ba2f87700.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. **Constituição como Comunidades de Resistência: luta territorial e conjuntura da Nova República.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Tese%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FUNES, Euripedes A. “**Nasci nas matas, nunca tive senhor**”. **Histórias e memórias dos mocambos do baixo amazonas**. In: *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 467- 493.

GALVÃO, Eduardo Aires Berbert. **Cotas raciais como políticas de admissão _ UERJ, UnB e o caso da UFG [manuscrito]**. Eduardo Aires Bebert Galvão. - 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/109/o/2009_-_Eduardo_Aires_Berbert_Galv%C3%A3o_disserta%C3%A7%C3%A3o_final_catalogada.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

GOMES, Arilson dos Santos. Quilombolas e educação: vivências de ações afirmativas em três regiões brasileiras. **Revista MÉTIS: história & cultura**, v. 17, n. 33, p. 103-133, jan./jun. 2018.

GOMES, Flavio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos do Brasil (séc. XVII-XIX)**. São Paulo: Campinas, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HENZ, Celso Ilgo. Diversidade cultural e emancipação. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 13, n. 1, p. 60-73, 6 ago. 2018.

HISTÓRICO, da Comunidade Cristã Santa Maria. Arquivo comunitário. Boa Vista, 2019.

IANNI, OCTAVIO. Dialética das relações raciais. **Revista Estudos Avançados, São Paulo**, v. 18, n. 50, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/78rQndTBbYLBzHMdc3ygj4w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jun. 2022.

JUNG, João Henrique Salles. Os capitais do século XXI: Um diálogo crítico entre Thomas Piketty e Pierre Bourdieu. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, Vitória**, v. 9, n. 1, pp. 92-111, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-OsCapitaisNoSeculoXXI-8206301.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

JUSTINO, Gessica, ROBERTO, Frank Wilson. Afrobetizar- Uma possibilidade de ação educativa a partir da afirmação e fortalecimento da negritude em comunidades. **Revista UFG- Ano XV nº 15- dezembro de 2014**. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48526/23831>>. Acesso em: 10 set. 2023.

KOCHHANN Maria Elizabete Rambo; CARVALHO Rivânia da Paixão de Jesus; LIMA Valdineia Rodrigues. **UNIFESSPA está aí: um projeto de extensão universitária**. *The Journal of Engineering and Exact Sciences – jCEC*, Vol. 07 N. 01 (2021). Disponível em: < [file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia%20Arnaud/Downloads/Unifesspa_esta_ai_um_projeto_de_extensao_universit%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia%20Arnaud/Downloads/Unifesspa_esta_ai_um_projeto_de_extensao_universit%20(4).pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2022.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Vol. IV (2), p. 333-353, 2000**.

Disponível em: < <https://journals.openedition.org/etnografica/2769>>. Acesso em: 13. nov. 2022.

LOPES, Carla Joelma de Oliveira. **O território Quilombola de Araquembaua, Baião-PÁ. 2017.142 p.** Dissertação de Mestrado Programa de Pós- Graduação em (Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <Dissertacao_TerritorioQuilombolaAraquembaua.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

LOPES, Helena Theodoro, José Jorge SIQUEIRA, e Beatriz NASCIMENTO, 1987. **Negro e Cultura Negra no Brasil.** Rio de Janeiro, UNIBRADE/UNESCO.

LOURENÇO, Gabriel Floriano. **Cotas raciais e seus efeitos sobre a população negra no Brasil entre 2004-2018: uma análise a partir do princípio de causação circular cumulativa de gunnar myrdal.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) -Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12678/Gabriel%20Floriano%20Louren%C3%A7o%20%282019%29%2C%20Cotas%20raciais%20e%20seus%20efeitos%20sobre%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra%20no%20Brasil%20entre%202004-2018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MAIO, Marcos Chor, 1996, **Raça, Ciência e Sociedade**, Rio de Janeiro, FIOCRUZ/CCBB. ———, 1997, **A História do Projeto da UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil**, Rio de Janeiro, IUPERJ, tese de doutorado. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/djnty/pdf/maio-9788575415177.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; CASTRO, Edna Maria Ramos de Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. **Revista Novos Cadernos NAEA. v 2. n 2. 1999.**

MARTINS, Sergio da Silva. Ação afirmativa e desigualdade racial no Brasil. **Revista Estudos Feministas, v. 4, n. 1, p. 207,1996.**

MATOS, Júlia Silveira. **A história nos livros didáticos: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico.**2012. Disponível em:< file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia%20Arnaud/Downloads/3152-Texto%20do%20artigo-8793-1-10-20121204.pdf >. Acesso em: 13 nov. 2022.

MEIRELES, Gilvânia Antunes. **Acesso e permanência dos estudantes quilombolas do instituto federal do norte de minas gerais campus Araçuai por meio de ações afirmativas no ensino superior.** 2020. 96 p. Dissertação de Mestrado Profissional em (Ciências humanas) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Humanas. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e MuruciDiamantina, 2020. Disponível em:<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/2448>. Acesso em: 22 maio 2022.

MEDEIROS, Oberdan. da Silva. **EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: Constituição de Lideranças e Práticas de Resistências na Comunidade Quilombola de Umarizal Beira, Baião-Pará 2018. 145 p.** Dissertação de Mestrado Programa de Pós- Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC). Universidade Federal do Pará, Cametá, 2018. Disponível

em: <dissert_ufpappgeduc_cultling_oberdanmedeiros.pdf - Google Drive>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira de; GOMES, Romeu; MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 61-77.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. In: **Caderno de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, nov., 2002. Disponível em: <SciELO - Brasil - Ação afirmativa: História e debates no Brasil Ação afirmativa: História e debates no Brasil>. Acesso em: 09 fev. 2023.

MORAN, J.M. Interferências dos meios de comunicação no nosso conhecimento. **INTERCOM: Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, v.17, n.2, 38-49, jul./dez. 1994.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Negritudes: Usos e Sentidos**. Coleção Cultura Negra e Identidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

NASCIMENTO, Ilca Freitas. **Lei de cotas no ensino superior: desigualdades e democratização do acesso à universidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2016.

NOGUEIRA, Juliana Keller et al. **Conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar**. In: Fazendo gênero VIII- Corpo, violência e Poder, 2008, Florianópolis. Anais... Florianópolis de 25 a 28 de agosto de 2008.

OLIVEIRA, Iolanda de (org.). **Negritude e universidade: evidenciando questões relacionadas ao ingresso e aos projetos curriculares**. Niterói: Alternativa, 2015.

OLIVEIRA, Rosa Maria Moraes Anunciato de. Narrativas: contribuições para a formação de professores, para as práticas pedagógicas e para a pesquisa em Educação. **Revista de Educação Pública. Cuiabá**, v. 20, n. 43, p. 289-305, maio/ago. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/307-Texto%20do%20Artigo-297-1-10-20120726.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2022.

PASTORE, José; SILVA, Nelson do Valle. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo, editora macron Books, 2000.

PIMENTEL, Dilson. Lei das cotas levou mais de 70 mil estudantes ao ensino superior no Pará em 10 anos. **O Liberal**. Com. Belém, 09, mai. 2022.

PINHEIRO, Carina Lilian Fernandes; SOARES, Maria de Lourdes. A lei de cotas por um fio: O retrocesso social atual. **EM PAUTA – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1º semestre de 2020, n- 25, v.18, p. 196- 210. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47228/31988>. Acesso em: 04 jun. 2022.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. 1999. **NAS VEREDAS DA SOBREVIVÊNCIA:** memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos de antigos quilombolas. Dissertação (Mestrado) – São Paulo, PUC/SÃO PAULO, 1999.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes; SOUSA, Cristina Talita Sousa de. **Trabalhando, rezando e dançando muito:** histórias dos habitantes da povoação de Boa Esperança, Cametá-Pará. – Campinas, SP: Labour, 2021.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes; COSTA João Paulo Alves; DOMINGUES Andrea Silva. História, cultura e Resistencia negra na Amazônia Tocantina, no Pará – Brasil. **E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP**, n. 8, maio de 2020.

PIOVESAN, Flávia. “Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectiva”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/10.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

PORTAL UNICAMP - **Matéria sobre o CAPA 2020, que inclui entrevista com Leda Gitahy, coordenadora do Projeto “Povos da Amazônia no Instituto de Geociências”:** “É uma experiência de troca. Não só eles aprendem, nós também aprenderemos”. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2020/01/16/estudantes-daufpaoriundos-de-povos-amazonicosrealizam-atividades-de-pesquisa>>. Acesso: 29 set. 2022.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral deferente.** Projeto História, São Paulo, 14. fev. 1997.

REIS, João José, e Flávio dos Santos GOMES (org.), 1996, **Liberdade por um Fio:** História dos Quilombos no Brasil, São Paulo, Companhia das Letras.

RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Cláudio Noel. **A festa do povo:** pedagogia de resistência. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROBERT, Bogdan; BIKLEN Sari. **Investigação qualitativa em educação.** _ Porto: Porto Editora, 1991.

SARAIVA, Samilys de Oliveira; CATRO, Edna Maria Ramos de. Da comunidade à Universidade: um estudo de caso sobre os estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará. **30º Reunião Brasileira de Antropologia.** Disponível em: <<file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia%20Arnaud/Downloads/ABA%20POSTER%20SAMILYS.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2022.

SAMBA DO CACETE DO PARÁ PARA PARIS, Luís Fernando Pontes F. Júnior, assista o filme promocional do Curta Samba de Cacete – Alvorada Quilombola. **Revista Raiz.** Cultura brasileira. Disponível em: <<https://raiz.art.br/2017/04/18/documentario-samba-de-cacete-alvorada-quilombola-e-premiado-em-cannes/>>. Acesso em: 24 set. 2022.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: MEC/UNESCO, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos modos e significados**. Brasília: Unb, 2015.

SANTOS, Natália da Costa dos. **Ações afirmativas e forma de permanência no ensino superior público: Uma análise dos desafios dos profissionais na execução da assistência estudantil da UFF**. 2017. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/15367>>. Acesso em: 22 maio 2022.

SANTOS, Edmea Oliveira dos; RANGEL Leonardo. **Caminhar na educação: narrativas de aprendizagens, pesquisa e formação**. 1. ed. Ponta Grossa: Atena, 2020. v. 1. 122p.

SILVÉRIO, Valter Robert. Ação Afirmativa e o Combate ao Racismo Institucional no Brasil. *In: Cadernos de pesquisa*, n. 117, p. 219-296, nov. 2002. Disponível em: <SciELO - Brasil - Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil>. Acesso em: 09 fev. 2023.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

THOMPSON, Paul, 1935 - **A Voz do passado: história Oral** / Paul Thompson; Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UNIFESSPA. **Pesquisa Diagnóstico: Programa de Acolhimento Estudantil & Diversidade Indígenas e quilombolas na Unifesspa (2016)**. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, Pará, 2017.

VARELA, Fernanda Nílvea Pompeu, PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Quem festeja também educa: reflexões sobre uma pedagogia da festa. **Revista Cocar**. V.15 N.32/2021 p.1-19 ISSN: 2237-0315.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. *In: NUNES, Edson de Oliveira – A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. *In: Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Universidade de Brasília, vol.1, 1994, p.267-276.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Quais são as lembranças que tem sobre os professores, estudantes em sua trajetória estudantil?
- 2) Durante o seu processo de formação teve acesso a laboratórios ou uso de algum equipamento eletrônico ou redes de conexão como: Wi-Fi e dados móveis disponibilizados pela instituição UNIFESSPA? E quais as dificuldades encontradas?
- 3) Já pensou em solicitar o desligamento do curso ou se recorda de alguém? Se sim, lembra os motivos?
- 4) Quais as contribuições da Universidade para sua vida profissional? E de qual forma você pretende contribuir com a sua comunidade?
- 5) A bolsa permanência consegue suprir as necessidades?
- 6) Como é a sua relação com o coletivo na Universidade?
- 7) Já passou por alguma situação preconceituosa?
- 8) Qual a sua opinião sobre o Processo Seletivo Especial (PSE)?